UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

EDUARDO RODRIGUES MARTORANO

SOB A VIGIA DA BALD EAGLE: A LINHA DURA DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL PELA PERSPECTIVA ESTADUNIDENSE (1964-1979)

> FLORIANÓPOLIS 2020

EDUARDO RODRIGUES MARTORANO

SOB A VIGIA DA BALD EAGLE: A LINHA

DURA DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL PELA

PERSPECTIVA ESTADUNIDENSE (1964-1979)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História. Orientadora: Profa. Dra. Mariana Joffily.

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da Biblioteca Setorial do FAED/UDESC, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martorano, Eduardo Rodrigues

Sob a vigia da bald eagle: a linha dura das Forças Armadas do Brasil pela perspectiva estadunidense (1964-1979) / Eduardo Rodrigues Martorano. -- 2020.

156 p.

Orientadora: Mariana Joffily

Dissertação (mestrado) -- Úniversidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

 Política externa estadunidense.
 Relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos.
 Linha dura.
 Joffily, Mariana.
 Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História.
 III. Título.

Eduardo Rodrigues Martorano

"SOB A VIGIA DA BALD EAGLE: A LINHA DURA DAS FORÇAS ARMADA DO BRASIL PELA PERSPECTIVA ESTADUNIDENSE (1964-1979)" Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientadora:		
	Doutora Mariana Rangel Joffily Universidade do Estado de Santa Catarina	
Membro:		
	Doutor James Naylor Green Universidade de Brown (EUA)	
Membro:		
	Doutor Reinaldo Lindolfo Löhn Universidade do Estado de Santa Catarina	

Florianópolis, 16 de dezembro de 2020.

Ao meu avô, Joaquim Anacleto Rodrigues Neto.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer meus pais, Domingos e Yasmin, que sempre me apoiaram em minhas escolhas, me incentivando firmemente a construir uma trajetória no curso de História.

Ao meu falecido avô, Joaquim Anacleto Rodrigues Neto, que foi meu grande encorajador para o mundo da leitura, bem como o meu primeiro mentor intelectual. Lembrome bem das boas e grandes conversas que tive com ele sobre a política nacional, estadual e municipal. Grande parte do meu interesse pelas áreas que estudo hoje em dia tem origem nessa relação.

À minha orientadora, Mariana Joffily, que foi extremamente profissional e atenciosa durante o processo de construção deste trabalho.

A Carlos Eduardo, Victor, Izaias, Hudson, Carolina, Lenon, Daniel, Eduardo e demais colegas do PPGH/UDESC, que me ajudaram direta ou indiretamente na elaboração da minha dissertação.

À CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa para a execução deste trabalho.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC.

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito identificar, mapear e interpretar como os órgãos de inteligência estadunidenses descreviam a atuação da "linha dura" das Forças Armadas do Brasil durante grande parte da ditadura militar brasileira. As relações diplomáticas entre estes dois países sofreram pontuais mudanças de postura por parte das duas nações, durante os meados do século XX. Porém nunca ao ponto de se configurar um eventual afastamento brusco entre eles. Após o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil vê sua importância dentro da agenda diplomática americana cair, devido o foco que aquele país dava a reconstrução europeia. Este cenário só mudaria após a implantação do regime comunista cubano em 1961, a partir de então, a América Latina tem sua relevância aumentada perante os americanos, visto que eles não tolerariam outro regime comunista emergir dentro de sua própria zona de influência. Foi dentro deste cenário que o Estados Unidos apoiou incondicionalmente o golpe de estado que derrubou o presidente João Goulart, e que instaurou um regime que duraria 21 anos. Neste meandro, analisarei quais os setores da sociedade brasileira da época receberam o rótulo de "linha dura" por parte dos Estados Unidos da América, bem como quais seriam suas demandas e como foram suas atuações dentro de alguns acontecimentos importantes para a ditadura militar brasileira. Para tal fim, explorarei airgrams, telegrams, e outros tipos de documentos presentes no acervo Opening the Archives, um programa de parceria entre a Brown University e a UEM, para digitalizar milhares de arquivos americanos sobre o Brasil, que se tornaram públicos durante o tempo. São nestes arquivos, os quais os funcionários da embaixada escreviam suas impressões sobre os acontecimentos aqui, que buscarei elencar elementos para a compreensão do problema proposto. Para finalizar, é importante ressaltar que esta pesquisa se torna pertinente à História do Tempo Presente devido à continuidade, no presente, da postura diplomática americana, de coleta de informações, espionagem, e tentativas de influenciar decisões internas de países soberanos, sendo o próprio Brasil um dos recentes alvos.

Palavras-chave: Política externa estadunidense. Relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. "Linha dura".

ABSTRACT

This research aims to identify, map and interpret how the American intelligence agencies described the performance of the "hardline" of the Armed Forces of Brazil during much of the Brazilian military dictatorship. Diplomatic relations between these two countries underwent occasional changes in posture on the part of the two nations during the mid-twentieth century. However, never to the point of configuring an eventual sudden departure between them. After the end of World War II, Brazil sees its importance within the American diplomatic agenda drop, due to the focus that that country gave to European reconstruction. This scenario would only change after the implantation of the Cuban communist regime in 1961, since then, Latin America increased its relevance before the Americans, since they would not tolerate another communist regime to emerge within its own zone of influence. It was within this scenario that the United States unconditionally supported the coup that overthrew President João Goulart, and which instituted a regime that would last 21 years. In this meander, I will analyze which sectors of the Brazilian society of the time received the label of "hardline" by the United States of America, as well as what would be their demands and how were their actions within some important events for the Brazilian military dictatorship. To that end, I will explore airgrams, telegrams, and other types of documents in the Opening the Archives collection, a partnership program between Brown University and UEM, to digitize thousands of American archives about Brazil, which became public during the time. It is in these archives, which embassy officials wrote their impressions of the events here, that I will try to list elements for understanding the proposed problem. Finally, it is important to highlight that this research becomes relevant to the History of the Present Time due to the continuity, in the present, of the American diplomatic posture, of information collection, espionage, and attempts to influence internal decisions of sovereign countries, being Brazil itself one of the recent targets.

Keywords: American foreign policy. Diplomatic relations between Brazil and the United States. Hardline.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Documentos produzidos por ano	21
1 1	
Tabela 2 – Tipos de documentos produzidos	22

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2 CLASSII	EUA E A LINHA DURA: INFORMAÇÕES, IDENTIFICAÇÃO FICAÇÃO	
2.1	AS DUAS "LINHAS DURAS": CIVIL E MILITAR	40
2.2	O ESTADO DE SÃO PAULO	57
2.3	A LIDER	63
2.4	A LINHA DURA RADICAL DOS CORONÉIS	67
2.5	DENOMINADORES EM COMUM	72
3	REINVIDICAÇÕES, DEMANDAS E PRESSÕES	75
3.1	A QUESTÃO ECONÔMICA	76
3.2	A SUBVERSÃO E A CORRUPÇÃO	90
3.3	AS IDEIAS DE FRANCISCO BOAVENTURA CAVALCANTI	97
4	AS NOTÓRIAS ATUAÇÕES1	07
4.1	A PROMULGAÇÃO DO ATO INSTICIONAL NÚMERO DOIS 1	08
4.2	A PROMULGAÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL NÚMERO CINCO 1	22
4.3	O CASO DE SÍLVIO FROTA	37
4.4	A ÚLTIMA VIGÍLIA1	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS1	51
	FONTES CONSULTADAS1	53

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos acompanhamos uma expressiva exposição pública do sistema de espionagem dos Estados Unidos da América¹. Casos como o do site WikiLeaks, que a mais de uma década vem vazando pela internet segredos de Estado, exteriorizam o que existe de mais obscuro dentro da diplomacia da maior potência mundial. Ademais, outros famosos exemplos de revelações de dados confidenciais dos Estados Unidos convergiram para estabelecer o panorama atual². Nunca antes na história deste país tantas informações secretas foram expostas desta maneira. Paralelamente, voltando os olhares para a situação brasileira, notamos que desde a eleição de Jair Bolsonaro existe uma crescente participação de militares da reserva no cenário político nacional, algo que não acontecia desde o final da ditadura militar (1964-1985). Não existe precedente dentro da Nova República no que diz respeito ao número de Ministérios ocupados por indivíduos formados dentro das Forças Armadas. É a perspectiva do sistema estadunidense sobre parte das Forças Armadas brasileiras o foco deste trabalho. Ambos em destaque nos tempos atuais, não é incorreto afirmar que existiu – e provavelmente ainda exista - uma forte relação entre o sistema de informação estadunidenses e as Forças Armadas brasileiras. Não se faz como objetivo aqui estudar a criação e o desenvolvimento de tal relação, mas sim explorá-la durante parte do período que abrangeu a ditadura militar brasileira. Mais especificamente a conexão entre a burocracia estadunidense com a "linha dura", importante facção militar da época. Assim, perceberemos que durante o recorte da pesquisa encontrou-se uma extensa correlação entre estes dois grupos.

A diplomacia estadunidense para com a América Latina sofreu mudanças durante todo o século XX. Tais alterações foram influenciadas, entre outros motivos, pelos diferentes contextos globais do século, como os períodos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Usando o caso brasileiro, no cenário do pós-guerra, o Brasil perdeu o poder de barganha do qual gozava, derivado de negociações tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha Nazista. Com isso, se estabeleceu uma relação que dificilmente convergiria para o desenvolvimento industrial brasileiro. Eisenhower³, por exemplo, não daria as vantagens que

¹ A título de explicação, a bald eagle, ou águia-careca, é considerada símbolo nacional nos Estados Unidos da América, aparecendo inclusive no Grande Selo do país.

² Em 2013, Edward Snowden, então funcionário da burocracia estadunidense, divulgou informações sobre o sistema de vigilância internacional dos Estados Unidos. Em 2010, Chelsea Manning, então soldado do Exército estadunidense que trabalhava como analista de inteligência, vazou milhares de documentos secretos para o site WikiLeaks.

³ Dwight Eisenhower (1890-1969). Republicano, foi o 34° presidente dos Estados Unidos da América entre os anos de 1953 e 1961.

outrora foram concedidas por Roosevelt⁴. "Os Estados Unidos não pretendiam, efetivamente, contribuir para a industrialização de outros países, senão na medida de suas conveniências econômicas e/ou políticas, como aconteceu com a recuperação da Europa por meio do Plano Marshall." (BANDEIRA, 2011, p. 45). O movimento ocorre porque, ainda segundo Moniz Bandeira, "a preocupação maior de Eisenhower era com medidas de segurança militar e de combate ao comunismo, por meio da repressão." (BANDEIRA, 2011, p. 67). Porém, diretamente influenciado pelos rumos que a Revolução Cubana estava tomando, o mecanismo de defesa contra o comunismo estruturado pelos Estados Unidos paulatinamente mudou sua abordagem e passou a focar em um sistema de ajuda econômica aos países da América Latina. Segundo Carlos Fico,

[...] consagrava-se a ideia de que os recursos investidos no aparelhamento das forças armadas latino-americanas deveriam ser desviados para a melhoria das condições de vida de suas populações empobrecidas — perspectiva humanitária anunciada nos discursos oficiais -, pois o pauperismo era visto como fomentador de revoluções. (FICO, 2008, p.26).

Quando John F. Kennedy⁵ assumiu o posto de presidente, ele não só incorporou os pilares da gestão anterior como também adicionou um elemento fundamental para caracterizar a política externa estadunidense da época, a política de contra-insurgência, que interpretava como grande ameaça a soberania estadunidense no continente, não mais os exércitos estrangeiros, mas sim o inimigo interno, ou seja, os próprios comunistas locais. A estratégia também previa um forte intercâmbio de treinamentos entre as Forças Armadas daquele país com as nações do Sul. Outro destacado aspecto introduzido por Kennedy no jogo geopolítico foi o programa Aliança para o Progresso. A plataforma se relaciona completamente com a citação acima, pois através dela os Estados Unidos deslocaram milhares de dólares em recursos para os países latino-americanos, com o fim de desenvolver a região economicamente, afastando o pauperismo e, consequentemente, o perigo vermelho. Assim, os Estados Unidos entrariam da década de 1960 munidos de diversas estratégias para preservar seu interesse e domínio na região, e tais estratégias passariam diretamente pela forte presença econômica na região e pela associação e aproximação com a Forças Armadas latino-americanas.

⁴ Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). Democrata, foi o 32º presidente dos Estados Unidos da América entre os anos de 1933 e 1945.

⁵ John Fitzgerald Kennedy (1917-1963). Democrata, foi o 35° presidente dos Estados Unidos da América entre os anos de 1961 e 1963.

Tratando especificamente da relação entre Brasil e Estados Unidos, durante boa parte do século XX, estes dois países mantiveram uma relação diplomática marcada por um certo dinamismo, ora sustentada por conflitos em áreas de interesse econômico, ora por um apoio incondicional dado pelo Brasil à diretriz norte-americana de política externa. Porém, é bem verdade que o primeiro cenário, em uma questão temporal, foi muito maior que o segundo, que ficou restringido aos governos Dutra (1946-1951), Café Filho (1954-1955) e Castelo Branco (1964-1967). Logo, na maior parte do período, o Brasil nutriu uma relação de disputas e barganhas com o país do Norte, visando, assim, se estabelecer como uma potência regional, incentivar sua indústria nacional e consequentemente, livrar-se das amarras do imperialismo Yankee. Foi esta postura, de certa forma independente, que obteve nos notórios militares da "linha dura" do Exército brasileiro um lugar de reverberação. Ao mesmo tempo, ela não se fazia popular em Washington. Os norte-americanos, por sua vez, se preocupavam, principalmente desde a promulgação do Ato Institucional número dois (AI-2)⁶, com a ascensão desta facção ao poder, pois ela poderia atrapalhar interesses estrangeiros no Brasil, visto seu nacionalismo exacerbado. Sendo assim, informações sobre o Exército Brasileiro ganharam cada vez mais importância, já que essa instituição parecia estar cada vez mais no cerne do Estado brasileiro, segurando as rédeas de suas principais decisões.

O mais relevante dos períodos de aproximação anteriormente citados, para este trabalho, é, com certeza, o governo de Castelo Branco. Primeiro, justamente pelo fato de se tratar de um governo que desde seu início se propôs a construir um sólido vínculo com os Estados Unidos. E, segundo, porque a agitação da "linha dura" se configurou como um nítido elemento da primeira presidência da ditadura militar de 1964. O marechal era visto com bons olhos pelo Departamento de Estado⁷, sendo interpretado como um anticomunista nato, defensor dos valores ocidentais, erudito e com um histórico legalista. Essa construção, estudada por autores como Carlos Fico, era derivada de um imaginário que pregava a ideia de que os exércitos latinos seriam os grandes guardiões contra a ameaça comunista na América Latina.

Persistiria, nos gabinetes governamentais norte-americanos, concomitantemente, uma postura de paranoica vigilância, traço marcante da nova política para a América Latina, baseada no fortalecimento dos militares da região, vistos como bastiões contra quaisquer sonhos revolucionários, e na política de ajuda econômica, sobretudo como pretexto para a construção de uma imagem mais positiva dos Estados Unidos e para a ampliação de sua capacidade de influir. (FICO, 2008, p. 25).

⁶ Baixado no dia 27 de outubro de 1965, o ato, entre outras medidas, extinguiu os partidos políticos, estabelecendo apenas o governista (ARENA) e o oposicionista (MDB), além de estabelecer eleição indireta para Presidência da República e dar mais força ao Poder Executivo, enfraquecendo tanto o Legislativo quanto o Judiciário.

⁷ Órgão norte-americano equivalente ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil.

Isso se configurou como mais um motivo para que se soubesse mais sobre os exércitos latinos e seus quadros.

Existia uma ampla caixa de diálogo aberta entre os militares e os Estados Unidos antes mesmo do início do último período de apoio incondicional. Isso justifica, em partes, a forte presença do país estrangeiro no golpe de 1964. Sabemos da presença concreta dos estadunidenses nos acontecimentos que resultaram com a queda de Jango pelos menos desde o dia 19 de dezembro de 1976, data de uma reportagem no Jornal do Brasil assinada por Marcos de Sá Correa que expôs o caso para a sociedade brasileira. Já na área acadêmica, a primeira publicação de impacto que abordou a presença estrangeira no golpe ficou a cargo da pesquisadora Phyllis Parker, no final da década de 1970. A partir do pioneirismo de Parker, vários outros estudos se dedicaram a investigar o papel que a superpotência capitalista exerceu no golpe. Sabe-se então, que o governo dos Estados Unidos estava ciente da conspiração em andamento contra Goulart, inclusive, encontravam-se dispostos a ajudar os golpistas logisticamente e até mesmo militarmente em caso de uma hipotética resistência por parte do presidente. Isto é, o relacionamento direto entre as vertentes golpistas e a burocracia estadunidense é anterior a criação do regime dos primeiros.

O momento imediatamente posterior ao golpe foi de intensa atividade diplomática para Brasil e Estados Unidos. O primeiro possuía preocupação pelo reconhecimento internacional do governo golpista, o que, em grande parte, dependia diretamente da postura que os estadunidenses iriam adotar, ou seja, para onde a potência capitalista fosse, o seu bloco a acompanharia. Não é surpreendente o fato de que os EUA reconheceram o novo governo em tempo recorde, pois Castelo prometera afastar o 'perigo vermelho' e alinhar-se incondicionalmente ao bloco da superpotência americana, logo, os interesses norte-americanos no maior país da América Latina estariam preservados. Reconhecer e apoiar o golpe era a decisão natural. E, na verdade, eles foram além, ajudando o Brasil perante a comunidade internacional, uma vez que "consumada a deposição de Goulart, os Estados Unidos passaram imediatamente a agir para que o afastamento do presidente brasileiro não fosse visto pela comunidade internacional como mais um rotineiro golpe militar latino-americano." (FICO, 2008, p. 127).

Tal estratégia se provou um sucesso e, salvo alguns países cujos os governantes estavam mais à esquerda, como Cuba, por exemplo, o movimento golpista foi encarado com normalidade e o governo foi reconhecido como legítimo. Internamente, o governo Johnson⁸

⁸ Lyndon Johnson (1908-1973). Democrata, foi o 36º presidente dos Estados Unidos da América entre os anos de 1963 e 1969.

também obteve sucesso ao contornar a situação, acobertando da mídia a parte mais sensível da participação de seu governo no golpe. Desse modo, perante o Congresso e o Senado, triunfou a lógica da Guerra Fria, como nos explica James Green:

Em 1964, o público norte-americano, assim como senadores (que, supostamente, tinham sido informados sobre tudo), acolheram a lógica apresentada pelo governo Johnson, por seus representantes e pela mídia que comandavam. O consenso da Guerra Fria continuou dominante, e somente um pequeno número de jornalistas e de esquerda questionava a política norte-americana para com a América Latina ou o resto do mundo. (GREEN, 2009, p. 86).

A lógica da Guerra Fria era simples e direta: ela encarava o mundo dividido por dois sistemas socioeconômicos antagônicos, cabendo aos Estados Unidos a atribuição de guardião do sistema capitalista. Assim, para preservar seu status e garantir o triunfo de sua zona de influência, pouco importavam os meios, mas sim o fim. Ela é muito bem traduzida pela orientação da política externa durante o governo Johnson, mais conhecida como Doutrina Mann⁹, "segundo a qual os Estados Unidos deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas, mesmo que fossem autoritários ou ditatoriais." (FICO, 2008, p. 35). Por consequência, o evento no Brasil foi encarado com naturalidade e até mesmo como uma vitória dos valores ocidentais, pois um governo esquerdista havia caído e militares extremamente anticomunistas emergiram ao poder.

Os acontecimentos posteriores ao golpe acenderam um sinal de preocupação nos burocratas norte-americanos. Eles superestimaram a capacidade de Castelo Branco de apaziguar as diferentes facções do Exército Brasileiro, bem como suas reinvindicações, ora por uma política econômica mais nacionalista, ora pela amplificação das medidas repressivas contra os inimigos da "revolução" de 1964. O fato é que tanto Lincoln Gordon¹⁰ quanto outros membros da cúpula do Departamento de Estado depositaram demasiada fé no primeiro presidente militar, acreditando que ele não permitiria uma escalada de autoritarismo, mas como os fatos posteriores nos mostram, eles estavam enganados. Expurgos, prisões, torturas, demissões sumárias e, intervenções em entidades, como em sindicatos e na UNE, por exemplo, foram ocorrências notadas já nos primeiros momentos do governo de Castelo Branco. Isso começou a preocupá-los, pois a repercussão doméstica de um envolvimento com uma ditadura

⁹ A doutrina foi batizada com o nome de seu criador, Thomas C. Mann. Diplomata de carreira, foi um funcionário da cúpula do Departamento de Estado durante o governo Johnson, especialista em assuntos sobre a América Latina.

¹⁰ Lincoln Gordon (1913-2009). Foi o embaixador estadunidense no Brasil entre os anos de 1961 e 1966.

certamente prejudicaria a imagem do governo Johnson. E não era do interesse estadunidense uma ditadura plena em terras brasileiras. Por diversas vezes, Gordon alertou tanto Castelo quanto Costa e Silva, que na época ocupava o cargo de Ministro da Guerra¹¹, "sobre a necessidade de serem evitadas medidas repressivas que pudessem ser interpretadas pela opinião pública norte-americana como típicas de um 'velho golpe militar latino-americano." (FICO, 2008, p. 137). O receio aumentou principalmente após o AI-2, pois até então, parte dos golpistas – principalmente as vertentes civis – acreditavam que os militares não demorariam a devolver o Brasil para uma situação democrática. Eles supuseram que as eleições de 1965 estariam asseguradas pelo Exército. A partir daí afastou-se a ideia de que os militares trariam o Brasil de volta à democracia. Cada dia mais parecia que o regime militar não estava disposto a largar o poder tão cedo, ademais, o caráter ditatorial do governo crescia exponencialmente. Pelos motivos já expostos, estes acontecimentos assustaram os norte-americanos, que, por sua vez, se preocupavam cada vez mais com o Exército Brasileiro e sua "linha dura", ala extremamente nacionalista e protecionista, que, além do efeito de repercussão doméstica mencionado, também poderia trazer ameaças aos interesses econômicos norte-americanos no país.

A perspectiva estadunidense sobre a "linha dura" se mostra como o aspecto crucial deste trabalho, logo, é de suma importância entender não só o comportamento da política externa estadunidense, mas também, as estruturas das Forças Armadas brasileiras e, consequentemente, as estruturas da "linha dura", refletindo sobre como elas foram forjadas com o passar do tempo. Visto que esta facção nada mais é do que um componente da própria instituição militar. Para compreendê-la, devemos entender o processo de aparelhamento e doutrinação que a instituição do Exército Brasileiro sofreu principalmente desde os anos de 1930. É bem verdade que antes disso já existiam sinais de uma maior presença ativa de militares no Estado brasileiro. "Tudo mudou com a proclamação da República. E mudou não por causa da República, mas por causa da maneira como foi proclamada, isto é, por um levante militar contra o governo." (CARVALHO, 2019, p. 224). Ora, podemos considerar tal movimento como natural, visto que o golpe que derrubou o Império do Brasil foi encabeçado por um militar e o movimento do republicanismo encontrou no seio do Exército um local de abrigo. Porém, de fato, os anos de 1930 se mostram como fundamentais no processo de tornar as Forças Armadas uma instituição intervencionista dentro do cenário político nacional. Foi com Getúlio Vargas e sua era que os militares se tornaram, com efeito, atores políticos no cenário brasileiro. O tema é comum no

Até 1967 a denominação do responsável pela gestão do Exército era a de Ministro da Guerra. Entre 1967 e a criação do Ministério da Defesa em 1999, a nomenclatura do chefe do Exército foi a de Ministro do Exército. E a partir de 1999 o cargo é conhecido como Comandante do Exército.

meio de historiadores que se dedicam ao estudo das Forças Armadas, como José Murilo de Carvalho. Ele pontua que:

Como se sabe, o projeto das Forças Armadas intervencionistas a serviço da ordem vem da década de 1930 e é de autoria do general Góis Monteiro. A doutrina Góis previa a eliminação da política dentro das Forças Aramadas para que pudesse agir mais eficazmente como ator político. Em consequência, o Exército foi expurgado de divergentes e submetidos a intensa doutrinação. (CARVALHO, 2019, p. 209).

A conduta de Góis defendia um ideal de que o Exército Brasileiro deveria se configurar como o motor do Brasil, a instituição que estava fadada a conduzir o país em seus rumos políticos e econômicos. As intervenções militares de 1945¹² e 1955¹³ nos fornecem bons exemplos da vontade do Exército de interferir no cotidiano político doméstico. Os militares que futuramente se auto-intitulariam "linha dura" na ditadura militar estavam começando suas carreiras na época em que Góis reestruturava o Exército, e não é impreciso afirmar que eles foram influenciados pela doutrina. Eles herdaram e incorporaram a doutrina, foi ela que os fez pensar que o Exército Brasileiro era a instituição perfeita para impulsionar o destino manifesto brasileiro de se tornar uma potência. Logo, vinha dela a característica primordial da "linha dura". A sua alma militante.

O processo conheceu seu ápice durante a ditadura militar brasileira, aí sim já sob a também atuação da "linha dura" e, como comenta Maud Chirio, ele não cessou, e nem diminuiu durante o período.

Esse ativismo não se interrompe em 1964. A despeito do peso do imaginário hierárquico e da vitória de sua própria facção, vários jovens oficiais veem o golpe de Estado como sua "revolução": sentem-se responsáveis pelo novo regime e pretendem de fato infletir seu curso. Seus protestos estão na origem de um fenômeno espantoso: o surgimento de uma verdadeira vida política na esfera de oficialidade das Forças Armadas, sob uma ditadura militar. (CHIRIO, 2012, p. 12).

Dentre os diversos ativismos que existiram durante o período, destacamos aqui a "linha dura" por se configurar também como um objeto de pesquisa da presente pesquisa. Na intenção de se trabalhar com um tipo de facção no interior das Forças Armadas, se faz extremamente

No fim de 1955, o General Henrique Teixeira Lott botou suas tropas na rua, no Rio de Janeiro, para impedir a volta de Café Filho à presidência e, consequentemente, garantir a posse de Juscelino Kubitschek ao cargo.

¹² Em outubro de 1945, o Exército deu fim à Era Vargas. Com receio de que Vargas articulasse algum movimento para permanecer no poder, o Exército se organizou e depôs o presidente que ele próprio sustentou por 15 anos.

necessário situá-la, entender sua formação e estrutura, bem como suas principais reivindicações. Para isso, evoco novamente a autora Maud Chirio.

Os anos de 1964 e 1965 são geralmente considerados o período de incubação de uma "linha dura" que se tornará imutável ao longo do regime, contestando e depois se apropriando do poder central. Contudo, a "linha dura", categoria nativa oriunda do vocabulário dos próprios atores, não tem, a princípio, o sentido de grupo político ou facção para os oficiais que a reivindicam, mas de linha política de contornos imprecisos, de um "estado de espírito" e de certa interpretação da "revolução" de 31 de março de 1964. São jornalistas e analistas políticos que na mesma época, transformam em grupo — dotados de chefes, representantes, logo, de certa coesão interna — o que não passa então de uma expressão de identificação. Os militares só se apropriam dessa categoria mais tarde. (CHIRIO, 2012, p. 50).

Igualmente se faz necessário estabelecer as principais bandeiras do grupo, para isto, novamente Chirio argumenta que:

Os oficiais que se consideram de "linha dura" emitem um discurso de extrema direita, nacionalista e, de certa forma, reformista. Não defendem programa coerente, mas apresentam duas exigências. A primeira é um expurgo radical, sem consideração pelos procedimentos aplicados pela conformidade com a lei: imediatamente após o golpe, os oficiais de "linha dura" são os principais advogados da violência de Estado e de repressão política. A segunda é um conjunto de medidas economicamente nacionalista. Até 1964, contudo, o nacionalismo econômico era uma exclusividade da esquerda; de agora em diante é brandido por esses oficiais turbulentos como uma arma contra um governo que eles julgam entreguista. Um certo antiamericanismo é às vezes associado a ele, ao som de "nem Washington nem Moscou", numa referência complexa a situação geopolítica da Guerra Fria e ao passado nacional, em especial à era Vargas. (CHIRIO, 2012, p. 51).

É importante ressaltar que, como veremos mais à frente, os Estados Unidos não necessariamente localizaram, durante seu processo de reconhecimento, as mesmas definições de Chirio em sua abordagem teórica. Isso quer dizer que, muitas vezes, a "linha dura" aqui trabalhada não apresentará as mesmas características da "linha dura" de Chirio 14, pois se trata, na verdade, da "linha dura" na visão do país do Norte. Mesmo assim, é extremamente útil evidenciar uma reflexão deste nível para auxiliar na interpretação da visão estadunidense.

Como podemos notar, esta facção teve uma origem relacionada a uma intensa atuação militante das Forças Armadas na política brasileira, que se formou e intensificou com o advento

¹⁴ Vale igualmente pontuar que Maud Chirio não é detentora de uma exclusividade quando se fala em conceituação da "linha dura". Outros autores também discorrem sobre o tema. Alfred Stepan foi o pioneiro. É válido, do mesmo modo, destacar os trabalhos de João Roberto Martins Filho e Elio Gaspari. Quando se fala do jornalismo da época, é importantíssimo salientar o nome de Carlos Castelo Branco, primeiro a usar o termo no meio. Entretanto, por uma opção do autor, me apego principalmente a definição de Chirio por considerá-la a mais completa para o caso.

da ditadura militar. Tal ativismo, por sua vez, está ligado a uma política doutrinária que começou a ser implantada ainda na Era Vargas, durante os anos de 1930. O notável ativismo dos militares e, consequentemente, a tomada do poder por parte deles, materializou o interesse estadunidense em monitorá-los. A preocupação de saber a posição ideológica dos militares brasileiros, bem como suas ações e ideias, não se deu por acaso. Desde os primórdios do regime, a caserna exerceu forte poder sobre os generais-presidentes. "Se no campo político o primeiro ano do período militar presenciava os esforços da área civil para se adaptar aos novos tempos, na área militar essa fase iria testemunhar inusitado ativismo." (MARTINS FILHO, 1995, p. 52). Após o golpe de 1964, é prudente afirmar que o envolvimento e a militância dos militares na política atingiram níveis inéditos na história brasileira. Não era do campo civil que provinham as crises geradoras de instabilidade da ditadura. Elas eram provenientes, majoritariamente, do espectro militar, resultante de disputas internas entre setores discordantes. Os estadunidenses estavam cientes de que existiam rachas dentro do Exército Brasileiro e que tais divisões geravam reflexos na cena política interna. Logo, mapear a ideologia, as intenções e os movimentos de pessoas que poderiam, de alguma maneira, influenciar os rumos do país se fazia um movimento interessante para o governo dos Estados Unidos, visto que agora os militares estavam no comando das principais decisões relacionadas ao Estado brasileiro.

A perspectiva dos Estados Unidos sobre a "linha dura" se materializa como foco desta pesquisa, e após refletir tanto sobre a política externa estadunidense para com o Brasil quanto sobre Exército Brasileiro, cabe aqui agora deixar manifesto o problema da presente pesquisa. O problema científico a ser apurado nasceu da identificação de uma lacuna a ser preenchida dentro do campo da pesquisa histórica sobre o assunto. O papel exercido pelos norte-americanos no golpe de 1964 é um objeto amplamente difundido e discutido dentro das universidades brasileiras, entretanto, são poucos os historiadores que tomam a iniciativa de pesquisar em fontes primárias estadunidenses, investigando, assim, a perspectiva estrangeira sobre os personagens e os acontecimentos. Como explica Carlos Fico, "é simplesmente incompreensível que não haja uma vasta historiografia brasileira sobre os Estados Unidos: além de brazilianists, precisamos de americanistas". (FICO, 2008, p. 12). Dito isso, a partir da reflexão feita sobre a política externa estadunidense e a "linha dura", que serviu como alicerce para a elaboração da questão aqui proposta, o problema da pesquisa se baliza nos seguintes termos: quais setores da sociedade brasileira foram identificadas como sendo de "linha dura"? Quais as principais demandas e reinvindicações destes grupos? E quais foram suas mais notáveis atuações? Tudo isto, é claro, segundo a perspectiva estadunidense.

Partindo para a justificativa do tema, ela se estrutura em dois princípios: a relevância e a originalidade. Em relação ao critério de relevância, devemos ter em mente que a história é a ciência do passado e do presente, é a maneira pela qual o historiador atua na sua época. Esse último tem como um dos reflexos do seu trabalho a ação de auxiliar na compreensão do presente. Este critério se associa ao raciocínio exposto acima, pois a política de espionagem e coleta de informações estadunidense que gerou os quase 30 mil documentos presentes atualmente no acervo usado para a produção desta pesquisa ainda hoje é uma realidade. O país que investigou tão intensamente a "linha dura" no Brasil é o mesmo que, atualmente espiona diversos países do mundo sobre assuntos que, direta ou indiretamente, exercem impacto social e/ou econômico dentro da sociedade estadunidense. Um ótimo exemplo desta postura foi uma série de vazamentos feita pelo site WikiLeaks, no ano de 2015, de documentos secretos da diplomacia americana, os quais revelavam que, além da então presidente Dilma Rousseff, outros 29 telefones pertencentes a membros da cúpula do governo brasileiro, incluindo ministros, diplomatas e assessores, foram grampeados e, consequentemente, espionados pelo governo norte-americano¹⁵. O maior esquema de vigilância do mundo funciona sistematicamente, é dotado de um amplo alcance e pertence aos Estados Unidos da América, logo, é de interesse mundial pesquisas e estudos desta categoria.

Quanto à questão da originalidade, como já mencionado, este projeto nasceu do reconhecimento de uma área pouco estudada no campo da pesquisa histórica. Assim, o ineditismo das fontes e do objeto de pesquisa, sendo uma análise da perspectiva estadunidense sobre uma facção específica dentro das Forças Armadas do Brasil, justifica o critério de originalidade da pesquisa. Documentos estadunidenses sobre o Brasil enfrentam algumas barreiras e são pouco estudados, sendo a língua estrangeira e um dificultoso acesso aos documentos as mais recorrentes. A prova disso são os poucos trabalhos em português que têm neste tipo de fonte o seu propulsor. O tema da originalidade é reforçado quando observamos obras que tangenciam o tema. Existem diversos autores que se dedicaram a estudar a relação entre os Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Entre eles estão: James Green, Carlos Fico, Mariana Joffily, Thomas Skidmore, Alfred Stepan, entre outros. Plurais são também os historiadores que estudam as Forças Armadas do Brasil e suas fissuras internas, como por exemplo, Maud Chirio, João Roberto Martins Filho e, José Murilo de Carvalho. Entretanto, relacionar os dois concretiza uma situação de ineditismo. São escassos trabalhos que se propõem estudar a associação entre as Forças Armadas brasileiras e a diplomacia

_

¹⁵ Disponível em: https://wikileaks.org/nsa-brazil/. Acesso em: 27/09/2019, às 18 horas.

estadunidense. Quando dissecamos os militares brasileiros, e ressaltamos a facção da "linha dura", os estudos ficam ainda mais raros.

O foco da pesquisa não é um estudo propriamente dito sobre a "linha dura", mas sim a ótica americana sobre ela. Porém, é inegável que o trabalho também se relaciona com os estudos sobre a ditadura militar, então, podemos justificá-lo igualmente por uma demanda social brasileira. O período ditatorial que se iniciou no ano de 1964 é ainda alvo de muitas disputas de narrativas, pois várias pessoas que participaram dos eventos decorridos dele ainda estão vivas, por exemplo. Portanto, devido também ao grau de proximidade dos fatos, as cicatrizes das políticas praticadas pelos militares durante sua estada no poder ainda estão abertas dentro da sociedade contemporânea brasileira. O assunto regime militar é ainda um problema políticosocial dentro de nossa realidade e os historiadores são acionados com boa frequência para tratar deste assunto nas mais diversas mídias, quer dizer, a demanda é alta. Portanto, estudos relacionados a essa temática são de grande interesse de nossa sociedade. Cabe justificar também o recorte da pesquisa. Esta, talvez, seja a justificativa mais simples e direta, pois ela obedece a amplitude temporal das fontes disponíveis no programa. A primeira fonte que cita a "linha dura" é do ano de 1964 e a última é datada de 1979, respeitando uma limitação imposta pelo acervo à pesquisa.

Para a construção deste trabalho foi utilizado um amplo e diverso acervo. As fontes documentais usadas estão todas disponíveis no projeto *Opening the Archives*¹⁶. Este programa é uma parceria entre a Brown University, localizada em Providence, Rodhe Island, e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná, para digitalizar milhares de documentos estadunidenses sobre o período da ditadura militar brasileira, tornando-os disponíveis para o grande público dentro do site da própria *Brown University Library*.

A documentação selecionada para a pesquisa abrange aproximadamente o número de 284 documentos, todos fazendo referência a "linha dura" das Forças Armadas do Brasil. O período da documentação tem seu primeiro e último exemplar nos anos de 1964 e 1979, respectivamente. A tabela abaixo nos mostra a quantidade de documentos por cada ano¹⁷.

Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/. Acesso em: 28/09/2019, às 20:00 horas.

¹⁷ Se for realizada a soma da quantidade de documentos por ano, como indicado na tabela, se chegará a um resultado que indica o número 283, não 284. Isso ocorre porque apenas uma fonte, dentro do universo de fontes utilizado, não tem a data de sua origem especificada.

Tabela 1 – Documentos produzidos por ano

Ano	Quantidade de documentos
1964	37
1965	90
1966	22
1967	44
1968	23
1969	27
1970	3
1971	3
1972	10
1973	4
1974	3
1975	5
1976	4
1977	7
1978	0
1979	1

Fonte: Autoria própria

Como podemos notar, a maioria dos documentos se concentra nos anos iniciais da ditadura, tendo seu auge de quantidade entre os anos de 1964 e 1969. Após esse intervalo, a quantidade de documentos que cita a "linha dura" cai bruscamente. A exceção fica por conta do ano de 1972, em que cerca de 10 documentos foram elaborados. São três as instituições as quais estes documentos pertencem: a *Military Intelligence Unit*, a *United States Nacional Archives and Records Administration* e, por fim, a *Lyndon Baines Johnson Library*. Quanto aos tipos de documentos, o arquivo possuiu uma vasta variedade. São eles: *airgrams*, *telegrams*, dossiês, memorandos de conversas, artigos e reportes semanais, entre outros. São dois tipos de documentação mais recorrentes, os *airgrams* e os *telegrams*, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 2 – Tipos de documentos produzidos

Tipo de documento	Quantidade de documentos
Airgrams	78
MIU-Intelligence Information Report	40
MIU-Report	11
MIU-Article	3
MIU-Memo	3
Telegrams	69
MIU-Withdrawal	25
MIU-Biographic Data	31
MIU-Briefs	8
MIU-Newspaper Article	5
MIU-Intelligence Bulletin	3
MIU- Intelligence Information Cable	8

Fonte: Autoria própria

É importante também salientar que algumas partes desta documentação não foram liberadas integralmente, tendo alguns trechos censurados. Nesse sentido também é válido destacar o caso dos MIU-Withdrawal, que são fontes em que a única parte do seu conteúdo que foi tornada pública se configura no título. Todo o resto foi vetado, não passando na triagem. Igualmente importante se faz a necessidade de explicar as limitações impostas à pesquisa por este tipo de acervo. Devido ao seu formato, tendo uma proposta de digitalizar arquivos do U.SState Department, o pesquisador fica dependendo da disponibilidade online dos documentos, pois a ausência de certos documentos no *Opening The Archives* não significa que não existem registros sobre determinadas temáticas. Eles simplesmente podem ainda não ter sido digitalizados e posicionados no acervo, logo, é possível que sua presença se faça apenas no acervo físico da Military Intelligence Unit, da United States Nacional Archives and Records Administration, e da Lyndon Baines Johnson Library. Incorporando esse tipo de situação no exemplo desta pesquisa, é notável que os documentos pertencentes aos primeiros anos da ditadura militar, principalmente os anos de 1964 e 1965, se configuram como a maioria numérica do acervo utilizado aqui. Também é evidente que são poucas as fontes, se comparadas com a quantidade dos anos citados anteriormente, datadas dos anos de 1970. O ano de 1974,

por exemplo, é a data de origem de apenas três documentos. Entretanto, seria irresponsável afirmar que o interesse estadunidense sobre a "linha dura" decresceu com o tempo, ou que a atuação de partes radicais das Forças Armadas cessou durante a década de 1970. Até porque isso é incorreto, visto que depois de Geisel anunciar seu projeto, setores militares descontentes começaram uma intensa movimentação, inclusive utilizando-se de atentados terroristas, para tentar impedir ou retardar a abertura. Enfim, especular qualquer outra hipótese que justificasse tal movimento do acervo poderia se configurar em uma armadilha para o pesquisador, pois a chave para esta resposta poderia achar-se pontualmente na natureza do acervo. Não é que os documentos referentes aos anos de 1970 não existam, ou existiam em menor número, eles apenas podem não ter sido digitalizados, ou também podem não ter passado pelo processo de desclassificação do governo dos Estados Unidos, ou seja, podem estar ainda secretos, não disponibilizados ao público.

Em contrapartida, a natureza dessas fontes proporciona um universo riquíssimo em termos de possibilidades em pesquisa histórica. A enorme quantidade de documentos disponível, bem como sua pluralidade em relação aos seus tipos, às instituições geradoras, aos assuntos e aos personagens abordados, evidenciaa o alto nível de potencialidade dos mesmos. Com relação ao assunto, Mariana Joffily afirma que:

A singularidade dessa documentação reside em algumas características dificilmente encontradas em fontes nacionais que tratam da violência do Estado contra os oponentes políticos. Em primeiro lugar, trazem um olhar externo às políticas dos governos do Cone Sul, do ponto de vista da potência da qual emanava parte significativa do modelo, da doutrina e da mentalidade que moviam os governos militares e seus apoiadores civis. Em segundo, revelam o grau de conhecimento e implicação dos Estados Unidos na violência perpetrada por esses governos contra seus opositores. Em terceiro, em alguns casos revelam bastidores de tomadas de decisão ou perfis de atores-chave das ditaduras da região. Por fim, fornecem valiosas pistas sobre os processos de tomada de decisão da política externa dos Estados Unidos em relação a seus aliados. (JOFFILY, 2018c, p. 277).

Com base na assertiva da autora, pode-se realizar algumas reflexões sobre o universo deste trabalho. A primeira característica descrita faz referência ao ponto de vista estrangeiro sobre os governos do Sul, aspecto que se faz como tema principal desta pesquisa. Os documentos presentes no *Opening The Archives* destacam a interpretação estadunidense sobre inúmeros aspectos da situação brasileira da época. Existem relatórios sobre as questões econômica, política e social, para citar alguns. Destacados atores das mais diversas áreas do cenário brasileiro, tendo como exemplo os presidentes militares, Silvio Frota, Olímpio Mourão

Filho, Roberto Campos¹⁸, Delfim Neto, Márcio Moreira Alves, entre outros. Foram protagonistas de relatórios e análises por parte de funcionários do governo dos Estados Unidos. Ressalto que não apenas indivíduos eram observados, pois instituições das mais plurais naturezas também se desenhavam como alvo, como, jornais, organizações da esquerda armada e também os partidos políticos. Logo, não é de se espantar que a "linha dura" não fuja desta lógica. Ela também foi intensamente monitorada, interpretada e classificada. Tranquilamente, pode-se afirmar que não faltou esforço, dedicação, tempo e interesse por parte dos estadunidenses em estudá-la.

O grau de conhecimento possuído pelos estrangeiros sobre a "linha dura" também se faz presente nos arquivos aqui estudados. Na verdade, para uma melhor noção sobre o estudo, é mais correto afirmar que o grau de entendimento que o governo dos Estados Unidos construiu sobre a sua própria noção de "linha dura" igualmente está no desenrolar da pesquisa, representado, consequentemente, no conteúdo dos documentos produzidos. Seria inocente da parte do pesquisador imaginar que algum sistema de informações estrangeiro conseguiria formar uma visão de "linha dura" igual a de um pesquisador. O governo estadunidense mapeou e formulou seus próprios conceitos de "linha dura", que ora se aproximavam das visões de autores que estudam o tema — Chirio, Martins Filho, Gaspari — ora se afastavam delas. O fato é que, sobre a sua específica "linha dura", os Estados Unidos estavam cientes e informados.

Podemos identificar igualmente os bastidores de decisões e o interesse nos perfis dos principais líderes no âmbito nacional. A cada evento em que a embaixada estadunidense interpretava como importante, se realizava uma profunda análise sobre a situação, observando e levantando dados sobre as causas, consequências, principais atores e, principalmente, qual impacto tal evento traria para a situação política e econômica do próprio país. Assim foi feito na promulgação do AI-2, do AI-5, e na conturbada posse dos governadores eleitos em 1965¹⁹, quando ramos da "linha dura" tentaram incessantemente impedir os eleitos de assumirem seus cargos. Quanto aos perfis dos militares brasileiros, existe um tipo de fonte específico chamado

18 Roberto de Oliveira Campos (1917–2001). Foi um diplomata, economista e, político brasileiro. Após o golpe de 1964, tornou-se o principal líder da equipe econômica do presidente Castelo Branco, assumindo o cargo de Ministro do Planejamento. Posteriormente emplacou uma carreira política, elegendo-se Senador e, em um

segundo momento deputado federal. Ambos pelo estado de Mato Grosso. É crucial ressaltar aqui que Roberto Campos é um dos maiores expoentes do movimento liberal brasileiro do século XX.

Ocorreram em outubro de 1965 eleições estaduais em alguns estados brasileiros. Na época, a constituição não previa eleições uniformizadas para os pleitos regionais. O resultado desta eleição irritou a setores do exército, inclusive à "linha dura", pois em determinados casos os vencedores foram ou políticos tradicionais ligados a partidos e figuras detestadas por esses setores militares, ou políticos do campo progressista. Os casos mais emblemáticos foram as vitórias de Israel Pinheiro em Minas Gerais e de Negrão de Lima no estado da Guanabara, ambos pertencentes ao PSD, partido do ex-presidente Juscelino Kubitschek, figura não bem quista pelos setores militares em geral.

de *Biographic Data*. São, na realidade, dossiês feitos sobre os mais notáveis comandantes militares da época. De fato, o governo estadunidense estava interessado em saber mais sobre este tipo de líder.

Aproveito para adicionar mais um aspecto sobre a singularidade deste tipo de documentação, complementando a reflexão de Joffily. Por meio dela podemos perceber as discordantes opiniões entre as instâncias da alta burocracia do governo dos Estados Unidos. Muitas vezes, as visões dos diplomatas em campo eram diferentes daquelas do Secretário de Estado²⁰. Fazendo a consideração no campo das instituições, a opinião da embaixada poderia ser diferente da opinião do Departamento de Estado. O movimento é percebido porque parte das fontes nos revela um diálogo entre essas duas instâncias, materializado na troca de correspondências entre elas. Porém, como é padrão no universo das relações internacionais, a diretriz da política externa dos países possui uma característica hierárquica e vertical, ou seja, são o presidente e seus conselheiros que definem os rumos, não os diplomatas e as embaixadas. Cabe ao embaixador e a seu pessoal praticarem e efetivarem a política diplomática estabelecida para determinado país. Claro que a embaixada pode, e deve, sugerir posturas e auxiliar em tomadas de decisões, contudo, a última palavra não pertence a ela. Como as fontes usadas para esta dissertação estão inseridas neste tipo de universo, também se concretiza como singularidade a percepção de tal movimento através delas. No caso desta pesquisa, existe pelo menos uma situação deste tipo, então, ela está devidamente documentada pelos arquivos disponíveis.

Ainda sobre as características do acervo, é indispensável comentar sobre as evidentes aproximações com a História do Tempo Presente. Elas acontecem pelo recorte temporal e pelas repercussões que esse passado e esse tema ainda têm no presente. O impasse entre o historiador do tempo presente e os estados nacionais existe e é destacada, pois este tipo de profissional trata muitas vezes de assuntos sensíveis a governos, realizando constantemente seu trabalho a contragosto de seus países, pois seus objetos de estudo podem não se configurar em temas convenientes para discursos oficiais, programas de estado e até mesmo projetos eleitorais. Além do mais, existe uma crescente demanda social por trabalhos que envolvam as instâncias burocráticas e sua relação com as sociedades civis. Entretanto, o melhor argumento para se enquadrar esse conjunto de fontes à perspectiva da História do Tempo Presente é usar um princípio que Henry Rousso chama de prazo político de reserva. Sobre a associação do princípio com a espécie do acervo, ele comenta:

_

²⁰ Cargo equivalente ao de Ministro das Relações Exteriores no Brasil.

Que a história contemporânea remonte no tempo em 'cinquenta anos, um mês ou um minuto, para retomar a expressão de Benedetto Croce, quaisquer que sejam, portanto, a periodização ou recorte adotados, põe-se a questão de um prazo de reserva que não existe, por definição, para as outras sequências da história. Certamente, acaba-se de mostrar que o obstáculo foi levantado na historiografia ao longo de todas essas últimas décadas. Nem por isso ele desapareceu inteiramente, como mostram as discussões recorrentes sobre os prazos para o acesso aos arquivos públicos que delimitam um tempo de latência no qual o acesso à informação será controlado, ou mesmo proibido por certo tempo. (ROUSSO, 2016, p. 250).

Não é custoso notar que a série de documentos aqui analisada se encaixa perfeitamente na reflexão acima. Todos os arquivos existentes no *Opening The Archives* passaram, em maior e menor grau, por um período em que seu acesso ao grande público foi restrito justamente por sua característica original, sendo documentos oficiais da burocracia de um país e que por vezes tratam de assuntos de Estado. A essência das informações contidas nesse tipo de documento geralmente possui um caráter opinativo, ou evidencia algum tipo de campo de divergência entre duas nações. À vista disso, não seria de interesse da parte produtora lançar esse tipo de informação instantaneamente ao público. É por esta razão que geralmente os países usam o argumento de segurança nacional para conter o máximo de tempo possível os documentos em situação de impedimento ao acesso público. Portanto, devido a esta característica, que na verdade se materializa como um entrave, por muitos anos não foi possível estudar a perspectiva estadunidense sobre a "linha dura". Apenas recentemente, quando este período se encerrou e, consequentemente, os documentos foram liberados, é que se concretizou a possibilidade de tal estudo. Vale lembrar que o historiador é preso às fontes, não podendo ir além do que elas proporcionam. Por isso, apesar do assunto propriamente dito não pertencer ao nosso contemporâneo, a viabilidade de uma pesquisa sobre ele só foi se estabelecer há pouco tempo.

Devido ao gênero dessas fontes, se faz necessário conhecer e aplicar uma abordagem própria, que ajude a melhor interpretá-las e que, consequentemente, auxilie o trabalho em relação à sua qualidade. Foi buscado na História Internacional, um padrão, um estilo para se manejar esse tipo de fonte tão própria e peculiar. Como nos indica Marc Trachtenberg, existe uma série de perguntas que devemos ter em mente ao lidar com este tipo de situação:

The key point to bear in mind here is that international politics is about conflict. It's about what happens when different countries want different things and when those desires clash with each other. So in studying international politics in a particular period, you can start with the basics: What does each country want? What sort of policy is it pursuing? What kind of thinking is that policy rooted in? What does each

side actually do, and how does each react to what the others are doing? What, in other words, is the basic story here?²¹ (TRACHTENBERG, 2006, p. 141).

Assim sendo, o básico foi respeitado e empregado. Para o âmbito da pesquisa, devemos compreender que a relação que Brasil e Estados Unidos construíram durante o recorte e, consequentemente durante a ditadura militar, respeita os trâmites da política internacional. Existiu, então, uma ligação de disputa, de conflito. Tal conflito, ora foi mais ameno, ora mais intenso. Mas ele existiu justamente pela premissa base evocada, a qual afirma que toda e qualquer interação entre dois países é dotada de disputas, conflitos e interesses. Então, existe a necessidade de focar em tais aspectos referentes ao universo da presente pesquisa. Apesar de apoiar veementemente o golpe, muitas foram as vezes em que a diplomacia estadunidense estranhou a postura adotada pelo governo brasileiro para com elementos de sua funcionalidade, como, por exemplo, as questões econômica, política e, principalmente, a correlação entre o próprio governo e as Forças Armadas. Foi identificando tais situações e interpretando-as no cenário de atuação da "linha dura" que se construiu o trabalho. O movimento sempre foi acompanhado de outras análises e abordagens metodológicas, como por exemplo, a que sugere novamente Trachtenberg. "You have to think about what was puzzling about the particular episode you're examining. You have to put yourself in the shoes of the people you are studying and then perhaps ask what you would have done²²." (TRACHTENBERG, 2006, p. 145). Assim se efetivou o processo de construção do trabalho em relação às suas fontes.

Uma vez estabelecido o tema, a problemática, a justificativa e os aspectos correspondentes às fontes, é tempo de descrever o resultado da manipulação de todos estes elementos, que se consumou em uma estrutura que faz sentido para uma pesquisa histórica. A partir da análise do material e das ferramentas disponíveis, foi decidido organizar esta pesquisa em três capítulos, visando a resposta de três perguntas básicas: quem era a "linha dura"? O que a "linha dura" desejava? E quais foram as ações concretas da "linha dura"? É necessário aqui repetir que estas três perguntas respeitam a concepção estadunidense. Ou seja, traduzindo meticulosamente, será investigado quais setores da sociedade brasileira os Estados Unidos

²¹ Tradução do autor: "O ponto chave a ter em mente aqui é que a política internacional trata de conflitos. É sobre o que acontece quando países diferentes querem coisas diferentes e quando esses desejos se chocam. Portanto, ao estudar política internacional em um período específico, você pode começar com o básico: o que cada país deseja? Que tipo de política ela está adotando? Em que tipo de pensamento essa política está enraizada? O que cada lado realmente faz e como cada um reage ao que os outros estão fazendo? Qual é, em outras palavras, a história básica aqui?"

²² Tradução do autor: "Você tem que pensar sobre o que foi intrigante sobre o episódio específico que você está examinando. Você tem que se colocar no lugar das pessoas que você está estudando e então talvez perguntar o que você teria feito."

rotularam como pertencentes a "linha dura", quais demandas da "linha dura" foram identificadas pelos estadunidenses e, por fim, qual foi a participação atribuída a "linha dura" durantes alguns dos mais importantes eventos da ditadura militar brasileira.

Os Estados Unidos apoiaram e também incentivaram o golpe contra Goulart, acreditando em uma rápida volta aos padrões democráticos que o Brasil possuía na época. Muito dessa visão vinha da fé contida na figura de Castelo Branco, pois, em geral, os burocratas do país do Norte, incluindo aí a figura de Lincoln Gordon, o encaravam como um homem moderado, que não conduziria o Brasil a uma ditadura e ao mesmo tempo impediria uma ascensão dos setores de esquerda. Ou seja, Castelo era uma pedida perfeita para os estadunidenses. A situação política brasileira logo após o golpe foi monitorada de perto pela embaixada, sendo localizados rapidamente alguns polos de oposição ferrenha ao primeiro marechal presidente. Ao que tudo indica, o interesse por este tipo de movimento se dá, em parte, pela potencial ameaça que esses grupos poderiam representar ao próprio governo Castelo Branco e, consequentemente, ao projeto que os Estados Unidos desejavam para a maior nação do Cone Sul. Constantemente eram realizados diagnósticos sobre a força dos vetores opositores, no sentido de identificar sua real capacidade de afetar os rumos do governo. A "linha dura" se desenhou como uma dessas vertentes opositoras identificadas. Em um primeiro momento, a atitude dos órgãos de informações estadunidenses focou em um levantamento de dados com o objetivo de identificar os atores predominantes dentro dela. Usando suas táticas e informantes, o governo estadunidense identificou não só uma "linha dura", mas sim múltiplas variantes desta facção. Elas nutriam entre si algumas aproximações, porém, é nos afastamentos que se notabilizam, cada uma com perfis diferentes, tanto no padrão dos quadros que as constituíam quanto nas demandas as quais defendiam e nas ações para concretizá-las. Assim, o foco da primeira parte do trabalho se fez em evidenciar quais grupos, dentro da conjuntura política brasileira, os órgãos de informações estadunidenses rotularam como pertencentes à "linha dura".

Uma vez identificados e percebidos os seus movimentos, começaram a construção de estruturas que denunciassem suas principais reivindicações. Assim como na questão dos quadros, ou seja, de quem formava as diferentes "linhas duras", a questão sobre as demandas também enfrentou um bom grau de diversidade, apesar de igualmente existirem aproximações entre elas. Em parâmetros comuns, podemos apontar uma convergência entre elas para uma prática de um nacionalismo econômico, políticas que desmantelassem a subversão e a corrupção e um maior foco na política de repressão, representada principalmente na imagem dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Durante todo o processo, sempre foram esculpidos

estudos sobre a capacidade das "linhas duras" em aplicar tais reivindicações, em uma tentativa de medir seu alcance de fato. Portanto, o segundo capítulo se trata de um movimento de dissecar e aprofundar tais demandas.

Por fim, sabemos que a ditadura militar brasileira foi marcada por instabilidades e surpresas. Eram poucos os que imaginavam que o golpe de 31 de março de 1964 resultaria em um regime ditatorial que durou vinte e um anos, isso porque, para muitos dos personagens da época, estava fixada uma ideia de intervenção cirúrgica, isto é, a imagem de que os militares dariam o suporte para a derrubada de Goulart e logo entregariam o poder novamente para as elites civis. Muitas das inflexões que resultaram no alargamento e contribuíram para a escala autoritária da ditadura, como a promulgação do AI-2 e do AI-5²³, por exemplo, tiveram embutidas uma militância ativa da "linha dura". Até mesmo políticas que encontravam ressonância no palácio, como por exemplo, a questão da posse dos governadores em 1965 e a política da abertura, também enfrentavam uma militância por parte dos "duros", só que dessa vez em oposição. Por conseguinte, o objetivo do terceiro e último capítulo é examinar como os Estados Unidos interpretaram a militância da "linha dura" durante eventos cruciais da história da ditadura.

²³ Promulgado pelo então presidente Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968, o ato abriu um feroz período de cassações a opositores do regime, além de suspender o habeas corpus, fechar por tempo indeterminado o Congresso Nacional e fornecer poderes praticamente ilimitados ao Presidente da República.

2 EUA E A LINHA DURA: INFORMAÇÕES, IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Sabe-se que a "linha dura" foi uma das facções mais importantes dentro do turbilhão que se tornou a política brasileira após a deposição do presidente João Goulart. Ela foi altamente mencionada pela historiografia brasileira após o término da ditadura miliar. Foi reconhecida, classificada e, dissecada por estudiosos por anos. É sabido sobre seus quadros, intenções e ações. Todavia, não é esse tipo de perspectiva que será abordada aqui. O primeiro capítulo tem como foco explorar como os Estados Unidos, via suas agências de informação, realizaram sua própria classificação e organização da "linha dura". Portanto, o capítulo procura responder a seguinte questão dentro da perspectiva estadunidense: quem eram eles?

Antes de se discutir a problemática propriamente dita, se faz necessário elaborar uma reflexão sobre os meios pelos quais os Estados Unidos obtiveram as informações necessárias para classificá-los. Isto é, de que maneira os Estados Unidos chegaram à conclusão que determinado grupo era pertencente à "linha dura". Para tal, será demonstrado quais eram as suas fontes de informação, e quais eram as táticas de extração das informações.

Não é surpresa para ninguém saber que um país como os Estados Unidos dispõem de um amplo sistema de informação que visa abastecer o cérebro da máquina de seu Estado e, assim, usá-lo a seu favor e da maneira que lhes convém. Sendo uma postura padrão da prática de sua diplomacia, fica fácil entender que se adotou o mesmo movimento perante o Brasil, e consequentemente, aos momentos da ditadura militar. O interessante a se pensar aqui é analisar e se trabalhar como esse tipo de informação era levantada e transmitida à burocracia, como a embaixada, e, por fim, ao Departamento de Estado e seu comandante. Para construir e solidificar tamanha rede de informações, os funcionários estadunidenses lotados no Brasil precisaram estabelecer diversos contatos entre algumas camadas sociais locais, como a elite civil e a elite militar, por exemplo. Eles também valorizavam e empregavam técnicas de observação pessoal com o objetivo de extrair o máximo de dados possíveis de determinado alvo, relatando a seus superiores, posteriormente, em memorandos de conversa, quais impressões tiveram sobre o contato. Pela busca nas fontes do universo desta pesquisa, destaco duas principais matrizes de informação visíveis ao pesquisador que os estadunidenses disponham a seu favor, quando se tratava de levantar dados sobre a "linha dura". A primeira se faz em observações, encontros e conversas com quadros do Exército brasileiro e da elite empresarial. A segunda, vem da pontual atenção deles aos meios de imprensa no Brasil.

Eram diversos os militares brasileiros que se configuravam como fontes de informação aos Estados Unidos. As patentes também variavam, desde majores, até generais de exército. As

aproximações eram feitas em locais públicos, como restaurantes, mas também aconteciam em locais privados, como a própria casa dos militares, ou em festas e confraternizações fechadas. As indicações dos participantes destas reuniões muitas vezes eram informadas nos relatórios produzidos, sendo os personagens mais comuns o adido militar estadunidense, os cônsules espalhados pelo Brasil e, em certas ocasiões, o próprio embaixador. Quer dizer, era parte do papel destes servidores correrem atrás de bons informantes dentro do Exército Brasileiro. E, uma vez fazendo isso, eles podiam desenvolver uma noção sobre a situação da ditadura tendo os próprios atores principais dela como fonte. É claro que servidores treinados e capacitados realizavam uma crítica sobre as informações trazidas, pois eles não seriam ingênuos ao ponto de acreditar e considerar tudo o que escutassem, até porque aconteciam encontros com militares de várias patentes e pertencentes a diferentes grupos de identificação. O que naturalmente gera um processo de conflito de informação. Ora, se um oficial que se autointitulava um "linha dura" fosse requisitado a dar um panorama sobre a mesma, esta reflexão teria grandes chances de ser diferente daquela de um oficial não pertencente à "linha dura". O fato que é, constantemente, os estadunidenses cruzavam as informações coletadas e, assim, averiguavam e especulavam sobre o seu grau de confiabilidade. Vale também destacar que os membros da burocracia estadunidense nunca dispuseram de dificuldades para circular entre as camadas altas da elite militar brasileira. Pelo contrário, abundantes foram as vezes em que o caminho inverso foi feito, ou seja, os próprios militares brasileiros procuravam tais funcionários para fornecerem informações a eles²⁴. Certamente isso facilitou, e muito, o trabalho do pessoal do Norte. O mesmo gesto se aplicou às elites civil e empresarial. Esta classe não detinha aversão aos Estados Unidos e os viam como modelo e exemplo a serem seguidos, além disso, os membros dela possuíam fortes interesses econômicos, e a saúde destes interesses muitas vezes exigia o estabelecimento de uma boa relação entre ambas as partes.

Quanto ao uso dos meios de imprensa para se obter informação, dois veículos merecem ênfase: *O Estado de São Paulo* e *o Jornal do Brasil*. É bem verdade que, em um movimento de comparação com o material levantado, a incidência de ocasiões em que os estadunidenses recorreram aos jornais para obter informações é bem menor em relação à primeira tática. Contudo, pode-se constatar sim a utilização deste meio. Como o período que começou em 1964, com o golpe, e terminou em 1968, com a promulgação do AI-5, era caracterizado por uma

-

Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:719667/.

Alguns documentos que comprovam tal afirmação podem ser consultados. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:808408/. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:335888/.

relativa liberdade de imprensa, estes veículos possuíam um certo tipo de autonomia em suas publicações. Ademais, não eram raros encontros com seus proprietários, para se discutir assuntos de relevância sobre o cenário nacional, e consequentemente, se obter um panorama da situação sobre a ótica destes setores.

Os servidores estadunidenses, no momento em que utilizavam o artifício, prestavam atenção quando as publicações nos periódicos evidenciavam disputas, rachas e conflitos dentro dos setores políticos brasileiros. As reações da imprensa sobre atitudes autoritárias do governo, como, por exemplo, as cassações, igualmente eram observadas. Enfim, movimentações por parte dos jornais que efetuassem alguma referência à agitação da "linha dura" foram claramente notadas pelo sistema do Norte. A título de exemplo, nos primeiros meses após o golpe, em um momento em que os Estados Unidos ainda estavam no processo de reconhecimento e mapeamento da "linha dura", Ruy Mesquita²⁵, um dos herdeiros d'O Estado de São Paulo, publicou em seu jornal uma carta explicando a revolução – para ele sem aspas – e seus objetivos. A carta foi notada pelo consulado em São Paulo e tornou-se um airgram²⁶, sendo enviado posteriormente para o Departamento de Estado. Nele, o cônsul teceu vários comentários analíticos sobre a carta, sendo o mais interessante o que classificava a postura de Ruy Mesquita como "linha dura". Ainda sobre O Estado de São Paulo, pode-se reparar uma atitude por parte dos estadunidenses em buscar os nomes da "linha dura" por meio do jornal, pois era de seu interesse saber quais eram os nomes pertencentes à facção. Por exemplo, no dia 4 de janeiro de 1966, o Estado publicou em suas páginas um especial referente a 1965, contendo resenhas sobre importantes eventos do ano anterior. Nesta impressão, o periódico apontou uma série de militares que, segundo o próprio jornal, se configuravam como revolucionários destacados. O consulado entendeu essa lista como sendo um índice da "linha dura", montando e encaminhando, então, um airgram²⁷ sobre a reportagem para Washington. Não era incomum a atitude d'O Estado de São Paulo em publicar nomes de militares que o jornal interpretava como autênticos revolucionários. Lista de promoções e transferências também faziam parte do quadro de publicações. E, claro, que os olhos do sistema de informação dos Estados Unidos também estavam voltados para esse tipo de matéria.

²⁵ Ruy Mesquita (1925-2013). Filho do jornalista Júlio de Mesquita Filho, seu pai era o então dono e diretor do jornal *O Estado de São Paulo*. Ruy construiu sua carreira no periódico, ocupando diversos cargos de destaque. Em 1996, após a morte de seu irmão, assumiu a direção d'*O Estado de São Paulo*.

²⁶ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:356558/PDF/.

²⁷ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:726937/PDF/.

Para ilustrar uma ocasião relativa ao *Jornal do Brasil*, foca-se no caso de um artigo que ocupou uma página inteira, datado de março de 1968. O autor do texto era o então Marechal da reserva Mario Poppe de Figueiredo. Em sua matéria, teceu duras críticas ao governo Castelo Branco, principalmente em relação à política econômica adotada. Os ataques de um importante militar via imprensa chamaram a atenção do sistema estadunidense, que produziu um *telegram*²⁸ no qual o próprio embaixador Tuthill²⁹ formulou algumas considerações sobre a falta da unidade militar do regime e, em seguida, enviou o documento para seus superiores.

As reverberações políticas, sociais e econômicas sempre encontraram na imprensa, em geral, um local de disseminação. É através dela que são divulgadas notícias de todos os gêneros. E o padrão não foi diferente no Brasil durante os primeiros anos da ditadura militar. Devido às disputas por representação entre as classes militares, este período foi marcado por uma intensa movimentação política e, obedecendo ao molde comportamental da imprensa, as disputas foram refletidas nela. É justamente por isso que os jornais se configuravam como uma possível fonte de informações para os Estados Unidos.

Como já mencionado, esse modelo de extração de informações não teve o mesmo nível de uso em comparação ao primeiro aqui abordado. E cabe complementar que o auge da presença de referências de jornais nas fontes estudadas ocorreu nos primeiros momentos do regime, mais precisamente entre os anos de 1964 e 1967³⁰. Após este período, a média caiu bruscamente. Especificamente sobre este fato, podemos fazer uma consideração. A partir da promulgação do AI-5, a censura entrou de vez na agenda da ditadura, o controle sobre a imprensa aumentou e muitos jornais foram perseguidos, até mesmo aqueles que apoiaram o golpe, como *O Estado de São Paulo*, foram alvos de censura. Isso muito provavelmente colaborou para a perda do status de fontes por parte dos jornais, já que, uma vez censurados, eles não poderiam mais publicar artigos que evidenciassem conflitos militares. Porém, é certo afirmar que, pelo menos por um lapso de tempo, os periódicos se configuravam em uma possibilidade de fontes possíveis para os estadunidenses.

Bom, descritas as fontes de que os estadunidenses se serviam, cabe aqui também apresentar quais eram os atores que exerciam um papel ativo e iam ao encontro a estas fontes, ou seja, quais eram os extratores das informações. Existia um compartilhamento de papéis entre

²⁹ John Wills Tuthill (1910-1996). Foi o embaixador estadunidense no Brasil entre os anos de 1966 e 1969.

²⁸ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:364533/PDF/.

³⁰ Cabe aqui uma nota explicativa. A afirmação leva em conta o número de fontes presentes dentro do acervo. Nada garante que os documentos consultados representam a totalidade do material enviado pelas agências estadunidenses no Brasil ao Departamento de Estado. A existência de mais documentação, que abranja outros anos é perfeitamente possível. Mas não se configura como realidade dentro do universo da presente pesquisa.

os funcionários estadunidenses quanto à atribuição de se extrair informações. Eram plurais as pessoas e, por conseguinte, os cargos que elas ocupavam, que participavam e protagonizavam os encontros entre os informantes brasileiros e os membros da burocracia estadunidense. Já foi citado que a massa destes informantes era composta por, principalmente, quadros do Exército Brasileiro, mas também é correto afirmar que setores da elite civil, da mesma forma, se configuravam como uma opção. Agora, cabe ressaltar quais eram os participantes dos encontros pela outra parte. Sobre este assunto, saliento três cargos importantes: o primeiro é o adido militar; o segundo se materializa na figura dos cônsules e vice-cônsules; e, por último, a presença do próprio embaixador.

Ao que tudo indica, as pessoas que ocuparam o cargo de adido militar estadunidense no Brasil na época da ditadura militar sempre usufruíram de um importante papel no sistema que regia a postura diplomática dos Estados Unidos para com o Brasil. Obviamente não por causa dos indivíduos que desempenharam a função, mas sim pela natureza do próprio cargo. Porém, é praticamente impossível para alguém que estuda o período não citar o caso do adido militar estadunidense mais notável do período. Vernon Walters³¹. Devido sua intensa participação no golpe, e pelo impacto que sua figura teve durante os anos em que esteve lotado no Brasil, como comenta Mariana Joffily:

Walters havia lutado ao lado dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, tornando-se próximo de Castelo Branco, general que viria a ser o primeiro presidente da ditadura militar brasileira. Foi uma figura decisiva na articulação do golpe e defendeu a proximidade dos Estados Unidos com a ditadura brasileira após serem tomadas as medidas repressivas que prejudicariam a imagem do país no exterior. (JOFFILY, 2018c, p. 289).

Enquanto esteve em terra brasileiras, Walters sem dúvida alguma foi crucial para o sistema, levantando informações sobre a situação política, reunindo-se com diversos líderes militares da época e criando reportes dos mais variados gêneros. A título de exemplo, um *telegram*³² datado do começo de dezembro de 1965 relatou um encontro de Walters com Castelo Branco, cujo o assunto era a então recém posse do governador eleito da Guanabara, Negrão de

Vernon Walters (1917-2002). Foi um importantíssimo militar estadunidense da segunda metade do século XX. Rondando sempre questões diplomáticas, foi Vice-Diretor da CIA entre os anos de 1972 e 1976. Teve papel de destaque nas negociações ao final do regime franquista, na Espanha, da situação do Saara Ocidental e os conflitos com Marrocos. Foi presença internacional marcante também em Portugal. Por último, destaco que o militar também ocupou o cargo de embaixador dos Estados Unidos da América na ONU. Ou seja, sua experiência no Brasil marcou o início de uma carreira de notoriedade dentro das relações internacionais estadunidenses.

³² Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:689671/PDF/.

Lima. Walters usou a ocasião para averiguar a instável situação política da época, já que setores da "linha dura" eram contra a posse e ameaçaram sabotá-la. Entretanto, o adido, pela conversa que teve com o presidente, afirmou que ele estava relaxado e confiante e, ao bancar a posse do governador, Castelo Branco acreditava ter intimidado a "linha dura". A situação apresentada é um retrato da atuação do adido: ele se aproximava da fonte, fazia suas indagações, tomava notas de suas impressões e, posteriormente, reportava tudo isso a seus superiores. Aliás, encontros diretamente com Castelo Branco não se faziam como uma surpresa na agenda do adido devido à sua proximidade construída desde a Segunda Guerra Mundial. O primeiro presidente da ditadura era personagem constante das abordagens de Walters e, como explica Carlos Fico, ele encarava com naturalidade tais situações.

O marechal certamente não seria ingênuo a ponto de pensar que o adido norte-americano não relatasse tudo o que ouvia ao governo de seu país. Esse comportamento revela a absoluta naturalidade com que Castelo Branco encarava sua proximidade dos Estados Unidos. (FICO, 2008, p. 149).

Apesar de Walters ter, com certeza, sido o mais notável a ocupar o cargo de adido estadunidense no Brasil e também ter tido uma atuação de destaque, ele não foi o único a exercer este papel. Ademais, como já mencionado, a função e as atribuições do adido estavam conectadas com o cargo, e não com a pessoa que o exerce. Isso quer dizer que os outros indivíduos que ocuparam o mesmo posto também tiveram relevância no sistema, no sentido de coleta de informação. Temos bons exemplos da década de 1970, quando Arthur S. Moura ocupava o posto. Em 1974, em um informe³³, comunicou às instâncias superiores do aparelho estatal estadunidense que setores do Exército estavam descontentes com a postura do governo Geisel de considerar abrir um diálogo com a Anistia Internacional. A fonte para tal informação era um Coronel que fazia parte do Sistema Nacional de Informações (SNI). Percebem-se aqui dois elementos importantes. O primeiro diz respeito, mais uma vez, ao protagonismo do adido. E o segundo, ao fato de que não se configurava em dificuldade para os estadunidenses a ação de estabelecer contatos dentro da agência de informações mais importante do Brasil na época. Por este e outros exemplos vindos da pesquisa, os indícios levam a crer que a movimentação estadunidense pela burocracia brasileira e pela sua estrutura estatal era fácil, prática e, de certa forma, encarada com naturalidade.

³³ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:721238/PDF/.

Os exemplos foram aqui evocados para evidenciar o importante papel que o adido militar estadunidense exercia para a coleta de informações. Seja transmitindo dados obtidos de reuniões e encontros com militares ou civis, seja preparando relatórios sobre determinados indivíduos, seu trabalho está sempre em destaque na documentação. O posto, sem dúvida alguma, distinguiu-se por ser uma peça de suma importância para o sistema, caracterizando-o como fundamental para o processo de coleta e análise de informações, atuando na base e, portanto, protagonizando um papel vital para o bom funcionamento da máquina diplomática dos Estados Unidos.

Os consulados espalhados pelo Brasil e seus funcionários igualmente constituíam parte do sistema de informações. Sua atuação era característica. Atuavam em um âmbito estrategicamente regional, respeitando uma área de ação que correspondia à localização de cada consulado e, assim, alimentando o sistema central. A título de exemplo, em fevereiro de 1965, um memorando de conversa³⁴ atestou que um membro do consulado localizado em Porto Alegre foi à casa de verão de Gay da Fonseca, situada nas imediações da capital gaúcha. Fonseca era um tradicional político gaúcho e, na época, uma das principais lideranças do Partido Democrata Cristão (PDC). O motivo do encontro era sondar sobre as atividades da "linha dura" no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o documento, o participante do lado estadunidense era o então vice-cônsul Townsend B. Friedman Jr³⁵. A participação de pessoas que ocupavam este cargo em reuniões do gênero era comum, o que leva a crer que também era um dever dos vice-cônsules participarem deste tipo de abordagem. Após o término da conversa, o diplomata fez o relatório e o encaminhou a seus superiores, direcionando o reporte ao Departamento de Estado, mas também com uma cópia à embaixada no Rio de Janeiro. Outro exemplo se dá em um caso em Salvador. Mais um memorando de conversa³⁶ reportava o encontro entre o vicecônsul Robert E. Service e o Major Mário Vital Guadalupe Montezuma, em um jantar social na casa de um famoso advogado, o qual o documento afirmava ter estreitos laços com militares. O Major Montezuma comandava, na época, a Primeira Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, localizada próxima a Salvador. A conversa se deu sobre a opinião do Major, que era considerado pelos estadunidenses como um "linha dura", sobre o cenário político da época. Após a aproximação e confeccionado o memorando, ele foi encaminhado para o Departamento de Estado, com uma cópia para a embaixada, e outra para o consulado em Recife.

³⁴ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361416/PDF/.

³⁵ Townsend B. Friedman Jr. (1940-1995). Diplomata de carreira. Ocupou o cargo de vice-cônsul no consulado estadunidense de Porto Alegre entre os anos de 1964 e 1965.

³⁶ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:343476/PDF/.

Percebido o movimento a partir da manipulação das fontes, e contextualizado aqui a partir destes exemplos, pode-se afirmar que os consulados e, consequentemente, seus funcionários, marcavam uma singular atuação dentro do sistema, abordando cenários tipicamente regionais. Quando se fala na abordagem, os vice-cônsules, ao que tudo indica, desempenhavam protagonismo. A cadeia de informações era respeitada, sendo totalmente hierarquizada. A partir do momento em que a coleta dos dados era finalizada e sistematizada, os mesmos eram passados para a embaixada e para o Departamento de Estado, onde, aí sim, uma avaliação de tomadas de decisões seria feita. Os movimentos e o monitoramento da "linha dura" fora do eixo Rio-São Paulo não eram passados despercebidos ou subestimados pelos agentes governamentais estadunidenses. Ao contrário do adido militar, que se preocupava mais com os acontecimentos e personagens que atuavam no centro do Brasil, os cônsules e vice-cônsules tinham as periferias como local de atuação e cabia a eles extraírem informações das fontes, sendo a imprensa local, militares que estivessem lotados na região ou membros da elite civil, e passá-las aos seus superiores.

Os embaixadores, é claro, manifestavam-se de forma peculiar na cadeia de informações. As pessoas que ocuparam o cargo durante o período assumiram o papel de líderes de toda a máquina e, com certeza, nenhuma ação avançava sem passar pelo aval do ocupante do cargo mais alto dos Estados Unidos em terras brasileiras. Dentre eles, com certeza Lincoln Gordon se estabeleceu como o mais notável, principalmente pela sua atuação de destaque na articulação do golpe que derrubou Jango. Não é segredo para os estudiosos da área que durante o período de incubação do golpe, a embaixada estadunidense no Brasil se tornou um dos principais balcões de encontro entre os conspiradores. Nos momentos posteriores ao golpe, foi o embaixador Gordon que aconselhou o presidente Lyndon Johnson a reconhecer a autenticidade do regime golpista em tempo recorde. Thomas Skidmore possuía uma avaliação interessante sobre suas posições: "Tal como muitos de seus pares, enxergava o mundo em termos maniqueístas: um país ou estava alinhado com os Estados Unidos ou com o comunismo". 37 Isso ajuda a explicar boa parte de suas ações por aqui. Porém, assim como no caso de Walters, não devemos personificar as funções na imagem de Gordon. Devemos interpretá-lo nesta pesquisa a partir do cargo de embaixador, e não interpretar o cargo de embaixador pela figura de Gordon. Isso porque suas ações e decisões foram tomadas pela lente de seu posto. Logo, ele seguiu as diretrizes que lhe foram apresentadas, selecionando e filtrando as informações que deveriam seguir ao Departamento de Estado. Para termos uma base de como o embaixador também fazia

-

³⁷ Skidmore. **Entrevista concedida a James Green**. Jul. 2005.

parte da rede de extração e transmissão de informações, peguemos dois exemplos. O primeiro do próprio Lincoln Gordon. No dia 27 de outubro de 1965, no mesmo dia da promulgação do Ato Institucional nº 2, Gordon preparou um telegram³8 e o encaminhou com urgência diretamente para o Secretário de Estado. Nele, o embaixador fez um diagnóstico sobre o novo ato, mostrando como isso afetaria a situação brasileira e como a ação refletiria na relação entre os dois países. Com certeza, o embaixador utilizou de toda a informação que dispunha na situação para a confecção do reporte. Ele incorporou as prerrogativas de seu cargo e serviu como principal interlocutor entre o aparelho burocrático estadunidense no Brasil e em Washington.

Anos mais tarde, quando Gordon já havia deixado o posto e John Wills Tuthill ocupava o cargo de embaixador dos Estados Unidos no Brasil, este último se reuniu, em janeiro de 1969, com duas importantes figuras do *Jornal do Brasil*, o prestigiado e tradicional periódico localizado na cidade do Rio de Janeiro. O encontro rendeu um *telegram*³⁹ encaminhado para o Secretário de Estado no dia 10 de janeiro daquele ano. No documento foi relatado que a conversa rumou no caminho sobre os cenários político e econômico brasileiro logo após o AI-5, com os brasileiros comentando sobre as cassações, a política econômica de Delfim Neto⁴⁰, as disputas internas dentro das diferentes facções do Exército Brasileiro e, por fim, sobre a contenção de ajuda financeira ao Brasil por parte dos Estados Unidos. Temos aqui uma circunstância clara em que o embaixador se configurou como um extrator de informação, indo ao encontro de setores da elite civil brasileira para coletar dados sobre determinados assuntos. E seguindo à risca o padrão do sistema, uma vez coletada, a informação era direcionada a Washington.

O objetivo deste primeiro tópico é esmiuçar para o leitor quais eram as fontes de informações que os estadunidenses dispunham e quais eram os meios usados para extraí-las. Entretanto, é necessário cautela na hora de fazer afirmações. Primeiramente, é extremamente provável que o sistema de informação dos Estados Unidos se utilizava de inúmeras outras fontes de obtenção de informação, e a mesma reflexão pode e deve ser feita quando falamos sobre os extratores e organizadores. A intenção aqui é mapear as fontes e os extratores visíveis ao pesquisador, ou seja, aqueles que são referenciados direta ou indiretamente nas fontes do arquivo. Como historiador, não posso ir além do que as fontes proporcionam. Como já dito, é provável que o leque de possibilidades tenha sido maior, porém, obtive material para afirmar

 $^{38}\ Dispon\'ivel\ em:\ https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361241/PDF/.$

³⁹ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:364718/PDF/.

⁴⁰ Ministro da Fazenda do Brasil entre os anos de 1967 e 1974.

apenas sobre os aqui trabalhados, sendo fontes os setores das elites civil e militar, além da imprensa. E funcionários estadunidenses, como o adido militar, os vice-cônsules, os cônsules e até mesmo o embaixador servindo como extratores das fontes. Todo o sistema era hierarquizado e organizado. Não é de se espantar que existam tantos documentos que fazem referência à "linha dura". Aliás, a última não pode ser esquecida em momento algum, se faz da mesma forma importante salientar novamente que esta consideração diz respeito exclusivamente aos meios de obtenção e extração de informações sobre a "linha dura" das Forças Armadas do Brasil.

Outra observação que merece destaque diz respeito à maneira pela qual os Estados Unidos se relacionavam com as informações extraídas. Seria ingenuidade pensar que eles consideravam verdadeiros todos os dados obtidos e que, consequentemente, modificavam sua postura perante o Brasil sem uma investigação mais profunda. Ou seja, é difícil afirmar que alguma decisão fosse tomada com base em apenas poucas evidências. Aliás, pelo contrário, em muito documentos, em partes reservadas para comentários dos próprios funcionários, observase que eles faziam referência à pouca confiabilidade de determinada fonte, por exemplo. Existem tipos específicos de documentos, que são os provenientes do United States Defense Attaché Office (USDAO)⁴¹, que nos fornecem algumas pistas sobre o vínculo nutrido com as informações coletadas. Eles retêm em sua estrutura sempre a seguinte observação: "This report contains unprocessed information. Plans and/or policies should not be evolved or modified solely on the basis of this report.⁴²" Podemos assim pontuar um cabível movimento por parte da burocracia estadunidense, pois a observação pregava que políticas não deveriam ser mudadas exclusivamente com base em um documento. Entretanto a palavra solely indica que, de uma forma mais ampla, o documento, juntamente com adicionais informações provenientes de outros vetores, poderia sim auxiliar em tomadas de decisões, mudanças de políticas e planos para com a política externa estadunidense. A recomendação feita pela pequena nota advertia exclusivamente para a não mudança de políticas tendo como base uma única fonte, mas não mencionava nada, inclusive insinuava, que mudanças poderiam ocorrer com base em um conjunto de informações, do qual tal documento poderia fazer parte. Nota-se, assim, um gesto de complementação na intenção de confirmar a legitimidade da informação.

_

⁴¹ Este é um padrão de todos os documentos provenientes da USDAO. Para melhor exemplificar, foi escolhido como modelo um documento do tipo Biographic Data, datado de 9 de agosto de 1974, que tem o General de Exército Ednardo D'Avilla Mello como objeto. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:718278/PDF/.

⁴² Tradução do autor: "Este relatório contém informações não processadas. Planos e / ou políticas não devem ser desenvolvidos ou modificados apenas com base neste relatório."

O comentário existente nos documentos da USDAO e as demais observações feitas pelos próprios funcionários em outros tipos de documentos nos levam a crer que existia sim uma metodologia própria posta em prática pelo governo dos Estados Unidos para com as informações coletadas. Eles problematizavam, questionavam e confrontavam as informações. Extraíam tudo o que podiam, mas filtravam para cortar o que parecia inverossímil ou de pouca confiança. O fato é que, ao que parece, os estadunidenses não tomavam decisões bruscas, ou decisões que resultassem em mudanças de postura abruptas, diplomaticamente falando, sem antes analisar meticulosamente e cuidadosamente as informações que possuíam em mãos. Claro, que isso não significa que não pudessem se enganar ou tomar medidas equivocadas. O objetivo aqui é pontuar a existência de um método referente a como os burocratas se relacionavam com a informações coletadas.

2.1 AS DUAS "LINHAS DURAS": CIVIL E MILITAR

O diagnóstico feito no início do regime sobre a circunstância local era categórico ao afirmar que a direção da "revolução" ainda não estava clara, pois havia muitas informações conflitantes, vários cenários possíveis e nenhuma segurança de que qualquer um deles iria de fato se concretizar. As fontes estadunidenses divergiam acerca de assuntos pontuais da política, como sobre quais indivíduos teriam seus direitos cassados ou não, ou sobre quando se realizariam as próximas eleições presidenciais, bem como sua natureza, isto é, se seriam diretas ou indiretas. No meio desse universo de incertezas, percebe-se que já existiam citações à "linha dura" durante os meses imediatos ao golpe. Essas referências vinham ligadas diretamente a manifestações de insatisfações com o governo. Os Estados Unidos conseguiram identificar essa manifestação de desagrado, que na realidade era originada em diversos setores da sociedade brasileira que endossaram as fileiras do golpe que derrubou João Goulart. E, dentre estes setores, a "linha dura" se distinguia.

Isso porque na perspectiva estadunidense ela era o grupo mais bem definido até então. Definido no sentido de nitidez, era um grupo que poderia ser reparado e percebido, ao contrário de outros ainda muito abstratos, localizados ainda em uma sombra. A primeira citação do termo "linha dura" encontrada nessa pesquisa foi concebida por um a*irgram*⁴³ datado de 28 de maio de 1964 e, não por acaso, também se materializou na primeira fonte do acervo utilizado para

Disponíval amy https://rapository.lik

⁴³ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329301/PDF/.

esta pesquisa. Nele, já se é capaz de perceber a divisão crucial para este capítulo. O sistema estadunidense identificava membros militares de patentes intermediárias, mas também membros civis, principalmente os ligados à União Democrática Nacional (UDN) e aos fazendeiros produtores de café, como quadros formadores da "linha dura". Portanto, pelo menos em um primeiro momento, pode-se assegurar que os Estados Unidos, via seu sistema burocrático instalado no Brasil, classificaram a "linha dura" em duas principais facções: uma civil e outra proveniente dos círculos militares.

Durante boa parte do segundo semestre de 1964, ainda em um momento de consolidação do regime, a "linha dura" ainda era identificada de forma rasa e simplista. Sem muitas análises ou observações, o grupo tinha sua face quase que exclusivamente associada a setores civis e militares, que levavam esta alcunha devido à oposição intrínseca ao governo Castelo Branco. Essas conclusões ainda eram muito genéricas e sem precisão, pois não eram melhor especificados quais ramos da sociedade civil e militar que engrossavam a voz da "linha dura". Além do mais, o atributo de ser opositor ao governo do primeiro marechal presidente não era exclusividade de nenhum setor militar. "Enfim, nessa altura, a situação militar parecia se configurar cada vez mais como uma oposição entre dois polos: os partidários do presidente Castelo Branco e os que iam acumulando insatisfações face a seu governo." (MARTINS FILHO, 1995, p. 64).

As interpretações, que provavelmente eram vítimas de informações nebulosas e conflituosas, ainda não levavam em conta elementos básicos, contudo cruciais, para se obter uma noção mais realista e precisa. Por exemplo, nesse estágio, os estadunidenses ainda não estavam especulando sobre a capacidade real de poder da "linha dura", o nível de cooperação entre suas duas vertentes, civil e militar, e suas ligações políticas e econômicas.

Entretanto, não se deve atribuir ao sistema de informação dos Estados Unidos um aspecto de ineficiência ou de imprecisão. Pelo menos não com base nestas primeiras análises, visto que era um tempo de gênese do movimento. Assim sendo, as informações eram confusas praticamente por natureza. O período específico dos primeiros meses de regime, dentro da noção de "linha dura", foi justamente marcado por indefinições, poucas pautas dominantes, uma ausência de projetos maiores e bem estruturados, bem como a ascensão de uma figura que pudesse se estabelecer como líder incontestável. Ainda não estavam evidentes as subdivisões das vertentes da "linha dura", escondendo, assim, uma de suas principais características: a discrepância interna. Sobre a questão da oposição castelista, a observação dos Estados Unidos sobre sua "linha dura" não diverge da emergência da mesma nos estudos da historiadora Maud Chirio. "A princípio, portanto, a 'linha dura' não passa de uma maneira de exprimir certa

oposição ao governo Castelo Branco: é uma inclinação política e não um partido. Sua transformação em facção, no vocabulário dos atores, é um instrumento de luta política." (CHIRIO, 2011, p. 50). Este argumento é cabal para entendermos o motivo que levou a burocracia estadunidense a interpretar tantos diferentes segmentos, pelo menos nesses primeiros instantes, como sendo pertencentes à "linha dura".

Após a percepção inicial da atitude de discordância entre a facção e o executivo, passaram a figurar nas fontes alguns fatores que motivaram a gênese do atrito. Os estadunidenses constataram que o combustível usado para mover a "linha dura" seria a falta de uma ação mais enérgica por parte do governo brasileiro para com as cassações e perseguições de corruptos e subversivos. Para eles, o governo estaria sendo complacente com aqueles que a "revolução" deveria exterminar. Tais alvos eram bem definidos, como atesta Marcos Napolitano:

> As primeiras cassações indicavam o foco a ser 'saneado' – as lideranças civis e militares alinhadas com as reformas e com o governo deposto – a apontaram para um significado histórico claro do golpista de 1964. Destruir uma parcela da elite que aderiu ao reformismo, desarticular as forças da esquerda e reprimir os movimentos sociais. (NAPOLITANO, 2019, p. 66).

Isso igualmente justifica a postura de encarar a "linha dura" pela ótica de duas ramificações, pois a pauta por uma maior repressão nos momentos posteriores ao golpe encontrava ressonância tanto em ramos civis quanto em ramos militares.

Com o passar do tempo, e em consequência de uma melhor investigação, aumento de fontes e outras possibilidades de extração de informações, surgiu um certo amadurecimento da perspectiva estadunidense, claro, também muito conectada com o próprio amadurecimento da "linha dura" em si. Começam a aparecer definições mais detalhadas sobre as singularidades dos quadros. Por exemplo, um telegram⁴⁴ datado de sete de julho de 1964, traz uma observação interessante sobre a característica de parte da "linha dura" militar. Em suas linhas está escrito sobre esta vertente da facção. "Who have enthusiasm of youth but not yet maturity of experience⁴⁵." ("Castelo Branco's Government Faces Hard-Line Opposition" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01). O resto do documento e a própria citação faziam referência aos jovens militares, que eram capitães, majores e coronéis na época. Apesar de militares destes

⁴⁴ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:689583/PDF/.

⁴⁵ Tradução do autor: "Aqueles que têm o entusiasmo da juventude, mas ainda não a maturidade da experiência."

níveis já terem sido citados anteriormente, esta é a primeira vez em que são destacadas a idade dos quadros, bem como seu nível de experiência dentro do Exército. Bom, a partir daí podemos pontuar que essa categoria de militares, ou pelo menos boa parte dela, era considerada de "linha dura" pelo governo dos Estados Unidos. Obviamente eles estavam dentro da vertente militar da "linha dura", mas como veremos mais adiante neste trabalho, não eram os únicos habitantes desta esfera.

Alguns comentários sobre a parte civil da "linha dura" também foram feitos durante este primeiro período de reconhecimento. Ela seria formada inicialmente por fazendeiros de café do interior de São Paulo, mas também de outras áreas produtoras⁴⁶. A razão de serem qualificados como "linha dura" pelos estadunidenses advinha primeiramente pelo motivo geral aqui já exposto, que era sua aversão ao governo castelista e a defesa de uma maior onda repressora. Entretanto, este segmento possuía uma singularidade: grande parte do seu descontentamento vinha da política econômica adotada pelo governo, que, na visão dos próprios latifundiários, era prejudicial à agricultura brasileira. Porém, detalhes mais específicos não eram explorados e nem mencionados.

Era assim o cenário de reconhecimento e monitoramento da "linha dura" dos primeiros momentos do regime militar durante boa parte do ano de 1964. Ela claramente tinha duas facções, foi evidenciado a que grupos sociais eles pertenciam e qual era sua pauta comum. Contudo, ainda não eram especulados elementos importantíssimos que mais tarde viriam a se tornar protagonistas nas análises. Como, por exemplo, sua capacidade real de influenciar e pressionar os rumos do governo, sua coordenação de atuação conjunta e as outras subdivisões presentes dentro dos setores militares e civis desta "linha dura".

Se faz interessante notar como o processo de análise e classificação da "linha dura" evoluiu rapidamente com o passar do tempo. Existia um elemento inédito de descoberta a praticamente cada documento lido. É como se a cada dia, os indivíduos que compunham o sistema de informação dos Estados Unidos encaixassem uma peça de um quebra-cabeça em seu local estabelecido. Foi, com certeza, um procedimento de ritmo gradual, lento em relação à quantidade de informações novas a cada fonte. Entretanto, como o número de arquivos desta época que tinha a "linha dura" como protagonista era abundante, a construção de uma interpretação mais completa foi possível em pouco tempo. A máquina burocrática dos Estados Unidos não parava um minuto sequer, funcionando incessantemente. Já entre os últimos dias de 1964 e os primeiros instantes de 1965, a máquina burocrática estadunidense gerou um

⁴⁶ O documento que contém a análise completa está disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:356431/.

resultado que trazia consigo uma observação muito mais madura sobre a realidade da "linha dura".

É importante salientar que a construção desta visão foi majoritariamente feita pelo consulado geral dos Estados Unidos da América, localizado em São Paulo. O papel dos consulados dentro do sistema de informações, como dito aqui, geralmente possuía um caráter regional, indo em busca de fontes localizadas dentro de seu perímetro de atuação e longe do eixo Rio-São Paulo-Brasília. No entanto, não podemos classificar a atuação do consulado de São Paulo no mesmo patamar que os demais espalhados pelo Brasil, como em Porto Alegre ou em Recife, por exemplo. Justamente por estar situado na maior e mais importante cidade do país, local habitual do grande empresariado brasileiro, o estado também tinha em seu interior uma elite agrária com grande força política e destaque nacional. Sem falar no alto número de destacamentos militares estacionados no estado, com destaque para o então denominado II Exército, dotado de uma das maiores aglomerações de tropas do Brasil. Portanto, não é difícil perceber a importância e o destaque do consulado em São Paulo. As evidências nos levam a crer que o papel exercido por este órgão se sobressaía em relação aos demais de sua espécie, exercendo certo protagonismo no sistema de informações estadunidenses em terras brasileiras.

No que diz respeito à análise em si, a maior diferença fica por conta de como os estadunidenses encaravam as vertentes da "linha dura". A estrutura da ramificação da facção foi ressignificada, sendo introduzidas abordagens que acentuavam as distinções entre elas. Na verdade, a partir deste período, fica claro que os estadunidenses não encaravam mais a facção no singular, este movimento se dava agora no plural, ou seja, não se tratava da "linha dura", mas sim das "linhas duras". Quer dizer, não se tratava mais de uma única facção que se dividia em dois principais grupos, mas sim de duas diferentes facções, com características distintas que, porém, se assemelhavam por dois fatores: o nome comum e a ferrenha oposição ao governo do Marechal Castelo Branco. Também foram construídas visões mais amplas de suas possibilidades, atuações e até mesmo capacidade de cooperação. As duas "linhas duras" passaram a ser mais trabalhadas e acentuadas, sendo encaradas com um aspecto que dizia respeito à maior análise da formação de seus quadros, suas atuações, sua capacidade de ação e seu nível de organização.

Primeiro, foquemos na questão da "linha dura" militar. Seus membros orgulhavam-se do rótulo, e ainda, alguns deles contavam com variadas virtudes, como nos mostra o trecho a seguir: "Nevertheless, the hard-line tag caught on and came to be proudly worn even by the

earnest, idealistic, moralistic military elements⁴⁷." ("President increases control over São Paulo hard-liners" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01). É por conta dessas singularidades que os estadunidenses afirmavam que o rótulo de "duro" era usado de forma envaidecida pelos quadros do grupo. Aliás, não se configura em uma tarefa difícil identificar os seus membros, pois eles, pela questão de se orgulharem da denominação, não faziam questão alguma de esconder sua afinidade pela "linha dura". O faziam porque achavam sua causa justa e pela vontade de influir nos rumos do regime.

Seus quadros eram, em sua maioria, oficiais superiores e intermediários — capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis — que se autodenominavam patriotas, nacionalistas e idealistas. Eles respeitavam Castelo pela hierarquia, por ser o presidente e pela sua brilhante carreira militar, tendo passado por diversos comandos de destaque e também por ter lutado na Segunda Guerra Mundial ao lado da Força Expedicionária Brasileira (FEB), algo extremamente valorizado nos meios militares brasileiros até hoje. Seu foco, segundo os estadunidenses, não era derrubar o presidente, golpeando-o, mas sim exercer pressão suficiente para fazê-lo mudar os rumos da ditadura para uma direção mais repressora. Apesar da demanda por mais punições, os Estados Unidos não classificaram a "linha dura" militar como reacionária, pois em conversas com alguns de seus membros, perceberam fragmentos de ideais que remetiam à justiça social e ao fim de privilégios. Não é incorreto afirmar que os Estados Unidos reconheceram um resquício reformista nos "duros". Como podemos notar em uma observação feita pelo cônsul Niles W. Bond sobre uma fala de Costa e Silva. Ele afirmou:

Fortunately, near the beginning of his interview, Costa e Silva did stress the new Government's determination to effect reforms, fight privilege, and work for social justice. This too is part of the hard line, for, with some exceptions, the duros are not hard in the sense of being reactionary⁴⁸. ("Weekly Summary No. 22" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 03).

Sua capacidade de ação não foi desconsiderada ou subestimada pelos estadunidenses, pelo contrário, os últimos afirmavam que a "linha dura" militar dispunha da força dos Inquéritos

Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:329310/PDF/

⁴⁷ Tradução do autor: "No entanto, a etiqueta de linha dura pegou e passou a ser orgulhosamente usada até mesmo pelos elementos militares mais sinceros, idealistas e moralistas.

⁴⁸ Tradução do autor: "Felizmente, perto do começo de sua entrevista, Costa e Silva ressaltou que é determinação do governo efetuar reformas, lutar contra privilégios, e trabalhar para justiça social. Isso também faz parte da linha dura, que, com algumas exceções, o grupo não é duro no sentido de ser reacionário."

Policiais Militares (IPMs) a seu favor e possuía ainda outros meios, como o comando efetivo de tropa, por exemplo. Contudo, não se deve afirmar que os Estados Unidos os encaravam como uma ameaça para o governo brasileiro. Existe uma nítida diferença entre poder fazer sentir suas reivindicações e ter força para efetivamente realizá-las. Até porque os funcionários estrangeiros chegaram à conclusão de que esta "linha dura" era dotada de algumas características inibidoras. Ela não era dotada de um líder claro e evidente que pudesse assumir a posição de um representante unânime do grupo. Alguns nomes foram citados como destaques, mas nenhum deles, sempre na perspectiva estadunidense, conseguiu se impor como voz universal, capaz de aglutinar todo o grupo ao seu redor. Ela também não traçou um plano concreto e realista, com demandas mais sólidas. Sua oposição não estava ligada a um conjunto de bandeiras mais definidas, ainda se limitava demasiadamente a pura e simplesmente expressar o descontentamento com o governo do Marechal. Além disso, era, em geral, desorganizada e não contava com uma estratégia de longo prazo.

A outra "linha dura" identificada nos primeiros instantes do regime, que tinha sua face civil como característica principal, igualmente se configurou como centro de uma análise mais detalhada. A interpretação agora trazia informações sobre lideranças, projetos, associações com certos setores militares, ideologia e capacidade de articulação e ação.

A "linha dura" civil era considera possuidora de um maior grau conspiracionista. Ao contrário dos militares, estes falavam abertamente em derrubar o presidente caso não tivessem suas vozes ouvidas. Os estadunidenses, inclusive, extraíram informações de fontes pertencentes a esta facção que faziam referência ao assassinato do próprio chefe do executivo. Como nos mostra um documento assinado também por Bond. Ele pontuou:

The civilian, reactionary hard-liners are, however, a much more conspiratorial group. They have sometimes talked about the overthrow and even the assassination of the President. Fortunately, they have not seemed to have the means of putting their frightening plans into effect. They appear less important than the military hard-liners ⁴⁹ [...]. ("President increases control over São Paulo hard-liners" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

Todavia, sua real capacidade de ação foi delimitada pelos estadunidenses a praticamente zero. Segundo eles, a "linha dura" civil não possuía meios para efetivar suas demandas. Seus

_

⁴⁹ Tradução do autor: "Os civis, a linha dura reacionária, são, no entanto, muito mais um grupo conspiratório. Eles falaram algumas vezes sobre derrubar, e até mesmo assassinar o presidente. Felizmente, eles não parecem ter meios para colocar seus planos assustadores em prática. Eles de fato parecem menos importantes que os duros militares [...]." Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:356432/PDF/.

quadros eram formados pela elite agrária brasileira, representada principalmente por uma instituição denominada Sociedade Rural Brasileira. Políticos da UDN ligados ao conservadorismo também reforçavam as fileiras do grupo. É importante situar que esse setor civil também mantinha certas ligações com alguns dos mais notáveis oficiais generais conspiradores dos anos iniciais da ditadura, como o Almirante Sílvio Heck e o General de Exército Olímpio Mourão Filho.

A relação entre os membros da "linha dura" civil não se configurava em uma surpresa, visto que a associação entre os políticos da UDN e os proprietários de terra não era algo inédito, principalmente no estado de São Paulo. Existia uma forte ligação entre eles, em um vínculo que os latifundiários apoiavam eleitoralmente quadros da UDN e estes, por sua vez, empregavam seu capital político na defesa dos interesses dos primeiros, defendendo os ideais agrários no âmbito da política representativa. O grande arquiteto da "linha dura" civil foi o próprio presidente da Sociedade Rural Brasileira da época, o ruralista Salvio de Almeida Prado. Aqui se materializam, então, duas grandes diferenças entre essas "linhas duras". Primeiro, a existência de uma liderança concreta, um porta-voz, o qual conseguiu ser identificado pelo sistema estadunidense, algo que não ocorreu na análise da "linha dura" militar. Ademais, Prado exercia o comando de forma ativa, tinha seu grupo em mãos, e possuía uma caixa de diálogo aberta com variados setores da sociedade brasileira, como os militares e os industriais, por exemplo. A segunda reside no fato de que esta "linha dura" era representada institucionalmente, seja pelo partido, seja pela Sociedade Rural Brasileira. No caso da "linha dura" militar, o grupo de oficiais era representado apenas por sua voz e militância, sem dispor de um local de fala institucionalizado. Seu pertencimento à ala militar era praticamente autodeclarado. A falta de uma instituição sistematizada também pode ajudar a explicar a dificuldade sobre a ausência do líder. Por exemplo, Salvio de Almeida Prado era considerado o líder da "linha dura" civil justamente por ser o presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Os duros do grupo civil eram descritos como extremamente conservadores pelos estadunidenses, principalmente por sua visão antirreformista. Eles ganharam o status de "linha dura" por terem aclamado a operação de limpeza, que tinha indivíduos associados ao trabalhismo, ao comunismo e a figuras consideradas por eles corruptas como alvos. Sua oposição ao governo foi originada pela política econômica, encabeçada principalmente por Roberto Campos, que em uma tentativa de liberalizar a economia brasileira, acabou desagradando a classe rural, especialmente pelo fim de subsídios importantes e pelo encurtamento do crédito rural. Entretanto, foi outra bandeira do governo que aborreceu

imensamente os "duros" civis: a questão da reforma agrária, encampada e executada por Castelo Branco.

É bem verdade que a "linha dura" civil era encarada com desdém pelos estadunidenses, que não davam grande importância a ela, afirmando que os "duros" civis não conseguiriam realizar mais do que simplesmente algum barulho, bravata pura. Por seus interesses exclusivamente econômicos, eram encarados como egoístas e egocêntricos, além disso, sua mentalidade totalmente antidemocrática era passível de indignação. O que não deixa de ser extremamente contraditório, pois o país apoiou de forma veemente um golpe que derrubou um presidente democraticamente eleito. Após isto, este tipo de reclamação, ainda mais de um segmento que emergiu como resultado do 31 de março, é no mínimo ambíguo. Por fim, é necessário citar que os Estados Unidos concluíram que a "linha dura" civil, agindo sozinha, não representaria ameaça alguma ao governo.

A interação das duas "linhas duras" foi discutida e explorada pelo sistema dos Estados Unidos, segundo o qual elas nutriam pouco ou nenhum contato. É bem verdade que a "linha dura" civil apresentava uma caixa de diálogo aberta com militares. Porém, estes não eram provenientes desta "linha dura" militar aqui discutida, pois não se encaixavam nos moldes da jovem oficialidade de patentes intermediárias. Eles eram oficiais generais, conspiradores históricos, que em geral não dispunham mais do comando de tropas, como o Almirante Sílvio Heck, que estava na reserva, e o General de Exército Olímpio Mourão Filho, que ocupava uma cadeira no Superior Tribunal Militar (STM). Eram definitivamente militares de outra geração. Portanto, a falta de comunicação devia-se simplesmente à quase ausência de pautas comuns. O que os unia, como já citado, era a o nome comum e a feroz oposição ao governo Castelo Branco, elementos insuficientes para criar um ambiente de cooperação. Logo, pela carência de interação, mas também por outros fatores, como a ausência de meios para efetivar suas reivindicações, falta de força militar, desorganização e a quase inexistência de um projeto sólido, os Estados Unidos concluíram que, até aquele momento – início do ano de 1965 –, as "linhas duras" não apresentavam ameaça real alguma para o governo Castelo Branco. É fato que a "linha dura" militar era encarada com uma maior seriedade, sendo mais expressiva que a "linha dura" civil, pois ao contrário dos últimos, ela era dotada da capacidade de se fazer notada, conseguia realizar certo barulho. Mas ainda assim não se constituíam como um elemento intimidador ao governo. Portanto, para os Estados Unidos, as duas "linhas duras" estavam, pelo menos até o começo de 1965, sob o controle do presidente. Apesar das movimentações e demandas, Castelo Branco as tinha dominadas pela hierarquia.

Apesar da avaliação positiva – pelo menos para o governo da época – sobre a "linha dura", encarando-a como um movimento contido, restrito a algumas poucas parcelas do meio civil e militar e praticamente inofensiva, o sistema de informação dos Estados Unidos redigiu uma observação importante sobre a capacidade de ação das duas "linhas duras". Como citado logo acima, elas não apresentavam perigo atuando sozinhas. Do modo que operavam, com poucas intersecções entre elas, não existia algo para se preocupar, ou chamar mais atenção, tanto do governo federal quanto do sistema estadunidense. Porém, uma eventual aproximação, resultando em uma aliança, poderia mudar o panorama dessa conjuntura, como nota-se no seguinte excerto:

If one accepts the existence of two major "hard-line" groups with little in common, one essentially civilian and conservative, the other predominantly military and radical, then it becomes important to watch for an alliance between the two. Incongruous landowner/Army alliance would be an ominous sign, and there have been times in recent months when it seemed a possibility in São Paulo⁵⁰. ("President increases control over São Paulo hard-liners" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

As agências da diplomacia estadunidense foram objetivas ao ponderarem que se as "linhas duras" realizassem um processo de união ambas ganhariam força, e o contexto deveria ser reavaliado com base nos termos desse possível movimento.

Para embasar a viabilidade da coalizão, os funcionários da burocracia estadunidense, nos documentos de análise, evocaram o exemplo do golpe civil-militar que derrubou João Goulart, afirmando que aquele era um exemplo perfeito de como uma aliança entre civis e militares poderia se materializar em uma dinâmica com alto poder de funcionalidade e influência. De fato, o golpe que derrubou Jango da presidência teve em suas entranhas um aspecto civil-militar. Em oposição à postura do então presidente, volumosos setores desses dois grupos convergiram para a posição golpista. "Uma classe social poderosa mobilizou-se contra as reformas de Goulart: os capitalistas. Com um manifesto de apoio à Nação, fundaram o Comando Nacional das Classes Produtoras, com sede, não casualmente, no estado da Guanabara." (FERREIRA, 2013, p. 382). Enquanto parte da elite civil estava preocupada com o caráter reformista do governo, a elite militar atentava-se para a questão da hierarquia. Os

sinal sinistro, e houve momentos nos últimos meses em que parecia uma possibilidade em São Paulo."

Tradução do autor: "Se aceitarmos a existência de dois grandes grupos "linha-dura" com pouco em comum, um essencialmente civil e conservador, o outro predominantemente militar e radical, então se torna importante procurar por uma aliança entre os dois. A aliança incongruente entre proprietário de terras e exército seria um

golpistas alegavam que Goulart, com sua postura de dialogar com sargentos e praças, estava incitando uma quebra daquilo que é conhecido como um dos principais – se não o principal – elementos de qualquer instituição militar: a hierarquia. Como nos explica Jorge Ferreira:

A oficialidade nacionalista e de esquerda, depois de tantos atentados à disciplina e à hierarquia, começou a ficar seriamente preocupada. O mais grave, no entanto, é que a ampla maioria dos oficiais das três Forças, afastada dos debates políticos, preocupada apenas em cumprir suas tarefas profissionais e, no final do dia, retornar para as suas casas, começou a dar razão à minoria golpista, cedendo aos seus argumentos. (FERREIRA, 2013, p.391).

É claro que as motivações dos setores civis relacionadas ao golpe de 1964 extravasavam a questão das reformas. Podemos também aplicar o mesmo raciocínio aos setores militares, ou seja, eles não estavam preocupados apenas com a manutenção da hierarquia militar. A razão dessa discussão é evidenciar que, pouco antes da questão das duas "linhas duras", existiu uma poderosa associação entre os setores civil e militar no Brasil. E como se repetiam personagens nos dois casos, o cenário, na perspectiva estadunidense, poderia estar se refazendo. Portanto, a possibilidade de a aliança ser mais uma vez efetivada fez com que o sistema estadunidense levantasse sua vigília.

Porém, é necessário tecer algumas observações sobre o caso. É bem verdade que a massa da "linha dura" civil estava envolvida diretamente com o golpe. Fazendeiros e políticos da UDN envolveram-se diretamente no processo. Entretanto, também é fato que estes abrangiam apenas uma parcela da elite civil que dedicou se à campanha golpista. Novamente a reflexão é passível de ser aplicada aos militares. A jovem oficialidade de patentes intermediárias se fazia presente no movimento do golpe, mas representava apenas uma pequena parcela do Exército, instituição efetuadora da insurreição. Isto é, as duas "linhas duras" representavam apenas a parte de um todo, eram um círculo diminuto existente dentro de seus grupos de origem. Ora, nem toda elite civil era da "linha dura", bem como nem todo militar pertencia ao grupo dos "duros". Por conseguinte, um eventual pacto entre as duas "linhas duras" teria um impacto infinitamente menor se comparado ao que ocorreu em março de 1964. E ao que tudo indica, o sistema estadunidense, pelo menos até este primeiro estágio de observação, não levou em consideração o nível de representatividade que a "linha dura" civil e a "linha dura" militar possuíam em seus respectivos planos originadores, ou seja, o ambiente civil e o ambiente militar.

Não demorou muito para que os órgãos de informações estadunidenses percebessem a real dimensão do poder de uma circunstancial coalizão entre as duas facções exploradas neste

tópico. Em julho de 1965⁵¹, praticamente seis meses após um primeiro diagnóstico mais aprofundado sobre a "linha dura", sendo esse o mesmo que detectou concebíveis circunstâncias para a aproximação e especulou sobre uma maior capacidade de ação das "linhas duras", o sistema de informação estadunidense já havia construído uma imagem diferente daquela do começo do ano, refutando-a. Devido a mais observações, análise de quadros e o monitoramento constante das "linhas duras", o governo estadunidense chegou a outra conclusão.

Foi constatada uma tentativa efetiva de aproximação entre as partes, focada principalmente em reuniões sociais, como, por exemplo, festas de aniversário e jantares fechados. A iniciativa parece ter partido da "linha dura" civil, mais especificamente de seu líder, Salvio de Almeida Prado. Entretanto, segundo a visão dos funcionários estadunidenses, a tentativa não se consolidou em uma real associação, pois ficou dispersa em algumas reuniões esporádicas, dotadas de muitas críticas ao governo, porém, sem objetividade na construção da afinidade. Além disso, em respeito ao potencial de uma ação conjunta, a avaliação mudou para uma visão aproximada à da reflexão acima. Mesmo juntas, por se tratarem de apenas uma pequena parcela de seus setores, as "linhas duras" não ofereciam perigo à estabilidade do cenário político brasileiro. Os estadunidenses estimaram a dimensão dos oficiais presentes na "linha dura" militar em apenas uma ínfima parcela e foram enfáticos ao afirmarem que o restante das tropas era fiel ao presidente. Como percebe-se a seguir:

Moreover, in spite of their frequent plotting sessions, they apparently have not yet formulated practical and definite policies or plans, nor have they yet discovered a leader capable of galvanizing the vast bulk of the Brazilian military, which, according to all reports, remains loyal to the President. In fact, observers here believe the extreme Rightist group comprises less than 10 percent of the military officers⁵². ("Extreme 'Hardline' Rallies Again" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 6).

A desorganização, falta de diretrizes mais sólidas e ausência de lideranças novamente foram fatores conjurados para sustentar a tese da não ameaça. Para complementar, a nova avaliação ainda trazia alguns elementos que remetiam aos valores atribuídos às "linhas duras" pelos estadunidenses. Os últimos atribuíam aos primeiros o perfil de lunáticos, imersos em

_

⁵¹ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346432/.

Tradução do autor: "Além disso, apesar de suas frequentes sessões de conspiração, eles aparentemente ainda não formularam políticas ou planos práticos e definitivos, nem descobriram um líder capaz de galvanizar a grande maioria dos militares brasileiros, que, segundo todos os relatórios, permanecem leais para o presidente. Na verdade, os observadores aqui acreditam que o grupo de extrema direita compreende menos de 10 por cento dos oficiais militares."

eternas conspirações, perdidos em sua própria noção de alcance. Nesse estágio de reconhecimento - que data do intermédio de 1965 -, os Estados Unidos classificaram a "linha dura" em suas duas versões distintas, dotadas de um eterno espírito conspiratório, uma paranoia golpista e com pouca margem para ações concretas. Contudo, mesmo não aparentando uma atemorização real, é sempre destacado que eventuais movimentos das "linhas duras" continuaram sob a constante vigília estadunidense.

O monitoramento da situação das "linhas duras" dos primeiros instantes da ditadura continuou como prometido pelos Estados Unidos. É notável a evolução do nível de interpretação da mesma, cada vez com mais detalhes, mais rico em informação e com diferentes categorias classificação. Como se pode notar, a outorga de grupos não intimidadores e sem real capacidade de desempenho não impediu que os estadunidenses vigiassem sistematicamente as facções de "linha dura". Até que, no período final do ano de 1965, em forma de um *airgram*⁵³, os Estados Unidos produziram a análise mais completa e complexa sobre as "linhas duras" do início do regime militar, trazendo, inclusive, uma nova categoria de classificação. Nela, foi afastada moderadamente a perspectiva de dividir a "linha dura" em duas maneiras distintas. Esse tipo de segmentação não foi abandonado, mas novos elementos de classificação foram explorados.

Nessa última análise, o sistema estadunidense primeiramente realizou uma discussão sobre o surgimento do termo e o problema da sua definição, afirmando que o termo "linha dura" surgiu, em um momento inicial, para designar os opositores do governo Castelo Branco. Porém, com o tempo, essa definição ficou defasada e, segundo o sistema, não dava mais conta de englobar toda a "linha dura". É novamente destacada a pluralidade do movimento, afirmando que não se podia falar em apenas uma "linha dura". O documento dava ênfase a uma nova classificação de vertentes das "linhas duras", que agora misturava quadros civis e militares. Tais vertentes estariam todas unidas em prol da "revolução", mas, com o advento do governo, as rachaduras entre elas foram expostas, evidenciando ainda mais o caráter plural do segmento. Também sobre a pluralidade e, consequentemente o problema de definição, o documento afirma que:

They all share one characteristic: the name 'hardline'. Other common denominators, though, are less apparent. To find them, we propose here to work backward, first listing the groups that call themselves 'hardliners', then determining what else they have in common. The differences among them, it is to be noted, are just as impressive

⁵³ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:331253/PDF/.

as their similarities⁵⁴. ("Several 'Hardlines' as Seen from São Paulo" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 2).

Agora, as "linhas duras", além da clássica categorização entre civis e militares, ganharam quatro novas categorias classificatórias, sendo elas: desconforto econômico; ambição política; desilusão idealista; e compulsão conspiratória. Esta última não foi especificada ou explorada no documento, visto que o consulado de São Paulo afirmou que, apesar de fortes indícios, não poderia atestar a real existência dela. Existia apenas uma suspeita. Portanto, ela não foi destrinchada como as outras. Foi apenas pontuado a hipótese de sua presença. É importante também destacar que, nessa nova interpretação, não necessariamente existiu a identificação de novos atores. Na verdade, a maioria deles já tinha sido citada anteriormente, então, o fator de ineditismo aqui ocorreu por uma distinta categorização dos mesmos personagens.

A primeira classificação explorada – desconforto econômico – era composta pelos já conhecidos grandes fazendeiros, principalmente os ligados ao café, provenientes majoritariamente do interior de São Paulo. Nesse instante, foi feita a mesma classificação conhecida de parte da "linha dura" civil, um setor agrário ligado à Sociedade Rural Brasileira, que estava apreensivo pelos rumos favoráveis que o governo parecia tomar em relação a uma cada vez mais provável reforma agrária. Discordavam não só da questão da reforma agrária, mas também de toda a política econômica do governo Castelo Branco, personificada na figura do já citado aqui, Roberto Campos, pois tal política pretendia abandonar o padrão paternalista de proteção aos preços do café, algo que os produtores brasileiros estavam acostumados desde os tempos do Império. Em vista disso, os grandes produtores rurais se sentiam traídos pelo governo, o qual eles ajudaram a ascender. A novidade aqui foi a separação deles do grupo de políticos da então "linha dura" civil, agora, os produtores rurais ganhavam uma categorização que os posicionava como protagonistas. Chama atenção também o fato de que os estadunidenses não situaram neste tópico os jovens oficiais, sendo que umas das principais reivindicações da "linha dura" era o nacionalismo econômico, como trabalhado na introdução deste trabalho. Pelo menos até o momento, o único grupo qualificado nas fileiras da divisão de desconforto

-

⁵⁴ Tradução do autor: "Todos eles compartilham uma característica: o nome "linha dura". Outros denominadores comuns, todavia, são menos aparentes. Para determiná-los, nós propomos aqui trabalhar em sentido contrário, primeiro listando os grupos que se autointitulam de "linha dura" e, então, determinar o que mais eles têm em comum. As diferenças entre eles, deve ser notado, são simplesmente tão impressionantes quanto suas similaridades."

econômico foi aquele composto pelos grandes produtores rurais, caracterizando-se como exclusivamente civil.

A categoria da ambição política se consolidou como a mais plural aqui, pois possuía em sua estrutura quadros civis e também militares. São divididos em dois grupos. Os primeiros eram os políticos profissionais de carreira, experientes. Eles tinham origem na UDN e esperavam por sua participação na conspiração, uma boa recompensa no sentido político, ou seja, um papel de destaque nos rumos do governo. Além de, claro, uma ascensão pessoal. A outra parte que almejava uma escalada na vida política era composta por figuras militares de alta patente. Eram oficiais generais, em geral dotados da patente mais alta de suas armadas. Estes eram novatos no mundo político. Pensavam que tinham obtido o direito de participar ativamente da vida política brasileira pela sua participação crucial no golpe. Visando uma maior atuação política, almejavam disputar as próximas eleições estaduais. Eram quadros desta "linha dura" destacados Generais de Exército, como Luiz Carlos Guedes e Joaquim Justino Alves Bastos. Ambas as partes eram dotadas de um desejo de ascensão política em um regime que julgavam ter ajudado a construir. Foram classificados como "linha dura" novamente devido à oposição a Castelo, visto que o governo tentou ao máximo despolitizar as Forças Armadas, cortando ambições políticas de seus generais. Este grande grupo também julgava que o governo não havia afastado de fato os inimigos da "revolução", ou seja, setores ligados ao governo Goulart. A postura do executivo de deixá-los à margem do processo político igualmente contribuiu para seu caráter opositor. No caso específico dos militares, Maud Chirio comenta que

Já reformados ou em fim de carreira, esses oficiais não têm mais o recurso dos comandos de tropa para exercerem sua influência política, e alimentam uma mágoa ainda maior a respeito do governo do qual são então excluídos, ao passo que pertencem à mesma geração de quase totalidade de seus ministros. (CHIRIO, 2012, p. 56).

Notamos que, assim, os estadunidenses aproximaram setores da elite civil com parte da elite militar brasileira pela ganância comum da promoção política. A parte política da "linha dura" civil foi destacada porque os proprietários de terra, segundo os Estados Unidos, não possuíam ambições de cunho político, estando preocupados apenas com seus lucros. Foi também adicionado aí outro elemento, os militares pertencentes à prateleira de oficiais generais. Antes, a parte da "linha dura" que remetia ao Exército fazia referência apenas a jovens oficiais idealistas.

A última categoria faz referência aos que tiveram a experiência da desilusão idealista. Esta categoria, estritamente militar, foi a que mais se assemelhou às características da "linha dura" invocadas na introdução desta pesquisa. São quadros desta vertente jovens oficiais que possuíam uma extremada fé na sua "revolução" e acreditavam piamente em uma limpeza no setor político, varrendo, assim, esquerdistas e corruptos do seio da nação. Dessa forma, o Exército, estaria livre para promover as demais reformas econômicas e sociais que, em sua visão, levariam o Brasil a se tornar uma potência mundial. Além disso, também possuíam afinidades com o nacionalismo econômico, não eram apegados a valores democráticos e queriam manter a qualquer custo o movimento que julgavam ter ajudado a criar. A perspectiva estadunidense completa que esse grupo era disperso, não apresentava um líder capaz de articular todos os membros para uma mesma direção e apresentava uma ausência de projetos, focando muito em críticas ao governo, sempre evocando mais repressão, mas pecando ao apresentar algo realmente sólido referente a diretrizes políticas. Por fim, foram denominados altruístas, não tendo maiores ambições econômicas ou políticas, como os seus similares de outras espécies da "linha dura". O seu foco e único objetivo seria fortalecer a revolução que tanto ajudaram a criar.

A última categoria – compulsão conspiratória – foi apenas citada, como o consulado geral de São Paulo não obteve informações suficientes para construir um balanço sobre ela, o cônsul optou por apenas especular sobre sua existência. Em vista disso, não existe dados sobre ela nas fontes, o que me impede de realizar uma reflexão mais aprofundada.

Com a apresentação da nova categorização das "linhas duras", o consulado situado em São Paulo teceu observações complementares. A primeira fazia referência ao paradoxo militar. Os Estados Unidos constataram a inexistência de uma interação entre diferentes camadas do Exército. Uma diferenciação de pautas, desejos, ambições e propósitos. O Exército não trabalharia em conjunto, suas relações dentro da instituição se dariam principalmente pela hierarquia, ou seja, oficiais generais não detinham o costume — dentro da lógica do jogo político da ditadura - de se solidarizar com pautas de patentes menores e vice-versa. Eles não possuíam as mesmas visões e interesses, portanto, dificilmente articulariam juntos durante a ditadura militar. Neste ponto, o sistema de informação estadunidense foi preciso em sua análise, estudos nos mostram que existia sim uma questão complexa envolvendo as diferentes instâncias de cargos. Aliás, muitas foram as vezes em que os oficiais de alta patente trabalharam para afastar a oficialidade dos coronéis e a oficialidade intermediária do processo de tomada de decisões políticas e econômicas, "(...) para proteger a instituição, apenas a elite hierárquica se imiscuiria nos assuntos de Estado. A massa dos oficiais e a tropa deviam ser resolutamente mantidas a

distância." (CHIRIO, 2012, p. 7). Esta era a compreensão de boa parte dos oficiais generais brasileiros. É bem verdade que alguns generais tentaram explorar a força da caserna, aproximando-se dos jovens oficiais com a intenção de uma escalada na projeção política, em uma tentativa de quebrar preceitos hierárquicos estabelecidos pelo regime. Entretanto, estes foram de número ínfimo e, toda vez que ousaram esse movimento, foram capturados pelo sistema que tentaram despedaçar. A massa do Exército deveria ter a caserna como seu ambiente de trabalho, pois a política era assunto cabível apenas a generais. Toda essa circunstância envolvendo uma instituição que por definição deveria ser unida, disciplinada e, coesa, gerou uma incisão dentro do Exército que foi interpretada como um paradoxo pelos Estados Unidos.

Esse processo incentivou uma fissura entre os diferentes níveis de patentes do Exército, os jovens oficiais sentiam que a "revolução" era fruto de sua própria militância. Assim, eles teriam o direito de influenciar a direção do governo. A negativa por parte dos militares superiores, tentando sempre neutralizar os ânimos da caserna, estimulou uma militância de pressão à ditadura por parte dos demais setores militares. E como nos explica João Roberto Martins Filho, a conduta de marginalização foi crucial para a existência da rixa dentro do Exército.

A reforma no papel do Exército na vida nacional tinha sentido bem preciso para a oficialidade. Seja ao levantar um rosário de reivindicações históricas relativas à carreira militar e às condições gerais da corporação do ônus de impopularidade que recaía sobre a oficialidade no pós-64, a cizânia entre os capitães parecia brotar de uma fonte precisa: a marginalização dos militares no sistema de decisões do regime. (MARTINS FILHO, 1995, p. 144).

A questão da falta de consonância entre os setores militares referente à questão da hierarquia foi notada e destacada pelos Estados Unidos. Até porque não existiria a identificação de "linha dura" sem este tipo de movimento. A existência do movimento dos "duros" está entranhadamente ligada à desordem militar e à sua incessante militância. Isso não era novidade para os estadunidenses desde os primórdios do regime. O fator de destaque da análise se deu pelo fato de que os Estados Unidos encontraram vestígios da fissura militar dentro de sua própria noção de "linha dura". Ao classificarem diferentes tipos de "linhas duras" e manejarem os militares em dois diferentes grupos, eles estavam admitindo que uma unidade castrense não existia sequer dentro da própria "linha dura". Obedecendo à regra do sistema, tal postura foi identificada, analisada e reportada aos altos cargos da burocracia estadunidense.

O último balanço sobre essa primeira "linha dura" identificada, ou melhor, sobre as primeiras "linhas duras" identificadas, foi feito no segundo semestre de 1965 e não fugiu do

que já havia sido explorado anteriormente. Não atuavam de forma coordenada, não obtinham meios para tornar suas demandas em realidade, havia uma inexistência de horizontes propostos e sua semelhança se dava majoritariamente pelo nome comum, pelo anticastelismo e pelo envolvimento a favor do golpe de 1964. Elas, portanto, não se configuravam em uma ameaça a Castelo e, apesar da bravata, não dispunham de medidas para derrubar o presidente.

Assim se deu o processo de identificação das primeiras vertentes da "linha dura" pela perspectiva estadunidense. Em um primeiro momento, refém das informações conflitantes e da própria subjetividade do movimento, os Estados Unidos as classificaram quase que simplesmente como um movimento opositor a Castelo, não estabelecendo reflexões mais profundas sobre seus quadros. Porém, é interessante notar como a interpretação foi evoluindo com o passar do tempo. Primeiramente, foram estabelecidas as duas primeiras facções, a "linha dura" civil, e a outra de origem militar. Em seguida, observações mais profundas sobre as origens de seus quadros foram aparecendo, bem como reflexões sobre seus possíveis líderes – ou a ausência destes –, a capacidade de articulação entre eles, sua real capacidade de ação, suas características próprias e os elementos que os empurraram para os quadros da 'linha dura". Este processo de reconhecimento terminou em 1965, com uma nova análise, ainda com reflexos da divisão entre civis e militares, mas com uma nova forma classificatória, dividindo-os em mais grupos e evidenciando ainda mais a pluralidade da "linha dura", sempre pela compreensão estadunidense. Finalmente, cabe ressaltar que o reconhecimento das "linhas duras" dos primeiros momentos foi um fenômeno quase que exclusivamente proveniente do estado de São Paulo. Lá foi o principal palco de identificação delas, justamente porque era naquele estado que essas facções se faziam presentes.

2.2 O ESTADO DE SÃO PAULO

A grande imprensa brasileira teve papel crucial no processo de desestabilização do governo João Goulart e, consequentemente, no golpe que o derrubou na madrugada do dia 1 de abril de 1964. A mídia, em geral, fez parte do complô civil-militar que articulou a saída de Jango do poder. E o jornal *O Estado de São Paulo* não ficou fora dessa linha de raciocínio, na verdade, o veículo foi extremamente incisivo nas críticas ao então presidente e não poupou esforços para miná-lo. Ademais, seus donos - a família Mesquita - portavam uma grande aversão a Jango e a todo o movimento que ele representava. Todos esses fatores contribuíram para que o jornal se tornasse um importante elemento político da época.

A tradição de se envolver nas políticas de nível estadual e nacional não nasceu durante a ditadura, muito menos nos primeiros anos da década de 1960. Como argumenta Sergio Miceli, essa característica aflorou na década de 1920, ainda durante a Primeira República, quando o controle acionário da empresa foi definitivamente abocanhado pela família Mesquita. Nesse caminho, Miceli complementa: "O êxito comercial desse órgão está na raiz da diversificação das atividades do grupo Mesquita, que, tendo-se pois convertido em uma facção partidária, pôde assumir a liderança das sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista." (MICELI, 2001, p. 90). Cerca de quarenta anos antes do golpe que deu origem à ditadura militar brasileira, O Estado de São Paulo já se comportava como um ator político, fazendo oposição a setores do partido que comandava a conjuntura política paulista na época, o Partido Republicano Paulista (PRP). De fato, o mais interessante sobre a citação para a presente pesquisa é a ocorrência de o autor encarar o periódico como uma facção partidária. Esta postura é capital para entendermos o motivo de o sistema burocrático estadunidense ter posto a qualificação de "linha dura" nele, pois, atuando dessa forma, o jornal se impôs como um elemento político atuante, formulando e expondo sua visão para seus leitores e, assim, configurando-se como um influente personagem da época. Como qualquer facção partidária, O Estado de São Paulo era ativo em suas lutas, por esta razão e por fazer barulho pelo que pregava, foi notado pelos estadunidenses.

A postura do jornal perante os acontecimentos dos primeiros anos da década de 1960 não fugiu de seu padrão adotado praticamente 40 anos antes, como nos explica o historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

O Estadão foi um ator "revolucionário" de primeira hora em 1964, com destaque para o intenso protagonismo do seu proprietário, Júlio de Mesquita Filho, que usou o tradicional editorial (intitulado Notas e informações) para defender seus pontos de vista. O herdeiro de Júlio de Mesquita seguiu a tradição familiar de mobilizar o jornal a serviço de seus ideais políticos, colocando o periódico em posição semelhante a um partido político. (MOTTA, 2017, p. 370).

Ao evidenciar suas posições publicamente e definir um modelo próprio para o desenvolvimento do país, *O Estado* se aproximou de outros grupos com semelhantes pautas, como, por exemplo, setores militares que exigiam maiores níveis de repressão durante os primeiros instantes do regime, conforme explica novamente Motta:

O Estadão apoiou com entusiasmo o expurgo inicial da ditadura, defendendo uma intervenção dura e rápida, para limpeza do terreno e posterior restauração das instituições liberais. O paradoxo é flagrante, pois defendeu medidas autoritárias com o argumento de que as instituições liberais sairiam fortalecidas ao fim do processo. (MOTTA, 2017, p. 370).

Apesar de o editorial discordar desses setores militares sobre o que aconteceria após o surto de repressão, não é errado afirmar que ambos clamavam por mais cassações, prisões e perdas de direitos.

Pela perspectiva estadunidense, indecisão era a palavra que definia a situação política do país nos meses seguintes ao golpe. A direção que a "revolução" ia seguir parecia não estar clara ainda. Um *airgram*⁵⁵ do dia 28 de maio de 1964 afirmava que nunca antes tantas boas fontes estavam fornecendo tamanhas informações conflitantes. Existia mesmo uma dúvida sobre qual caminho o governo golpista iria seguir. Entretanto, o mesmo documento ressaltava que a "linha dura" estava se organizando de forma destacada, principalmente no estado de São Paulo. E o jornal estava diretamente ligado a esta organização, principalmente com outra área civil, os fazendeiros de café. A intenção da aproximação, ainda segundo o documento, era manter o *front* revolucionário unido. É indispensável relatar que este documento foi o primeiro, dentro do universo da pesquisa, a fazer menção ao jornal *O Estado de São Paulo*, já o rotulando como "linha dura".

A família Mesquita vinha de confrontos com o trabalhismo desde os anos de 1930 e, quando João Goulart emergiu como sucessor de Vargas, os canhões do periódico se voltaram para ele. Isso porque como parte do projeto de "revolução" do *Estadão* estava a ideia de expurgar todos os elementos ligados ao passado trabalhista, bem como figuras associadas à corrupção. Essa questão estava longe de ser uma pauta exclusiva do jornal, mas as críticas que o periódico fez à falta de rigidez nas perseguições por parte do governo Castelo Branco e a acusação de que ele não estava seguindo os princípios da "revolução" são alguns fatores que podem ter levado o sistema estadunidense a associar o jornal à "linha dura".

Ainda assim, tudo indica que o rótulo de "linha dura" foi pregado no jornal por condutas de seus próprios donos. Usando o espaço do editorial, eles não hesitavam em evidenciar suas convições, o que não passou despercebido pelos olhos do Estados Unidos. Em um *airgram*⁵⁶ de 31 de julho de 1964, o então cônsul estadunidense na cidade de São Paulo, Niles Bond, fez comentários sobre uma carta de autoria de Ruy Mesquita, filho do proprietário do jornal na época. O tema da publicação de Mesquita envolvia uma justificativa da motivação do golpe de 1964, estimulada por uma crítica de um correspondente francês que residia no Brasil durante os acontecimentos que derrubaram Jango. Portanto, o objetivo da carta, que foi publicada *n'O Estado de São Paulo*, era apresentar as razões e a natureza do golpe. Durante seu longo escrito,

⁵⁵ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329301/PDF/.

⁵⁶ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:359058/PDF/.

Mesquita apresentou visões e pensamentos pertencentes ao círculo da "linha dura", segundo o cônsul estadunidense. Essa publicação é de uma época em que o Estados Unidos ainda estava começando a levantar informações e, por conseguinte, entender como o cenário brasileiro iria se moldar em sua nova ordem, agora com os militares no poder. Logo, a demorada explicação de Mesquita parece ter chamado atenção dos burocratas justamente por se tratar de um esclarecimento sobre os princípios do movimento. Mas o que deve ser destacado aqui é o fato de que o cônsul encarou os argumentos de Mesquita como sendo pressupostos de "linha dura", transportando-o para o universo da facção e, assim, dando-lhe a condição de porta-voz dela.

Pela sua intensa atividade política em favor da campanha de desestabilização, pela não hesitação em mostrar os seus pontos de vista, que incluíam um forte sentimento contra a esquerda, e, principalmente, pela defesa da intensificação de medidas repressivas durante os primeiros momentos do governo Castelo Branco contra esquerdistas e políticos considerados por eles corruptos, a família proprietária *d'O Estado de São Paulo* fez o suficiente para que o seu negócio fosse rotulado como "linha dura" pela burocracia estadunidense. Com isso, em suas correspondências, os burocratas não hesitavam em atribuir ao periódico o rótulo de jornal mais abertamente "linha dura" de todo o Brasil.

A partir da definição, por parte dos estadunidenses, do caráter "linha dura" do jornal *O Estado de São Paulo*, podemos realizar um paralelo com a primeira parte deste capítulo. Nele, afirmo que o jornal era uma das principais fontes de informações dos estadunidenses, que dele eram extraídos nomes, promoções, transferências e movimentações da "linha dura". Isso tudo fica mais claro à medida que compreendemos que os Estados Unidos encararam o periódico como pertencente à "linha dura". O raciocínio é simples: uma vez com a etiqueta de "duro", faz muito sentido, por parte da perspectiva estadunidense, buscar informações sobre a facção dentro do próprio *Estadão*. Afinal, qual seria o melhor lugar para se extrair informações sobre a "linha dura" do que o jornal mais "linha dura" do Brasil? Os indícios levam a crer que era justamente pelo fato de ser considerado pertencente a tal facção que o jornal se consolidou como uma fonte de informações a ser explorada sobre ela.

Além disso, se pode fazer outras considerações interessantes sobre a classificação, até certo ponto inusitada, *d'O Estado de São Paulo*. Os estudos mais conhecidos da historiografia brasileira não costumam, em geral, classificar o jornal como um "duro", aliás, pelo contrário, usualmente ele é encarado como membro do bloco de imprensa liberal, que de fato apoiou o golpe, mas que, com o tempo, se tornou opositor do regime e de suas políticas devido ao progressivo aumento da repressão e da censura. Logo após os primeiros momentos, devido a

atitudes pontuais do governo Castelo Branco, o jornal já dava indícios de desgaste perante o regime, como argumenta Motta:

Assim, o Estadão discordou do AI2, da nova Constituição de 1967 e da Lei de Imprensa editada naquele mesmo ano. O entusiasmo inicial do jornal foi arrefecendo a partir de 1966 e, no quadro do governo Costa e Silva, que assumiu em 1967, o sentimento em relação à ditadura passou à decepção. (MOTTA, 2017, p. 371).

Podemos perceber que *O Estado de São Paulo* não abraçou quase nenhuma das grandes decisões que rumaram a ditadura para um caminho autoritário e, a partir daí, podemos refletir e discorrer melhor sobre os possíveis motivos da atribuição de "linha dura" dada ao jornal pelos estadunidenses. Primeiro devemos pontuar os limites do sistema burocrático estadunidense. Apesar de todas as precauções tomadas, até mesmo o país que detinha as maiores instituições de espionagem e levantamento de informações do mundo estava suscetível a fontes impróprias e interpretações equivocadas. Existe de fato um limite da diplomacia, nenhum sistema é completo o suficiente para ser isento de erros.

Depois, é verdade que a postura inicial do jornal foi realmente a de defender uma onda repressiva, como comenta novamente Motta:

Seguindo a visão favorável a uma "limpeza" rápida e profunda, os donos do Estadão não gostaram que o expurgo de 1964 fosse limitado, por isso estrilaram muito devido à hesitação do governo Castelo Branco em atingir certos líderes, como o governador Ademar de Barros, por exemplo. (MOTTA, 2017, p. 370).

A ideia adotada pelos donos do *Estadão*, que pregava a falta de robustez no expurgo de Castelo Branco, colocou o jornal em uma certa oposição ao presidente. De certa forma, a ideia vinha embutida em uma crítica à postura do então presidente. Cabe ressaltar que a oposição a Castelo e a pregação para um maior expurgo foram duas das principais bandeiras da "linha dura" durante a primeira presidência militar, além de tantas outras, é claro. Mas de fato estas duas costuraram, mesmo que timidamente, uma ligação entre *O Estado de São Paulo* e setores da "linha dura". A existência de uma comunicação e, consequentemente, encontros pessoais entre Júlio de Mesquita Filho, e notáveis militares pertencentes ao grupo, como o Almirante Silvio Heck, também podem ter influenciado os Estados Unidos nessa classificação.

Porém, os indícios levam a crer que foram mesmo as duas explicações anteriores as protagonistas nessa situação. A crítica da insuficiência de repressão levou o jornal a um cenário oposto a Castelo, que por sua vez o ligou à "linha dura". Em um momento inicial de

monitoramento e de reconhecimento, não seria improvável que os Estados Unidos dessem ao fator contestação a Castelo Branco o status de um elemento de exclusividade dos "duros". Pela análise das fontes, percebe-se que este elemento era energicamente destacado por aquele país durante seus diagnósticos sobre a "linha dura". A título de exemplo, um airgram⁵⁷ de outubro de 1965 afirmava que O Estado de São Paulo deslocou sua linha editorial para uma postura oposicionista a Castelo Branco, tecendo duras críticas ao governo. O documento ainda afirmava que o resto da "linha dura" estava otimista com a notícia, pois agora acreditava que o periódico teria aderido totalmente à facção. O tom do documento, juntamente com a leitura de outros exemplares, nos mostra que os Estados Unidos faziam uma estreita ligação entre a "linha dura" e uma postura anti-Castelo. Além do mais, a postura ativa e agressiva dos editoriais dos donos do jornal, sempre utilizando palavras que remetiam ao espírito revolucionário, igualmente podem ter se materializado como fatores fundamentais para tal classificação. Entretanto, o mesmo documento evidenciava uma contradição por parte do sistema dos Estados Unidos. Como o Estadão era classificado como o mais "duro" dos jornais se apenas no final de 1965 ele efetivamente adotou uma postura totalmente oposicionista perante o governo Castelo Branco? Pois é sabido que grande parte dos protestos ao governo vinha das fileiras da "linha dura" e que os membros dela nunca, efetivamente, tiveram uma boa imagem do primeiro governo da ditadura militar. Aqui, mais uma vez batemos na questão da limitação do sistema e de suas possíveis interpretações imprecisas.

Por fim, se faz necessário salientar que as fontes que fazem referência ao *Estadão* e o classificam como "linha dura" são abundantes apenas nos dois primeiros anos do regime. Após este período, elas se tornam cada vez mais escassas. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que nos anos seguintes a militância política do jornal diminuiu substancialmente. O periódico começou a criticar fortemente os rumos do regime. No dia da promulgação do AI-5, Júlio de Mesquita lançou um editorial chamado "Instituições em Frangalhos", exterminando qualquer boa relação nutrida com os militares. E uma vez com a militância política praticamente parada, o jornal não seria mais encarado nem como fonte de informações sobre a "linha dura", nem como ator político pelos estadunidenses.

-

⁵⁷ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:327291/PDF/.

2.3 A LIDER

A Liga Democrática Radical (Lider), se estabeleceu como o terceiro grupo meritório do título de pertencer à "linha dura" durante a ditadura militar brasileira. Título este, é claro, sempre respeitando a lógica do prisma estadunidense. O caso da Lider nos traz um ineditismo em relação aos dois casos anteriores de categorias que também foram classificados como pertencentes à "linha dura" pelos Estados Unidos. Primeiro, a identificação e o reconhecimento da Lider foram feitos praticamente quase que em sua totalidade pela embaixada estadunidense no Brasil.

Quer dizer, ao contrário de outras vertentes da "linha dura", a construção da Lider não foi feita pelo consulado em São Paulo, mas sim pela embaixada, na época ainda localizada no estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro. Este caso justifica o padrão utilizado pelo sistema de informações estadunidense, que foi descrito no início deste capítulo. A esfera de atuação das instituições estrangeiras respeitava o local de origem dos objetos a serem investigados. Como as "linhas duras" dos primeiros momentos se organizaram e atuaram principalmente no estado de São Paulo, foi natural que o protagonista no levantamento de dados perante elas se caracterizasse no consulado lá localizado. Como a Lider se formou e atuou quase que exclusivamente no Rio de Janeiro, a própria embaixada se configurou como instituição responsável pelo seu monitoramento. As fontes utilizadas pelos Estados Unidos foram, em geral, militares do Exército Brasileiro não pertencentes à instituição, intelectuais, setores do governo brasileiro, a mídia local e o próprio líder da organização. Os extratores das fontes foram os dois embaixadores que ocuparam o cargo durante as produções dos arquivos, sendo eles: Lincoln Gordon e Charles Elbrick⁵⁸. O adido militar, outra importante peça do sistema estadunidense, também atuou como extrator.

Seu reconhecimento se deu *a posteriori* das primeiras vertentes da "linha dura", ocorrendo somente em meados de 1965, quando uma publicação da revista Manchete exibiu uma entrevista com o então comandante da Lider, o Coronel Osnelli Martinelli. Nela, o militar falou sobre as pretensões da organização, suas ideias e projetos. A entrevista chamou a atenção do adido militar estadunidense lotado no Brasil na época, o famoso Vernon Walters, que preparou um *Intelligence Information Report*⁵⁹ para os seus superiores. Ele contém informações sobre a origem da Lider, como a suposta intenção de defender as instituições republicanas e

_

⁵⁸ Charles Burke Elbrick (1908-1983). Foi o embaixador estadunidense no Brasil entre os anos de 1969 e 1970. Ficou amplamente conhecido por ter sido vítima de um sequestro arquitetado pela esquerda armada brasileira, com a intenção de trocar o embaixador por presos políticos.

⁵⁹ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:808398/PDF/.

democráticas. O fato de a organização ser formada tanto por civis quanto por militares também chamou atenção. Enfim, a entrevista é completa sobre a estrutura da organização, transparecendo um recado parecidíssimo com a definição feita por Maud Chirio,

Na retaguarda, está a Liga Democrática Radical (Lider) (...) Ela retoma as reivindicações precoces dos encargos de IPMs – liberdade dos inquéritos, restrição dos poderes do Judiciário, prorrogação dos artigos de expurgo do Ato institucional – ao mesmo tempo em que sugere, desde seus primeiros manifestos, uma plataforma política muito mais ampla de "políticas revolucionárias", sobretudo do ponto de vista econômico. A Lider coloca-se em parte na linha política do almirante Sílvio Heck: nacionalismo econômico e 'autenticidade' de uma revolução radical. (CHIRIO, 2012, p. 69).

As evidências levam a crer que a fácil percepção sobre os diversos aspectos da Lider se dava justamente pela característica da organização de falar abertamente sobre ela mesma. Seus quadros não tentavam se esconder debaixo dos panos do terrorismo ou de panfletos anônimos. Muito pelo ao contrário, obedecendo à característica militante do setor, eles queriam justamente ser notados e escutados, tendo suas reivindicações espalhadas pelos setores da sociedade brasileira.

Ao final, o adido se limitou a ponderar, em forma de comentário pessoal, que a corporação aparentemente não detinha nenhuma força real de ação, sendo praticamente irrelevante para o cenário político brasileiro. Observação esta que vai perdurar nas análises estadunidenses. A parte final o ano de 1965 é particularmente agitada para a Lider, pois se trata do conturbado período da eleição e posse dos governadores anteriormente ligados a seções políticas associadas ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. A Lider, assim como o resto da "linha dura", teve um importante comportamento ativista em respeito à situação da posse, não sendo, em hipótese alguma, admitida. Como o centro de atuação da facção era o Rio de Janeiro, se faz claro que a maior preocupação era com o governador eleito Negrão de Lima, que, por sua vez, concernia ao ramo peessedebista, daí a origem da aversão da "linha dura" ao seu nome.

Informações sobre supostas atitudes que seriam tomadas pela Lider caso Negrão de Lima efetivamente tomasse posse como governador da Guanabara começaram a chegar para os estadunidenses. Um $airgram^{60}$ datado de 19 de novembro de 1965 salientava uma conversa do cônsul geral dos Estados Unidos no Brasil com um intelectual estadunidense que tivera contato com Martinelli há pouco tempo. Tal intelectual procurou o burocrata para expor o encontro que teve com o chefe da Lider e, principalmente, delatar que estes estavam planejando a deposição

_

⁶⁰ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:346430/PDF/.

de Castelo Branco. É significativo ponderar que este foi o único documento não produzido no Rio de Janeiro, e isto se dá ao fato de que foi a iniciativa do estudioso em procurar o consulado que gerou o documento, e ele o fez em São Paulo. Após ouvir o delator, o cônsul escreveu que a instituição que ele geria não era capaz de atestar a veracidade da denúncia, bem como a real capacidade da Lider em efetivar a ameaça proposta. Para ele, cabia à embaixada avaliar a situação. Assim, além de ter o Departamento de Estado como destinatário, uma cópia do Airgram também foi enviada para o Rio de Janeiro.

Pouco depois, no fim do mês de novembro, Castelo Branco sumariamente inseriu a Lider na ilegalidade. Segundo os estadunidenses, o motivo seria, principalmente, as constantes ameaças por parte da organização em impedir a posse do governador eleito. O fato de que a facção fazia constantes advertências ao presidente e ao governo com certeza contribuiu para a decisão. O ato, até certo ponto de caráter autoritário de Castelo, chamou a atenção da embaixada, que sentiu a necessidade de reportar o acontecimento ao Departamento de Estado. Lincoln Gordon afirmou, em um telegram⁶¹, que, em sua visão, os motivos de segurança nacional falaram mais alto durante aquela situação, dando a entender que o embaixador havia corroborado com a atitude da ditadura. O comentário não causou espanto, de forma alguma, pois é bem sabido que Gordon nutria uma simpatia pela figura de Castelo, assim como pelas diretrizes originais do governo. Para finalizar o comentário sobre a ida da Lider para a ilegalidade, Gordon reiterou a opinião de Vernon Walters, demostrada no primeiro documento que faz referência à organização. Ele afirmou, objetivamente, que ela teria pouco ou nenhum suporte, um poder de ação quase nulo e que nem o meio militar iria esbravejar sobre sua saída de cena daquela maneira. A conduta do presidente brasileiro foi interpretada como uma demonstração de força, não só para com a Lider, mas também para os demais setores da "linha dura" e da oposição. A ocorrência teria mostrado que o governo estaria forte, pronto para agir contra qualquer tipo de contratempo, o que na verdade comprovou mais uma vez a demasiada fé que os Estados Unidos, influenciados principalmente por Gordon, depositavam na figura de Castelo Branco e em seu suposto espírito não autoritário, sua moderação e apreço aos valores ocidentais. As avaliações dos Estados Unidos encaravam o presidente como o homem certo para conduzir o Brasil, justamente pelos motivos citados.

Após sua ida para a ilegalidade, a Lider, por um bom tempo, não se fez mais presente nos itens comentados pelos estadunidenses. Provavelmente, dada a real fragilidade da organização, ela não obteve meios para continuar operando depois de receber tamanha pancada.

-

⁶¹ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:346019/PDF/.

A realidade de efetivamente se estabelecer como instituição cobrou seu preço, pois assim ela se se tornou um alvo muito mais fácil a ser perseguido. Tomemos o exemplo das "linhas duras" dos primeiros momentos. A última, salvo uma parcela da "linha dura" civil, não estava efetivamente organizada em uma instituição, o que impedia, ou pelo menos dificultava, elementos como a presença de um líder efetivo, um maior nível de organização e a sistematização de pautas uniformes a todo o grupo, transmitindo um aspecto um tanto quanto subjetivo. Por outro lado, a desorganização nesse sentido, de certa forma, a protegeu, uma vez que a repressão do governo não detinha um alvo claro, evidente e concreto para apontar seu canhão. Essa "linha dura" foi muito mais difícil de dispersar. No caso da Lider, é sabido que ela possuía uma "cabeça efetiva", uma pauta com reivindicações bem definidas e um maior nível de organização, ou seja, ela portava um endereço fixo. Não foi uma casualidade o fato de que Osnelli Martinelli foi facilmente preso pelo regime. Portanto, o governo Castelo sabia muito bem onde focar sua repressão e, com um golpe preciso e direto, obliterou, pelo menos pela perspectiva estadunidense, as bases da organização.

Muito tempo depois, mais especificamente quase cinco anos, o grupo de Martinelli voltou a ser alvo dos extratores estadunidenses. O motivo foi a publicação de uma revista intitulada *Desafio Brasileiro*, cuja produção era atribuída ao círculo que antigamente constituía a Lider. A revista propagava valores praticamente idênticos àqueles pertencentes à organização nos anos iniciais da ditadura. Um virulento nacionalismo econômico, acompanhado de um sentimento hostil aos Estados Unidos, foram, por parte da burocracia, os mais notáveis componentes a serem destacados. O próprio Martinelli admitia que a intenção da revista era influenciar o então presidente Médici e seus ministros.

Para estimar o real impacto da revista, os estadunidenses não demoraram a ir atrás de suas fontes, com a óbvia intenção de se extrair informação. Até mesmo o famoso general Golbery do Couto e Silva foi consultado. No entanto, o resultado da coleta não diferiu das impressões tecidas sobre o grupo em meados dos anos de 1960. Militares consultados afirmaram que os membros da organização não gozavam de prestígio dentro do Exército e que o tamanho de sua força e capacidade influência seria minúsculo, irrisório. Até mesmo o posto ocupado por Martinelli na época foi motivo de chacota. Ele era professor em um colégio militar no Rio de Janeiro, cargo de pouco crédito dentro da estrutura das Forças Armadas.

O então embaixador Charles Elbrick, em sua conclusão, não demonstrou dúvida em categorizar o movimento de forma desdenhosa. Na visão do então embaixador eles eram extremistas delirantes, com fracas credenciais profissionais. Sua tendência em almejar uma posição de destaque pelos IPMs que chefiavam colou uma imagem de oportunistas ambiciosos

a eles. Foram encarados como participantes de tentativas patéticas de articulações de golpes no passado, não obtendo sucesso em nenhuma linha. Foi concluído também que, devido à sua postura de uma eterna militância, provavelmente eles continuassem a tentar influenciar os rumos do regime, porém, a revista foi encarada como uma cruzada inútil.

Como podemos notar, a Lider não passou despercebida pelo radar dos Estados Unidos. Sua existência não foi subestimada ou encarada com desprezo pelo sistema, entretanto, é certo afirmar que o poder da organização foi taxado como praticamente inexistente. O caso é um bom exemplo para refletirmos que, com efeito, os Estados Unidos encaravam com seriedade tudo que caía na sua rede de informações, não subestimando o menor movimento. Qualquer atividade estranha era levada em consideração, sendo acompanhada por uma forte busca de informações complementares e, aí sim, seguida de alguns comentários e conclusões. Foi exatamente assim que se deu o caso com a Lider. Uma vez reconhecida, a organização passou a fazer parte do universo monitorado pelo sistema. Os primeiros dados já eram acompanhados de algumas impressões preliminares e, a partir de um certo tempo, quando mais algumas ações referentes à facção foram analisadas, o veredito se manteve praticamente o mesmo. Ela era encarada como tendo raio de ação inexpressivo, não possuindo uma rede de contatos espessa e, seus quadros não gozavam de influência alguma sobre as Forças Armada. Isto é, na prática, era completamente inofensiva. Contudo, seguindo a lógica do sistema de informações estadunidense, sua existência não poderia ser ignorada. Primeiro ela foi percebida e analisada, para depois ser julgada. Pode-se afirmar que os Estados Unidos julgaram a Lider quase que irrelevante, mas não se pode dizer que faltou empenho para mapeá-la, analisá-la e conceituá-la.

2.4 A LINHA DURA RADICAL DOS CORONÉIS

Os coronéis sempre foram parte central da "linha dura" durante a ditadura. Exerceram protagonismo nela e, assim, foram evocados como a patente de maior destaque dentro da facção. Durante o período de reconhecimento, do qual trata este capítulo, eles eram sim citados como membros ativos da vertente militar, porém, pelo menos até o fim do ano de 1967, eram referenciados como uma simples parte comum do movimento, integrantes ordinários que compunham algo maior. Estavam na mesma prateleira dos oficiais generais, cafeicultores, políticos ligados à UDN e outros empresários civis. Ou seja, não havia uma maior diferenciação entre eles e os demais setores que compunham a "linha dura" na perspectiva estadunidense. Foi só no apagar das luzes de 1967 que os coronéis ganharam um status diferenciado e passaram a

receber uma maior atenção do sistema. Não que os estadunidenses não soubessem de sua existência e militância, entretanto, a partir de algo que pode interpretado como uma dissidência, foi atribuído a eles um foco diferenciado.

Repito que, os estadunidenses executaram o reconhecimento desta classe já nos primórdios da ditadura, portanto, o que ocorreu alguns anos depois foi, na verdade, uma reclassificação. Eles estavam diretamente envolvidos na campanha do golpe, militando efetivamente pela derrubada de Goulart. Durante o lapso de tempo que vai do golpe até a realização da nova interpretação, os coronéis eram integrados à "linha dura" militar dos primeiros momentos, mais precisamente na classificação de idealistas desiludidos. Eram jovens militares desencantados com os rumos do governo de Castelo Branco. Eles julgavam-se responsáveis, criadores do regime que há pouco nascera, por isso, teriam o direito de interferir nos rumos da ditadura. Eram opositores da política econômica do presidente e, o criticavam pela "leveza" com que ele tratava corruptos e esquerdistas. Enfim, travava-se de um grupo bem mapeado e analisado.

Os coronéis, durante o contexto da posse dos governadores, atuaram dentro da vertente na qual estavam classificados como forma de impedir que os políticos eleitos tomassem posse. Na época, eles já tentavam buscar dentro do universo dos generais alguma voz que os desse ressonância, algo que durante um bom tempo foi característica do grupo. Após um intenso ciclo de militância oposicionista à própria figura do Marechal Castelo Branco, o novo chefe do executivo parecia trazer ares melhores para os coronéis, pelo menos em um primeiro momento.

Foi a ascensão de Costa e Silva, sempre na perspectiva estadunidense, o fato gerador da dissidência dentro da "linha dura" militar dos primeiros momentos. Para os Estados Unidos, a "linha dura" militar tinha encontrado na figura do segundo presidente da ditadura um líder em potencial, que poderia levar adiante as pautas dos "duros". Os Estados Unidos usaram como prova disso o fato de que alguns oficiais generais que transpareciam certa simpatia ao "duros" obtiveram sucesso em angariar posições de destaque no novo governo. Foi o caso, por exemplo, do então General de Divisão Afonso Augusto de Albuquerque Lima, que assumiu o Ministério do Interior. Completando o raciocínio, Maud Chirio afirma que:

Muitos oficiais da "primeira linha dura" são integrados ao aparelho de Estado ou empossados em comandos centrais e prestigiosos, o que corresponde ao fato de se sentirem responsáveis pelo segundo governo da revolução, assim como se consideravam responsáveis pelo próprio golpe de Estado. (CHIRIO, 2012, p.94).

Entretanto, um destacado grupo – chamado pelo sistema estadunidense de remanescentes – continuou a exercer pressão ao governo, ainda não satisfeito com os resultados que a "revolução" tinha alcançado até então. Foi neste momento que nasceu o que os estadunidenses chamaram de "linha dura" radical ou "linha dura" dos coronéis. Estabelecendo claramente, a "linha dura" militar fazia oposição a Castelo e, com a escalada de Costa e Silva ao poder, ela ficou acomodada, quase que satisfeita, devido a algumas demandas atendidas pelo novo presidente. Contudo, um fragmento dela continuou como elemento de pressão ao governo federal, não cessando a postura agressiva de cobrança estabelecida anos antes pelas primeiras "linhas duras". É este grupo cismático é que foi denominado como "linha dura" dos coronéis pelos estadunidenses.

A maior parte do seu monitoramento, assim como aconteceu com a Lider, foi feito no Rio de Janeiro, pela embaixada. Os indícios nos levam a crer que isso aconteceu porque aquela cidade foi o palco de atuações dos mais destacados membros dessa facção, isto é, era o local em que eles estavam lotados. Como ocorre no caso de um dos líderes do movimento, o Coronel Francisco Boaventura⁶². É fato que estes coronéis, durante seus anos de serviço, rodaram o país e o mundo como consequência das peculiaridades da carreira militar, mas também pela postura do governo Costa e Silva em tentar dispersá-los, tirando-os do Rio de Janeiro e levando-os para lugares de menor expressão militar. Em consequência disso, temos arquivos feitos por várias instituições estadunidenses ao redor do país. Todavia, reafirmamos que a maior parte da busca por fontes e de extração de informações foi feita pela embaixada localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Como a "linha dura" radical se originou da "linha dura" militar, muitos dos pareceres feitos sobre os primeiros derivam dos últimos. São parecidos, muitas vezes quase idênticos. A título de exemplo, os radicais transladaram consigo o aspecto do paradoxo militar, elemento clássico da primeira "linha dura" militar. Do ponto de vista estadunidense, o abismo que separava os oficiais intermediários e os oficiais generais, no que diz respeitos às suas pautas e interesses perante o itinerário da ditadura, continuou a existir e se manteve durante a atuação da "linha dura" radical. Segundo os estadunidenses, eles não conseguiam criar uma ponte sólida com os "donos" do regime, ou seja, os generais de exército, que de fato foram os indivíduos mais poderosos da ditadura militar brasileira. Nesse sentido, José Roberto Martins Filho declara que:

-

⁶² Além de Francisco Boaventura, outros coronéis foram citados como pertencentes ao grupo. São eles: Ferdinando de Carvalho, Heitor Linhares, Plínio Pitaluga, Dickson Melces Grael, Rui Castro, Amerino Raposo, Hélio Lemos e, Luis Alencar Araripe.

Mas é crucial enfatizar que os "duros" — considerados aqui, basicamente, como o núcleo de oficiais que se agrupa em torno dos coronéis Boaventura e Ruy Castro — parecem ter sofrido sempre uma dificuldade específica: sua incapacidade para estabelecer relações orgânicas com a hierarquia militar. (MARTINS FILHO, 1995, p.118).

Durante o ano de 1967, os Estados Unidos perceberam que os radicais estavam tentando – praticamente em vão – estabelecer uma conexão entre eles e os oficiais generais. Os "duros" notaram que a hierarquia militar lhes impunha uma limitação grave de representatividade no regime e, portanto, teriam que buscar vozes habilitadas – generais de quatro estrelas - para representá-los no jogo político. Nesse quesito, eles falharam miseravelmente. É bem verdade que alguns generais, como Albuquerque Lima⁶³, mostravam certa simpatia à temática dos "duros". Entretanto, na época, nenhum integrante da patente mais alta da ativa do Exército Brasileiro atendeu ao chamado dos radicais. Esse abismo hierárquico seria algo que perdurou durante toda a ditadura militar brasileira e não passou despercebido pela vigilância do sistema estadunidense.

A propósito, a relação destes com o regime, ao invés de apresentar melhoras, apenas piorou. Devido à feroz oposição, o governo federal decidiu tomar certas medidas para amenizar os ânimos da caserna. Sabe-se que as transferências eram parte comum da carreira militar, por conta da troca de comandos, promoções, entre outros fatores. Contudo, este fator foi usado como manobra contra a "linha dura" radical. Os oficiais gradativamente foram se afastando do Rio de Janeiro, indo para postos de menor expressão no interior brasileiro, ou servindo como adidos militares fora do país. Esta foi uma forma encontrada pela ditadura para dispersar oficiais indesejados.

Observando o processo de transferências atentamente e percebendo seu caráter punitivo, os Estados Unidos pontuaram que apesar da medida, dificilmente o grupo iria se desfazer por completo. Seus integrantes teriam que se satisfazer com Costa e Silva na presidência, mas não suspenderiam sua militância, principalmente no que dizia respeito à disseminação e propagação de seus ideais.

Como percebe-se, a atitude de procurar respostas sobre o real poder de alcance das diversas "linhas duras" se fazia como um importante padrão no sistema estadunidense. E com

_

⁶³ Albuquerque Lima não era um General de Exército. Logo, não estava entre os principais atores políticos da época. Ele até tentou romper com o sistema, construindo sua candidatura nas eleições presidenciais que agraciaram Médici como presidente. Apesar disso, a hierarquia militar prontamente tratou de afundar seus planos ambiciosos.

os radicais não foi diferente. Os Estados Unidos, como de praxe, estavam em busca de uma resposta para a seguinte questão: quão grande é o suporte da "linha dura" radical dentro do próprio Exército? Para isso, recorreram aos próprios setores militares. É importante reiterar que o sistema estadunidense nunca apresentou dificuldades ao circular entre o meio militar. Possuíam portas abertas, constantemente eram bem atendidos e, conservavam fiéis informantes dentro daquela instituição.

Foi o então embaixador estadunidense John Tuthill o encarregado de reportar ao Departamento de Estado a situação da "linha dura" radical, feito no final de 1967, por meio de um *airgram*⁶⁴. O conteúdo do documento nos mostra que o sistema identificou que os Coronéis radicais, individualmente, não gozavam de grande prestígio dentro do Exército. Eram muitas vezes encarados como exibicionistas, frustrados por não terem atingindo uma carreira política de fato. O suporte deles e, consequentemente, o nível de poder de sua facção esbarravam em um componente diversas vezes trazido neste trabalho: a hierarquia militar. Eles, então, não poderiam despontar como líderes absolutos da "revolução" que julgavam ser filha de sua militância. Já suas ideias enfrentavam menos aversão que as pessoas. A imagem trazida pelo grupo, de que os ideais da "revolução" ainda estavam longe de serem alcançados e de que seus inimigos estavam mais vivos do que nunca, possuía grande reverberação dentro das fileiras miliares. Logo, formou-se uma situação em que os líderes do movimento não eram encarados com total credibilidade pela massa do Exército, mas as suas concepções sobre o cenário da época tinham facilidade em adentrar as fileiras da instituição militar.

Ademais, a recente dispersão dos oficiais radicais, a perca de prestígio deles perante o Exército e, as exibições de autoridade por parte dos generais foram os argumentos evocados pelos estadunidenses para balizar o seu argumento de que os coronéis não apresentavam perigo algum tanto para a estabilidade do regime quanto para a unidade militar. Ainda segundo o sistema dos Estados Unidos, o grupo poderia adquirir influência em um contexto de crise. Apesar disso, provavelmente os radicais se limitariam a flertar com aspirantes presidenciáveis, na tentativa de encontrar um abrigo para as suas demandas, além de continuar a propagação de seus ideais dentro dos quadros das Forças Armadas do Brasil.

As análises sobre a "linha dura" radical não são abundantes, isso provavelmente se dá pelo fato de que ela não seria algo absolutamente novo, inédito, e sim uma cisão de um grupo. Isto é, a maioria das características do processo de identificação dos radicais já foi explorada anteriormente, na questão da "linha dura" militar. Como trabalhado aqui, o fator originador do

_

⁶⁴ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:336560/PDF/.

grupo dos radicais não é um ineditismo em pautas, características dos quadros ou, seus objetivos, e sim apenas uma continuação de uma militância agressiva inaugurada nos primórdios da ditadura. Os radicais são assim denominados pela sua perseverança na autoritária oposição ao regime.

Durante todo o capítulo, nota-se que nos primeiros anos da ditadura militar brasileira, os Estados Unidos identificaram e classificaram vários tipos de "linhas duras". Sendo elas: a "linha dura" civil e militar dos primeiros momentos, o jornal O Estado de São Paulo, a LIDER e por fim, a "linha dura" radical dos coronéis. Portanto, para o sistema, pelo menos nesses anos - período que vai do golpe até o final de 1967 -, o que existia era uma grande pluralidade de "linhas duras", o termo se tornou abrangente demais, englobando vários setores, que muitas vezes eram até mesmo conflitantes entre si. Ao que tudo indica, este movimento ocorreu, porque durante o período, os Estados Unidos equivocadamente criaram um vínculo fortíssimo entre a questão da "linha dura" e a questão da oposição ao governo Castelo Branco. Isto é, eles rotularam praticamente todos os setores de contestação ao primeiro presidente como pertencentes a algum grupamento de "linha dura". É só com o reconhecimento da "linha dura" radical que o termo ganha uma conotação mais homogênea. Antes, o termo "linha dura" poderia expressar um leque diverso de setores da sociedade brasileira, e a partir do desfecho de 1967, o termo é usado quase que exclusivamente para definir o grupo dos coronéis radicais. Ou seja, desta data em diante, toda vez que os Estados Unidos usassem o termo "linha dura", eles estariam se referindo ao grupo dos coronéis radicais. Então, na perspectiva estadunidense, são os radicais que representam a "linha dura" desde sua identificação até os dias finais da ditadura militar brasileira.

2.5 DENOMINADORES EM COMUM

Foi fortemente discutido até aqui o preceito de que, na linha da perspectiva estadunidense, o movimento de "linha dura" possuía várias facetas, tinha a pluralidade como característica e, de maneira alguma deveria ser encarado como como um bloco monolítico. Ainda assim, isso não quer dizer que os Estados Unidos não encontraram robustas aproximações entre as vertentes. Apesar dos afastamentos serem mais claros e definidos, as aproximações igualmente se faziam presentes nas circunstâncias da época. Os pontos de convergência reconhecidos não necessariamente se constroem como uma surpresa perante os

olhos de um leitor atento. Todos eles foram direta ou indiretamente já citados no trabalho, e além, também já foram relacionados ao universo das vertente de "linha dura".

A primeira característica comum detectada, e também a mais óbvia, é o nome em comum, como podemos perceber no seguinte trecho:

Having stressed in the foregoing paragraphs the differences among the "hardlines", we now look to their shared characteristics. First of all, as we noted earlier, all of those afflicted refer to themselves or at least think of themselves as "hardliners". Their name is one common dominator⁶⁵. ("Several 'Hardlines' as Seen from São Paulo" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 08).

À primeira vista, a seguinte constatação vinda da burocracia estadunidenses parece até de certa forma obtusa. Mesmo assim, pode-se fazer algumas considerações a respeito. Tudo indica, que o termo "hardline" não foi de autoria estrangeira. Ou seja, eles não criaram a nomenclatura a partir da análise dos sinais do grupo. O nome, o identificador do movimento, foi extraído como informação, e não cunhado a partir de dados levantados pelo sistema de informação estadunidense. A alcunha é reivindicada pelos próprios membros da "linha dura". Os burocratas apenas assimilaram o termo.

O segundo ponto comum, foi assinalado como sendo a ferrenha abominação ao governo de João Goulart, como percebemos na seguinte observação:

Another is their attitude toward Goulart government prior to April 1, 1964. All of them were strongly opposed to it and strongly in favor of its overthrow. Many of them were active conspirators against it. Their reasons, it is worth nothing, were often the very same as those on which they base their "hardline" sentiments today⁶⁶. ("Several 'Hardlines' as Seen from São Paulo" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 08).

Esta semelhança se ajusta como a mais ampla possível. Pois a repugnância ao governo de Jango não era de forma alguma uma exclusividade dos setores de "linha dura". Tal sentimento encontrava abrigo em múltiplos setores da sociedade brasileira. Além disso, o antagonismo entre o trabalhismo e setores do Exército Brasileiro sempre foi evidente dentro do

⁶⁶ Tradução do autor: "Outra (semelhança) é sua atitude em relação ao governo Goulart antes de 1º de abril de 1964. Todos eles se opunham fortemente a ele e eram fortemente a favor de sua derrubada. Muitos deles eram conspiradores ativos contra o mesmo. Suas razões, não vale nada, eram muitas vezes as mesmas em que baseiam seus sentimentos 'linha-dura' hoje."

⁶⁵ Tradução do autor: "Tendo enfatizado nos parágrafos anteriores as diferenças entre os 'duros', vamos agora olhar para suas características comuns. Em primeiro lugar, como observamos anteriormente, todos eles referemse a si próprios ou pelo menos pensam em si mesmos como 'linha-dura'. Seu nome é um dominador comum."

cenário político nacional. Entretanto, este ponto em comum foi identificado e relatado pelos estadunidenses, e por isso merece ser aqui notabilizado.

O terceiro, e último, e mais importante ponto de aproximação das vertentes de "linha dura" encontrada pelos burocratas dos Estados Unidos no Brasil, é a conhecida aversão ao governo Castelo Branco. Como nota-se no seguinte comentário:

The last common denominator that we discern is that each type of "hardliner" has become disenchanted with the revolutionary government of President Castello Branco. The disenchantment expresses itself along a spectrum of responses running from conspicuous grumbling up to military indiscipline and quasi-sedition. The afflictees may be in the government, e.g. , military "hardliners", or out of it, e.g. , the coffee growers⁶⁷. ("Several 'Hardlines' as Seen from São Paulo" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 08).

Como observado no decorrer deste capítulo, os Estados Unidos estruturaram um robusto vínculo entre as vertentes de "linha dura" e o governo do Marechal Humberto de Alencar de Castelo Branco em um sentido crítico. E essa repulsa foi capaz de unificar todo o *front* da "linha dura". A observação acima, deixa a entender que a aversão ao governo Castelo Branco não era um elemento inerente à existência do movimento de "linha dura", foi algo desenvolvido ao longo do primeiro governo militar, devido a uma série de discordâncias entre as partes. Todo o processo de divergências causou a desilusão que, por sua vez, impulsou a "linha dura" para uma posição crítica e opositora a Castelo. Os documentos indicam que, pela perspectiva estadunidense, esta desarmonia era inexistente no ambiente antes do golpe. Nesta época, o Exército estava unificado em uma causa, a de derrubar Jango. A desavença teve origem nas diferentes visões sobre quais seriam os rumos que a "revolução" deveria tomar. Esta discordância sobre qual caminho a ditadura recém formada deveria seguir possui relação direta com o caráter das reivindicações das vertentes de "linha dura". Analisando-as, teremos uma melhor noção da estrutura do relacionamento entre o governo Castelo Branco, o governo dos Estados Unidos da América e as vertentes de "linha dura".

cafeicultores."

⁶⁷ Tradução do autor: "O último denominador comum que discernimos é que cada tipo de "linha dura" se desencantou com o governo revolucionário do presidente Castello Branco. O desencanto se expressa ao longo de um espectro de respostas que vão desde resmungos conspícuos até indisciplina militar e quase-sedição. Os afetados podem estar no governo, por exemplo, militares "linha dura", ou fora dele, por exemplo, os

3 REINVIDICAÇÕES, DEMANDAS E PRESSÕES

A postura pragmática do governo dos Estados Unidos da América, referindo-se ao reconhecimento da "linha dura", foi de apurar suas demandas e exigências juntamente com o processo de identificação. A escolha por esse meio é praticamente natural, pois é necessária uma característica comum para se catalogar qualquer grupo. Portanto, em uma imaginária linha do tempo, o capítulo número dois corre em paralelo com o capítulo número um deste trabalho. Algumas reivindicações das vertentes de "linha dura" foram anteriormente citadas, de forma breve, no primeiro capítulo, como por exemplo, a animosidade a Castelo Branco e o clamor para uma maior ferocidade por parte do governo na luta contra a corrupção e a subversão. Entretanto, as demais bandeiras da "linha dura" não foram exploradas e, mesmo as já citadas, não gozaram de uma análise mais aprofundada. Isso ocorreu, justamente porque estes aspectos seriam trabalhados aqui, no segundo capítulo. Por conseguinte, o objetivo deste capítulo é pontuar quais foram as demandas invocadas pelos diferentes grupos de "linha dura" que o sistema dos Estados Unidos conseguiu detectar durante o período da ditadura militar brasileira. Logo, o capítulo tem a intenção de responder à simples pergunta: O que eles queriam? Além disso, pretende explorar como tais demandas eram avaliadas pelos Estados Unidos, bem como o seu impacto dentro da diplomacia que envolvia os dois países.

Sabe-se da pluralidade dentro do agrupamento de "linha dura" que foi identificada pelos estadunidenses e temos, juntamente com essa interpretação, uma série de consequências quando se trabalha com as exigências destes grupos. A mais significativa para este trabalho é entender que a diversidade é um valor que extravasa a identificação, adentrando no universo das demandas. O raciocínio é simples. Existiam diversos grupos de "linha dura", com diferentes tipos de quadros, formados em diferentes núcleos urbanos e com diferentes ocupações. Assim, como decorrência desta fórmula, existiam igualmente diferentes demandas dentro desses grupos. As principais reclamações da Lider não encontraram ressonância dentro d'O Estado de São Paulo, por exemplo. Cada uma das vertentes possuía demandas que eram singulares. Este aspecto impõe uma condição na análise deste capítulo: deve-se descrever as demandas de cada "linha dura" de forma separada, respeitando a peculiaridade de cada linha e, principalmente, tendo o cuidado de evitar qualquer tipo de generalização que ofusque a pluralidade do movimento. Assim, respeita-se a maneira com que os "duros" foram classificados pelas agências de informação estadunidenses.

Também é importante frisar outra característica presente neste capítulo. A diversidade das demandas influenciou no processo de extração e organização das informações, pois, devido

ao seu caráter heterogêneo, muitas vezes uma mesma demanda não encontrava ressonância em diferentes grupos ou, pelo menos, apresentava um peso diferente em cada vertente. A título de exemplo, quando os burocratas estadunidenses investigaram sobre as pretensões econômicas das "linhas duras", a "linha dura" civil ganhou grande destaque e ocupou boa parte do conteúdo levantado sobre o tema. Já o jornal *O Estado de São Paulo* praticamente não foi citado. Assim, os protagonistas de cada tópico variaram conforme a interpretação estadunidense sobre o peso que cada demanda obteve em cada vertente da "linha dura", e, pela importância que cada demanda possuía para os Estados Unidos da América.

3.1 A QUESTÃO ECONÔMICA

As demandas referentes à temática econômica foram logo identificadas pelo amplo sistema de informação estadunidenses. Não que este fato fosse resultante de um demasiado esforço ou de uma árdua tarefa, longe disso, o reconhecimento foi feito de maneira elementar, já que os membros das diferentes facções de "linha dura" nunca fizeram questão de esconder suas ideias e reivindicações sobre o campo econômico. Eles discorriam facilmente sobre o assunto quando indagados, representando claramente a face militante do movimento. Ora, uma vez que o grupo desejava ser ouvido pelas altas camadas militares e também influenciar os rumos do regime, fazia mais do que sentido proferir suas ideias em voz alta. Portanto, seus planos para a economia brasileira não eram segredo para ninguém. Como já se sabe, pela discussão do primeiro capítulo, existia uma correlação entre militares brasileiros e funcionários da burocracia estadunidense, por conseguinte, não se configura como surpresa constatar que membros das "linhas duras" falavam abertamente sobre o tópico econômico e do rumo que eles pensavam ser o ideal para a economia brasileira.

Entretanto, antes de entrar diretamente na discussão sobre as reivindicações das diferentes vertentes de "linha dura", se faz necessário comentar sobre o interesse que o governo dos Estados Unidos possuía na situação da economia brasileira como um todo. Eles não estavam estimulados em saber apenas sobre as ideias de determinados grupos que pairavam o campo econômico. O governo do Norte, com toda certeza, detinha preocupações que englobavam a política econômica brasileira em sua totalidade.

Como mencionado na introdução do presente trabalho, os Estados Unidos, principalmente após a ascensão de Kennedy à presidência, adotaram uma estratégia singular para o combate ao comunismo na América Latina. Ela se estruturava em dois principais

alicerces. O primeiro era a construção de laços com militares locais, como nos explica o professor William Schmidli, que, no caso, usa o panorama argentino para a exemplificação: "U.S. support for the Argentine military takeover thus exemplified a defining feature of its policy toward Latin America during the Cold War: quiet cultivation of robust ties with politically ambitious Latin America militaries to protect U.S. nation security⁶⁸." (SCHMIDLI, 2013, p. 17). Assim, explorando a natureza anticomunista das forças armadas latinas, os Estados Unidos cooptaram importantes aliados na luta da Guerra Fria. O movimento assumia a ideia de que os militares se comportariam como uma garantia interna, um mecanismo doméstico que poderia reprimir quaisquer ações vindas por parte dos comunistas. Além do mais, tal estratégia se provava muito útil no sentido de que os Estados Unidos não precisaram expor demasiadamente o seu envolvimento direto com os golpes militares que assolaram a América Latina na segunda metade do século XX, pois os militares locais serviam também como uma espécie de escudo midiático, dando a impressão de que agiram de forma solitária, exonerando, deste modo, os estadunidenses de qualquer reponsabilidade sobre condutas derivadas destes regimes, pelo menos para o grande público. No Brasil, por exemplo, só foi comprovado o envolvimento direto por parte dos estadunidenses mais de dez anos após o golpe. E, analisando a estratégia algumas décadas depois, pode-se tranquilamente afirmar que essa tática, de fato, demonstrou altos índices de sucesso.

O Segundo alicerce — e o que mais nos interessa aqui — se caracterizava na ajuda econômica a tais países. A pobreza e a miséria foram encaradas como estimuladoras de revoluções de índole comunista, pois estas condições supostamente elevariam o grau de sensibilidade da população para com as doutrinas da esquerda. Pessoas nesta situação estariam mais propícias a aceitar ideologias que criticassem o sistema econômico no qual elas viviam e que prometessem uma maior igualdade de distribuição de riquezas. Isto é, a penúria aumentava a vulnerabilidade dos países perante a ameaça vermelha. Portanto, lutar contra a pobreza extrema nos países latino-americanos significava lutar também contra o próprio comunismo. Um dos principais mentores desta doutrina foi o economista Walt Rostow⁶⁹, principal conselheiro do presidente Kennedy para assuntos de contra-insurgência. Além de trabalhar com

_

⁶⁸ Tradução do autor: "O apoio dos EUA a tomada de poder pelos militares argentinos exemplificou, assim, uma característica definidora de sua política para a América Latina durante a Guerra Fria: cultivo silencioso de laços robustos com militares latino-americanos politicamente ambiciosos para proteger a segurança da nação dos EUA."

⁶⁹ Walt Whitman Rostow (1916-2003). Foi um economista que serviu como Conselheiro do Departamento de Estado e posteriormente como Conselheiro de Segurança Nacional, durante os governos de Kennedy e de Johnson, respectivamente. Teve papel crucial na estruturação da doutrina de contra-insurgência.

a concepção do auxílio econômico, Rostow trouxe um fator de ineditismo para o debate, originando a teoria dos estágios econômicos. "Rostow's thesis was that economic development proceeded in stages, set apart by periods of political instability when governments are susceptible to communism subversion and takeover⁷⁰." (MCCLINTOCK, 1992, p. 172). Para o economista, era de interesse do governo dos Estados Unidos — sempre na intenção de resguardar o continente do comunismo — prestar amparo econômico aos países latino-americanos quando estes atravessassem os chamados "estágios de desenvolvimento" de sua teoria. Tal pressuposto, originado no começo dos anos de 1960, não ficou, de forma nenhuma, restrito ao governo de John F. Kennedy. Ele adentrou fortemente nos anos da presidência de Lyndon Johnson, como novamente nos explica o historiador William Schmidli:

The Johnson era also witnessed an increase in U.S. – funded civic action programs in Latin America. Glowing reports flowed into Washington detailing road building in rural Brazil, the construction of clinics in Chile, potable water projects in Ecuador, and a hot lunch program in Guatemala feeding more than two hundred thousand children in three thousand schools⁷¹. (SCHMIDLI, 2013, p. 22).

Percebe-se que o imenso interesse estadunidense na situação da economia nos países da América do Sul derivava de uma teoria formulada no contexto dos embates da Guerra Fria. Então, tudo indica que, mesmo antes do golpe, as finanças do Estado brasileiro eram motivo de atenção por parte da vigília estadunidense. E tal interesse não diminuiu com o advento do golpe, uma vez que Johnson perpetuou a doutrina até o fim de seu mandato, no dia 20 de janeiro de 1969. Como a produção das fontes aqui analisadas neste tópico se deu exclusivamente dentro deste lapso de tempo⁷² — os anos Kennedy e Johnson —, é confiável afirmar que os burocratas usavam também a lente da doutrina econômica ao confeccionarem seus documentos, pois era uma questão considerada substancial e, por isso, qualquer movimentação por parte das autoridades brasileiras em relação a ela deveriam ser identificadas e reportadas a Washington. Como a "linha dura" e todas as suas subdivisões detiveram, em algum momento, a atenção do governo do Brasil — níveis diferentes de atenção, é verdade —, o fato também acabou

⁷⁰ Tradução do autor: "A tese de Rostow era de que o desenvolvimento econômico prosseguia em etapas, separadas por períodos de instabilidade política quando os governos são suscetíveis à subversão e à tomada de controle do comunismo."

⁷¹ Tradução do autor: "A era Johnson também testemunhou um aumento nos programas de ação cívica financiados pelos EUA na América Latina. Relatórios brilhantes chegaram a Washington detalhando a construção de estradas na zona rural do Brasil, a construção de clínicas no Chile, projetos de água potável no Equador e um programa de almoço quente na Guatemala, alimentando mais de duzentas mil crianças em três mil escolas."

⁷² Cabe aqui uma nota explicativa. O leque de fontes do presente trabalho abrange o período entre os anos de 1964 a 1979. Entretanto, como as reivindicações das "linhas duras" foram feitas durante os anos iniciais de regime, o universo de fontes deste tópico se restringe também aos primeiros anos da ditadura militar.

levantando o interesse por parte dos Estados Unidos. As "linhas duras" desejavam influenciar decisões do governo, inclusive em questões econômicas, logo, os indícios nos levam a crer que, como elas se configuravam em conhecidos grupos de pressão, o governo dos Estados Unidos interpretou que eventualmente tais grupos poderiam obter algum grau de sucesso em sua empreitada. É certo que o poderio das "linhas duras", no sentido de atingir seus desígnios, foi considerado baixo pelos funcionários estadunidenses lotados no Brasil. Porém, como igualmente já foi demonstrado aqui, principalmente no caso da identificação da Lider, o sistema estadunidense era extremamente cuidadoso e metódico. Nenhum vestígio era abandonado e nenhum elemento era subestimado. Toda movimentação que englobasse aspectos de interesse por parte do governo dos Estados Unidos era meticulosamente analisada. Devido a isso, obedecendo o preceito definido por Rostow, o monitoramento das ideias econômicas das "linhas duras" se materializou como merecedor de observação por parte dos órgãos de informação estadunidenses.

Respeitando a ordem adotada durante o capítulo anterior, o primeiro grupo a ser aqui explorado será a "linha dura" dos primeiros momentos, que possuía a divisão entre civis e militares como sua principal singularidade. Ambos eram dotados de diferentes reinvindicações e, como veremos, portavam diferentes visões sobre a questão econômica. Além disso, o peso dado a questão era maior na parte civil da facção.

Juntamente com o reconhecimento, os burocratas estadunidenses notaram facilmente a forte ligação que a "linha dura" civil tinha com os aspectos de cunho econômico. Inclusive, esta seria, segundo um airgram⁷³ formulado no final do ano de 1964, a principal bandeira do grupo. Isto é, as demandas sobre a economia se estruturavam como o pilar central dentro das expectativas dos fazendeiros e de alguns políticos provenientes da União Democrática Nacional (UDN) com o governo Castelo Branco. Suas queixas em relação à política econômica, sob a perspectiva estadunidense, giravam em torno de três principais alicerces: uma aversão exorbitante à reforma agrária pretendida, o clamor por uma postura governamental que garantisse linhas de crédito bancário em abundância e uma política estatal para a venda de café que garantisse uma maior parcela nos lucros da venda para os cafeicultores. Basicamente, os desejos do grupo, na perspectiva estadunidense, giravam em torno do café e de seus lucros. Como nos monstra um airgram datado de janeiro de 1965:

> Despite their occasional high-flown professions of devotion to democracy, to morality in public affairs, and to the welfare of Brazil, what interest the fazendeiros of this

⁷³ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:356432/PDF/.

coterie above all is coffee and their profits from it. Because harvesting of the latest coffee crop is now in progress and its marketing is just beginning, growers and their associations in recent weeks have frantically been trying to exert pressure on the Government for changes in coffee selling policy which would give them a greater share of the proceeds⁷⁴. ("Extreme 'Hardline' Rallies Again" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 4).

Os grandes produtores de café estavam descontentes com a política econômica da sua chamada "revolução". Sentiam-se traídos e abandonados pelo governo que julgavam ter ajudado a conceber. Inclusive, para eles, a razão de suas queixas possuía nome e sobrenome: Roberto Campos. Campos e sua equipe representaram uma tentativa de mudança no parâmetro da economia brasileira, iniciando um processo de desestatização e controle inflacionário que se chocava com os interesses da elite rural aqui estudada. E, como veremos, foram itens deste parâmetro os geradores de atrito entre os dois grupos aqui discutidos.

Era amplamente sabido — inclusive entre alguns setores da elite — que a estrutura agrária brasileira era um enorme problema para o desenvolvimento do capitalismo em solo nacional. Arcaica, especulativa e aglutinada na posse de poucas pessoas, impedia a modernização da economia. Nas palavras do historiador Marcos Napolitano,

Todos sabiam que o problema agrário era urgente, mesmo políticos conservadores de visão mais estratégica. Independentemente de qualquer compaixão pela miséria histórica do camponês brasileiro, resolver o problema do latifúndio improdutivo era fundamental para produzir mais alimentos, gerenciar o ritmo doe êxodo rural e inserir a terra no sistema capitalista moderno. (NAPOLITANO, 2019, p. 76).

Foi pensando precisamente no aperfeiçoamento do sistema econômico e, consequentemente, no desenvolvimento do país, que a equipe econômica do governo propôs a reforma agrária. Assim fazendo, canalizaram a ira dos grandes proprietários de terra em direção ao governo federal, ao presidente e ao homem que guiava a economia brasileira. A partir da anunciação de sua pretensão, a questão da reforma agrária tornou-se, automaticamente, um ponto de conflito entre o governo e a "linha dura" civil. Tornou-se também uma das razões pelas quais o primeiro governo da ditadura foi rotulado como traidor pela "linha dura" civil. Este tema causava assombros aos donos de cafezais, sendo praticamente encarado como um

⁷⁴ Tradução do autor: "Apesar de suas declarações ocasionais de devoção à democracia, à moralidade nos assuntos públicos e ao bem-estar do Brasil, o que interessa sobretudo aos fazendeiros desse círculo é o café e seus lucros. Como a colheita da última safra de café está em andamento e sua comercialização está apenas começando, os produtores e suas associações nas últimas semanas têm tentado freneticamente pressionar o governo por mudanças na política de venda de café, o que lhes daria uma parcela maior dos rendimentos."

tópico proibido. Acostumados à monocultura exportadora, eram irredutíveis ao negar qualquer conversação ou negociação que envolvesse o assunto, mesmo as ideias mais moderadas. Principalmente por esta razão, suas motivações eram constantemente encaradas como de cunho egoísta pelos estadunidenses. Além disso, em sua interpretação, o grupo ajudou a derrubar Jango justamente para prevenir que políticas reformistas como essa avançassem na sociedade brasileira, apoiaram o golpe, entre outras razões, para evitar que a reforma agrária fosse efetivada. Entretanto, não esperavam que o governo militar levasse à frente a bandeira. Teria sido essa a sua traição. O objetivo aqui não é discutir a reforma em si e seus meandros, mas sim apontar que, por características de parte da elite agrária e pelo raciocínio pragmático dos indivíduos que detinham as rédeas da economia, a questão da reforma agrária ergueu-se como um ponto de conflito entre a "linha dura" civil e o governo federal. Portanto, segundo os burocratas estadunidenses, sua completa desmobilização foi uma forte reinvindicação desde os primórdios da atuação da "linha dura" civil. À vista disso, foi formado um ponto de antagonismo entre os "duros" e o governo estadunidense. Os últimos corroboravam quase que integralmente com o projeto de Campos, inclusive na questão da reforma agrária, pois, como apontado, ela se apresentava como uma necessidade para a modernização e o aperfeiçoamento do capitalismo brasileiro.

As linhas de crédito diminutas em relação a outros períodos da história do país configuravam-se como outro centro das reivindicações do grupo. De fato, durante os anos em que Roberto Campos ocupou o posto de Ministro do Planejamento, o crédito disponível para empresários encolheu de forma significante. Isso ocorreu devido a convições da equipe, bem como à ideologia que os norteava. Naquele momento, existiu uma intensa associação entre liberais e os militares. Os grupos começaram a se aproximar com o fim do Estado Novo, sob o pretexto de combater o seu inimigo em comum: o getulismo. A solidificação da aliança foi possível graças à formação da União Democrática Nacional (UDN), o partido que amontou diversos grupos opositores a Getúlio Vargas. Campos, que era a personificação da aliança, um dos grandes nomes do liberalismo brasileiro, foi convocado por Castelo Branco para ser o guia da política econômica do governo. E, seguindo as diretrizes de sua escola econômica, ele e sua equipe apontaram a inflação como o problema primordial da economia, ela deveria abaixar a qualquer custo. Para organizar e aplicar as ideias da equipe, em relação ao assunto foi organizado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), no qual está a chave para entendermos a relação de aversão gerada pela escassez de crédito a empresários. O plano reconheceu a demasiada expansão do crédito às empresas — juntamente com os déficits públicos e o aumento dos salários em proporção superior ao aumento de produtividade — como

sendo uma das principais causas da inflação brasileira. Logo, o governo traçou um ambicioso plano de combate inflacionário, como nos explica o economista Lara Resende:

Em função de tal diagnóstico, três 'normas básicas' norteavam o programa desinflacionário: (i) contenção dos déficits governamentais através do corte de despesas não prioritárias e racionalização do sistema tributário; (ii) crescimento dos salários reais proporcional ao 'aumento de produtividade e à aceleração do desenvolvimento'; e (iii) política de crédito às empresas 'suficientemente controlada, para impedir os excessos da inflação de procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à inflação de custos. (RESENDE, 1990, p. 216).

Devido ao seu papel contribuinte para o agravamento da situação inflacionária brasileira, as linhas de crédito foram enxugadas no período entre os anos de 1964 e 1967. E, consequentemente, despertaram o enraivecimento da classe latifundiária brasileira, da qual os membros da "linha dura" civil faziam parte.

Pode-se afirmar que os Estados Unidos identificaram na questão econômica a força motriz da "linha dura" civil. Ela era a sua principal causa de protestos e a razão de sua existência. Na perspectiva estadunidense, foram as escolhas feitas pela equipe econômica de Castelo que criaram um espaço suscetível à organização e à atuação dos "duros" civis. Pelo seu apreço ao lucro, evidenciado quando exclamavam por mais créditos ou uma maior participação na venda do café, foram classificados de forma cética. Desenvolveu-se, por parte da burocracia estrangeira, uma imagem pejorativa da "linha dura" civil a partir da interpretação das demandas do grupo. Foram taxados como egoístas, gananciosos, não se importavam com nada além de seu lucro. Pode-se notar um pouco desta antipatia no comentário a seguir, a respeito de quando os burocratas estavam discutindo o fraco apoio que as políticas públicas do governo Castelo Branco receberam:

Others, like the proposal for time-payment agrarian reform, are opposed by smaller groups, for selfish but strongly-felt reasons. In almost every sector, opposition to some Government policy seems to outweigh support for the rest. For the farmers, land expropriation overrides all other considerations⁷⁵. ("Weekly Summary No. 27" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

_

⁷⁵ Tradução do autor: "Outras, como a proposta de reforma agrária paga a prazo, são contestadas por grupos menores, por motivos egoístas, mas fortemente perceptíveis. Em quase todos os setores, a oposição a alguma política do governo parece superar o apoio ao resto. Para os agricultores, a desapropriação de terras ultrapassa todas as outras considerações."

Por conta da espécie de suas demandas e de todos os seus elementos aqui discutidos, definitivamente o grupo não foi interpretado de forma amistosa pelo sistema de informação do Norte.

A parte militar da "linha dura" dos primeiros momentos ocupava uma posição secundária quando se tratavam de exigências econômicas, o protagonismo era, indiscutivelmente, de sua face civil. Entretanto, isso não denota que os "duros" não possuíam quaisquer interesses perante à economia, pois isso não é verdade, a questão apenas não era tratada pelos documentos provenientes da embaixada e dos consulados como sendo primordial ao grupo, existiam outros interesses maiores a serem explorados. Contudo, estudos acadêmicos — como o de Maud Chirio — mostram que questões sobre a economia se desenhavam como um importante elemento componente na lógica da "linha dura". Por consequência, pode-se notar que tal fato não foi identificado, em seu real peso, pelos estadunidenses. Estes, em sua apuração e interpretação, limitaram-se a afirmar sobre a característica secundária dentro do grupo. Os "duros" militares, em geral, possuíam uma visão nacionalista sobre o tema, abominavam a presença do capital estrangeiro no Brasil e as supostas pressões que ele exercia sobre o país. Consequentemente, o raciocínio deles era carregado de um certo antiamericanismo, devido à presença do capital proveniente deste país em terras brasileiras, e, igualmente, de uma aversão a instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo. Podemos perceber esta postura de análise em um airgram⁷⁶ datado de julho de 1965, no qual Niles Bond, então cônsul estadunidense em São Paulo ponderou que: "Most of them evidently understand very little of economics, and they are inclined to look on vigorous monetary and credit measures against inflation as 'impositions of the International Monetary Fund', not to say the United States⁷⁷." ("Semi-Annual Political Review - July-December, 1964" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 04).

Além disso, o fator predominante identificado pelos estadunidenses quando proferimos sobre as reivindicações da "linha dura" militar é a queixa a respeito do considerável aumento no custo de vida do brasileiro durante o período. Acerca do assunto, mais uma vez o economista André Lara Resende comenta,

_

⁷⁶ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345573/.

⁷⁷ Tradução do autor: "A maioria deles, evidentemente, entende muito pouco de economia e está inclinada a considerar medidas monetárias e de crédito vigorosas contra a inflação como 'imposições do Fundo Monetário Internacional', para não dizer dos Estados Unidos."

Os dados anuais mostram que em 1964 os preços elevaram-se 90%, segundo o índice geral de preços, e 81,3%, medido pelo índice de preços por atacado. Estas taxas recordes verificaram-se não apenas no primeiro trimestre de 1964, mas durante todo o ano, e podem ser atribuídas aos vários aumentos das tarifas dos serviços públicos, à liberação dos aluguéis congelados e a outros preços, num processo na época chamado de inflação corretiva. (RESENDE, 1990, p. 220).

O país, de fato, testemunhou um brutal acréscimo no custo de vida da população, com preços disparando e não sendo seguidos pelo potencial de compra do salário mínimo. A "linha dura" militar acompanhou o desenrolar da situação e mostrou preocupação com o caso. Não era raro, por parte do sistema de informação estadunidense, coletar dados que indicavam um feroz ataque à política econômica do governo Castelo Branco, a qual, segundos os "duros" militares, seria a responsável pela deterioração do padrão de vida no Brasil. As críticas eram, de certa forma, vagas e superficiais, não detinham capacidade de propor nada, apenas clamavam pelo esfacelamento do já existente. Os estadunidenses afirmavam que isso derivava da falta de compreensão que os militares do grupo possuíam sobre ciências econômicas, isto é, não sabiam o que queriam, sabiam apenas o que não queriam, no caso, a continuação da política econômica da época. Entretanto, o desígnio da crítica compartilhava da mesma finalidade da vontade da "linha dura" civil: ambos personificaram em Campos a razão do suposto desastre econômico, exigindo, assim, a sua imediata remoção do governo. O alvo era o mesmo das duas faces da "linha dura" dos primeiros momentos, porém, as razões eram diferentes. Deste modo, é importante salientar que, embora o foco também fosse injuriar a política econômica brasileira, os "duros" militares, segundo a perspectiva estadunidense, não o faziam motivados pela falta de crédito ou pela reforma agrária, faziam-no justamente pelo aumento do custo de vida e pelo antiamericanismo, pois achavam Roberto Campos próximo demais dos Estados Unidos, pintando-o com tons de "entreguismo". Sua "revolução" necessitava de um tremendo êxito econômico para atingir o ápice. E a política econômica do primeiro governo militar, personificada em um homem, era vista como um obstáculo. Para evitar o fracasso da "revolução", ela teria que ser obliterada a qualquer custo. Estes seriam os pretextos das reivindicações econômicas da "linha dura" militar, sempre segundo a perspectiva estadunidense.

No caso do jornal *O Estado de São Paulo*, não foram assinalados grandes elementos que o aproximasse de reinvindicações econômicas significativas. Não possuía expressivas críticas contra o modelo econômico adotado no primeiro governo da ditadura, pelo contrário, não foram poucas as vezes em que o periódico demonstrou simpatia pelo cenário. Por exemplo, em um

airgram⁷⁸ de julho de 1964, o consulado estadunidense fixado na cidade de São Paulo analisou um editorial escrito por Ruy de Mesquita Filho nas páginas do jornal. Nele, o autor afirma sucessivas vezes que o melhor arquétipo de sociedade a ser seguido era o dos Estados Unidos, inclusive em seus aspectos econômicos. Não demorou para que o sistema de informação estadunidense, baseado no acompanhamento das edições e no trato com a família Mesquita, reconhecesse o apoio dado pelo jornal à diretriz econômica do governo. Logo, a ausência de reinvindicações no campo econômico por parte do periódico é de fácil compreensão: não ocorria porque esta parte da "linha dura" endossava o caminho econômico que o Brasil estava percorrendo. Aliás, nada mais natural, visto que a associação do jornal com o movimento liberal brasileiro é amplamente conhecida pela historiografia brasileira. Os motivos que levaram os burocratas estadunidenses a considerarem o jornal *O Estado de São Paulo* como pertencente à "linha dura" não tangenciavam questões econômicas, assim, esta vertente ocupou um papel significativamente secundário nas investigações sobre as pretensões econômicas dos "duros".

O processo de reconhecimento de pautas para a economia igualmente alcançou a Lider. Desde que os extratores reuniram as primeiras informações sobre a organização, no ano de 1965, já se distinguia a presença de aspectos econômicos na pauta do grupo. Tais pautas foram postas ainda mais em evidência em 1970, quando o então embaixador estadunidense no Brasil, Charles Elbrick, escreveu em um airgram⁷⁹ sobre a revista do grupo, chamada Desafio Brasileiro. Ela se consolidava como o local em que podemos notar as preferências econômicas da Lider mais facilmente. Em seu corpo, há diversos artigos explorando opiniões de membros do grupo, inclusive sobre economia. O conteúdo explorado demonstrou um exacerbado nacionalismo econômico, refletindo-se principalmente no enaltecimento das grandes empresas estatais brasileiras, adorando uma ideia de pertencimento à nação, um coletivismo que pregava o incentivo a companhias que eram um bem comum a todos os brasileiros e, portanto, fugiam da lógica da perseguição cega ao lucro e à ganância. A aversão ao capital estrangeiro e, consequentemente, o antiamericanismo eram igualmente bem evidentes. É fato que o líder da organização gozava de um canal de diálogo aberto com os burocratas estadunidenses, mesmo assim, ele não fazia questão alguma de esconder seu nacionalismo exacerbado, o que, por sua vez, ecoava o sentimento de repulsa ao estrangeiro. Martinelli, em certa ocasião registrada no airgram citado acima, chegou a afirmar que o Brasil havia se tornado uma colônia dos Estados Unidos da América. Para completar, a tradicional abominação à figura de Roberto Campos e sua política econômica também encontrou espaço nas reflexões econômicas da Lider.

_

⁷⁸ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:356558/PDF/.

⁷⁹ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:375349/PDF/.

Em suma, a perspectiva estadunidense sobre as ideias econômicas da Lider se encaixa muito bem dentro dos padrões estabelecidos pela historiadora Maud Chirio, citados na introdução deste trabalho. Claro que, neste caso, os estadunidenses atribuíram tais valores apenas a uma vertente de "linha dura" específica, ao contrário da historiadora, que fixou os preceitos para o movimento em geral. Também é importante destacar novamente que o objetivo aqui não é comparar uma análise científica com interpretações feitas por funcionários que serviam como testemunhas dos fatos. Entretanto, é curioso notar como estes diferentes tipos de diagnósticos contêm específicos pontos de intersecção. Enfim, pode-se afirmar que o nacionalismo econômico virulento, o antiamericanismo e a crítica ao governo que eles julgavam entreguista são elementos presentes na interpretação dos órgãos de informação dos Estados Unidos da América.

Por fim, chega a vez da "linha dura" radical dos coronéis. Esta vertente necessita de uma atenção especial quando exploramos as suas reivindicações, isso por causa da característica de seu nascimento. Como explicado no primeiro capítulo, a agitação dos coronéis era conhecida desde os primórdios do regime, entretanto, os Estados Unidos os classificaram como radicais apenas após a ascensão de Costa e Silva à presidência da república. Os burocratas estadunidenses concluíram que alguns coronéis não traçaram o mesmo caminho de grande parte da "linha dura" militar, ou seja, não entraram em concordância com o segundo governo da ditadura, dando continuidade à sua militância. Por esta razão, receberam o rótulo de radicais. O resgate desta discussão é necessário porque, elucidando as circunstâncias da classificação do grupo, conseguimos compreender melhor como o sistema de informação dos Estados Unidos se relacionou com as demandas do grupo. O processo que culminou na identificação dos coronéis radicais teve o elemento de continuidade como seu pilar. Esta vertente foi discernida não porque apresentou novos aspectos nas suas propostas, mas sim porque permaneceu insatisfeita com o cenário político e econômico da época. Mesmo com o marechal Costa e Silva ocupando a presidência, eles continuaram a clamar por mais repressão à esquerda e aos corruptos, por um nacionalismo econômico e pela aversão ao governo antecessor. Logo, sempre pela ótica estadunidense, não existiu, inicialmente, mudança significativa entre as demandas dos coronéis radicais e da vertente da qual eles emergiram. Por vezes, alguns elementos eram adicionados, mas sem alterar o panorama geral e sempre dentro de um assunto mais abrangente. Por exemplo, em um airgram de 1967⁸⁰, Tuthill destacou a magnitude que os "duros" radicais davam à extração dos recursos naturais brasileiros — como petróleo, minerais, aço, entre outros

_

⁸⁰ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:336560/PDF/.

— por empresas estatais nacionais, evitando assim, em sua visão, a entrega dos recursos da nação a exploradores estrangeiros. É claro que, apesar do assunto sobre as riquezas naturais brasileiras não ter sido citado na análise sobre os "duros" militares, ele se encaixa facilmente como um constituinte de um recorte maior, que, no caso, se materializa no nacionalismo econômico. Portanto, pode-se afirmar que, em termos gerais, as demandas econômicas dos coronéis radicais se confundiam com as da "linha dura" militar dos primeiros momentos.

Nota-se que, segundo os órgãos de informação dos Estados Unidos, a postura sobre a economia variava de vertente para vertente, algumas eram praticamente idênticas, enquanto outras diferiam de forma expressiva. De fato, é de uma maneira plural que o movimento como um todo encarava a questão. Sem sombra de dúvida, não podemos sublimar qualquer material comum a todos os grupos. Porém, cabe aqui trabalhar o assunto que quase consegue a proeza de unificar praticamente toda a "linha dura": a repulsa por Roberto Campos. A frequência com que o nome do homem forte da política econômica brasileira da época aparecia nas críticas das mais variadas vertentes de "linha dura" despertou a atenção por parte dos burocratas estrangeiros, assim, algumas observações foram feitas. Primeiramente, é necessário destacar que o embaixador estadunidense, bem como altos funcionários da embaixada e dos principais consulados, possuía fácil acesso ao Ministro do Planejamento. Foram numerosos os encontros entre as duas partes⁸¹. O conteúdo dos documentos leva a crer que existia uma certa afinidade por parte dos estadunidenses perante Campos, pois se referiam a ele de forma cordial e sempre com um tom de concordância sobre suas medidas no ministério. Seguindo o raciocínio sobre a proximidade, é evidente também a crítica constante que a "linha dura" em geral recebia por parte dos estadunidenses quanto a seus conhecimentos na área das ciências econômicas. Campos sabia que a atividade dos grupos de "linha dura" eram uma ameaça ao seu projeto e reportava isso aos estadunidenses, que, por sua vez, na confecção dos arquivos referentes aos encontros, habitualmente destacavam o quão importante era para o Brasil seguir no projeto estabelecido pelo primeiro governo militar. Os burocratas normalmente comentavam a forte falta de perícia dos "duros" sobre o assunto, como podemos perceber no trecho a seguir. "Many of them have extremely primitive notions about economics, believing that police action on prices and wages, coupled with military logistics on food distribution, is effective means

⁸¹ Alguns exemplos de documentos gerados a partir de conversas entre agentes estadunidense e Roberto Campos podem ser encontrados nos seguintes links:

Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:357901/.

Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355041/.

Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:355041/.

dealing with inflationary forces⁸²." ("Conversation with Roberto Campos on Political Developments Affecting Economic Policy" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 03).

A exemplo do caso acima, grande parte dos comentários sobre a economia brasileira neste período portava simpatias a Campos e críticas aos "duros". Neles, os estadunidenses eram depreciativos, geralmente usando termos jocosos para classificar o movimento. De fato, pela interpretação dos documentos, a burocracia estadunidense possuía uma notória fé de que o Brasil poderia alcançar índices de desenvolvimento satisfatórios se continuasse com o plano traçado pela equipe econômica de Castelo Branco. Isso justificaria o tom agressivo perante os grupos de "linha dura" toda vez que estes criticavam a figura do Ministro do Planejamento. O interesse na questão era tanto que o sistema de informação buscou compreender a razão do ódio a Campos, como podemos evidenciar no trecho a seguir:

In recent months as Sao Paulo unemployment has grown, business levels have deteriorated and the cost of living has continued to rise, discontent with the Castelo Branco Government has become more pronounced and more vocal. While virtually every major sector of the local population nurses particular grievances, they all appear to share widespread, increasing hostility toward Federal economic policies and Robert Campos, who has become the scapegoat for popular frustrations⁸³. ("Current São Paulo and Mato Grosso Political and Economic Assessments" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

A situação econômica brasileira não apresentava sinais de melhoria nos primeiros anos do regime, pois os preços aumentavam de forma assustadora, a inflação galopava e os salários perdiam cada vez mais seu poder de compra. Centrado nesta questão, foi reconhecida a zona conflituosa entre os pontos de vista dos círculos abordados neste tópico. Os estadunidenses constataram que, para grande parte das vertentes de "linha dura", o culpado pela situação julgada por eles catastrófica era o governo federal. Foi daí que surgiram as pesadas críticas a figuras-chave da economia brasileira. Assim, Roberto Campos, na perspectiva estadunidense, tornou-se o bode expiatório da situação. Variados setores da sociedade encaravam-no como responsável pelos dias árduos que o país atravessa, toda frustração pelo momento era

⁸³ Tradução do autor: "Nos últimos meses, à medida que o desemprego em São Paulo cresceu, os níveis de negócios deterioraram-se e o custo de vida continuou a subir, o descontentamento com o governo de Castelo Branco tornou-se mais pronunciado e mais vocal. Embora praticamente todos os principais setores da população local cuidem de queixas particulares, todos parecem compartilhar uma ampla e crescente hostilidade às políticas econômicas federais e a Robert Campos, que se tornou o bode expiatório de frustrações populares."

.

⁸² Tradução do autor: "Muitos deles têm noções extremamente primitivas sobre economia, acreditando que a ação policial sobre preços e salários, aliada à logística militar na distribuição de alimentos, é um meio eficaz de lidar com as forças inflacionárias."

direcionada a ele. Ao mesmo tempo, ainda segundo os estadunidenses, os "duros" não apresentavam capacidade alguma de propor um programa concorrente. Isso era devido ao seu diminuto potencial de ação efetiva, mas, principalmente, à sua ignorância sobre o assunto. Como já citado aqui algumas vezes, eram comuns os comentários que depreciavam o conhecimento técnico dos grupos de "linha dura" sobre economia, ou seja, para os burocratas estadunidenses, os "duros" não dispunham em suas fileiras de quadros com conhecimento suficiente para formular um plano econômico coerente para uma nação. Do outro lado da moeda encontravam-se Campos, com seu ambicioso projeto desinflacionário, e os Estados Unidos, com sua crença em que este era, de fato, o melhor caminho a ser seguido. Ambos destinaram a culpa da situação brasileira aos anos de populismo econômico praticado por governos anteriores e encaravam o primeiro governo da ditadura como uma oportunidade ímpar para mudar o paradigma da economia nacional de forma definitiva. Como a maioria dos grupos de "linha dura" se materializava contra este plano, os burocratas estadunidenses não hesitaram em classificá-los como uma possível ameaça. Assim, na questão econômica, formou-se o primeiro e, talvez, o principal ponto de discordância entre o governo dos Estados Unidos e a maioria das vertentes de "linha dura".

Cabe aqui relembrar que o desenvolvimento econômico era encarado como um baluarte da estratégia estadunidense na Guerra Fria. Segundo a doutrina imposta, ele era fundamental para que países emergentes atingissem um alto grau de desenvolvimento que os blindassem do comunismo, além disso, o movimento de guiar países do terceiro mundo ao caminho do progresso — na perspectiva imperialista — fortalecia o modelo dos Estados Unidos e, assim, comprovava que o arquétipo capitalista ocidental da democracia liberal era superior ao comunismo soviético. Portanto, os indícios nos levam a crer que o governo estadunidense acoplou a esperança do sucesso deste modelo ao primeiro governo da ditadura militar, respaldado pelos seus principais atores. Eles encaravam Campos como o pai do projeto que levaria o Brasil ao caminho da prosperidade e, ao alcançar o ápice, o país continental da América do Sul seria a confirmação da superioridade capitalista. Isso é o que a teoria de Rostow nos expressa ao determinar o desenvolvimento econômico e a produção de riquezas como fatores impedidores do avanço comunista. Deste modo, os grupos de "linha dura" despertaram a antipatia estrangeira pela sua oposição ao projeto. Os "duros", ao se oporem ao plano econômico de Campos, foram encarados como possíveis obstáculos para a conclusão do programa e, consequentemente, uma ameaça à trajetória que os Estados Unidos desejavam para o Brasil.

3.2 A SUBVERSÃO E A CORRUPÇÃO

Algumas das bandeiras de "linha dura" se confundiam com certos motivos alegados pela classe golpista em geral para justificar o movimento que depôs o presidente legítimo do Brasil no ano de 1964. O ato de propagar uma associação indissolúvel entre o trabalhismo e a corrupção e evocar constantemente uma ameaça comunista, que ganharia protagonismo em um governo originado de um suposto golpe por parte de Jango, foram algumas das estratégias midiáticas adotadas pelos diversos setores da sociedade brasileira para desestabilizar a então presidência. Assim, os golpistas de 1964 criaram uma ligação entre a agremiação e a luta contra comunistas e corruptos. Na visão deles, e também de vários setores de "linha dura", a "revolução" havia nascido para, entre outras coisas, dizimar os corruptos do estado brasileiro e aniquilar a eterna ameaça comunista em solo nacional. Este ponto de vista perseverou nos acontecimentos posteriores ao dia 31 de março de 1964 e, à exceção do fragmento civil da "linha dura" dos primeiros momentos, que focava seus esforços quase que exclusivamente nas questões econômicas, consolidou-se como uma das principais reivindicações de todas as demais vertentes da "linha dura." Sempre, claro, dentro da visão dos órgãos de informação estadunidenses. Para o imaginário dos "duros", o Brasil não era mais lugar para corruptos e esquerdistas.

A luta contra a subversão e a corrupção dos "duros" foi a primeira forte reivindicação identificada pelo sistema de informação dos Estados Unidos e, ao que tudo indica, foi um fator importantíssimo para a classificação e formação dos grupos de "linha dura". Isso provavelmente ocorreu porque era uma ação de praticamente todo o movimento de "linha dura" e, principalmente, por já fazer parte do universo de pautas da associação golpista como um todo. Estes dois aspectos eram evocados incessantemente antes, durante e, depois do golpe, como justificadores. Com certeza, o reconhecimento destes se deu de forma rápida, natural e, em um primeiro momento, seu valor extrapolou os limites da "linha dura", sendo atribuído de forma mais geral. Na verdade, os estadunidenses só passaram a associar a causa de uma forma mais exclusiva para com os grupos de "linha dura" quando estes desencadearam uma série de fortes críticas ao governo federal, o que mais tarde viria a se concretizar como uma oposição propriamente dita, cobrando justamente uma postura de alto nível predatório do governo perante a esquerda e os políticos profissionais julgados corruptos. O uso da palavra predatório aqui vem no sentido literal, pois os "duros" desejavam simplesmente o extermínio dos alvos, uma obliteração total, não importando os meios. Chegamos, então, na essência desta reivindicação: o autoritarismo. Não que ele não se manifestasse nas outras demandas, mas, de fato, o elemento possuía sua presença realçada nesta discussão em particular. Logo, sempre na perspectiva estadunidense, a luta contra subversivos e corruptos não era fundada em preceitos democráticos, ou seja, eles não planejavam usar o código de leis da época, seguindo a estrada pavimentada pelo estado de direito. Muito pelo contrário, os estadunidenses interpretaram que as vertentes de "linha dura" desejavam um estado de exceção, ditatorial, que os assentisse a perseguir seus adversários de forma ágil, parcial e sem preocupações com possíveis excessos.

Sabe-se que o período imediatamente posterior ao Golpe de Estado foi marcado por uma expressiva repressão a determinados grupos. Cassações de políticos ligados ao eixo PTB-PSD, perseguições a sindicatos, demissões sumárias de funcionários públicos e passagens compulsórias para a reserva de militares que não se encaixavam no perfil dos que estavam tomando o poder naquele momento. Mesmo assim, alguns grupos demonstraram sinais de insatisfação com a realidade apresentada nos primeiros momentos do regime. Eles postulavam por mais e mais repressão. Em sua interpretação, o período autoritário em que se configurou o imediato do pós golpe não fora o suficiente para extirpar do Estado brasileiros aqueles que eram julgados como principais empecilhos para o desenvolvimento do país, bem como os responsáveis por estarem levando o Brasil para uma suposta realidade esquerdista, pautada na imoralidade. De fato, tamanha era a paranoia destes grupos que talvez, em seu próprio imaginário, nunca haveria repressão suficiente e eles travariam uma luta permanente contra os eternos inimigos da nação. Mesmo após a martelada inicial, políticos corruptos continuavam a saquear o país, enquanto esquerdistas subversivos se mantinham firmes em sua missão de levar o comunismo para terras brasileiras. Na visão dos "duros", algo a mais deveria ser feito.

Os funcionários do governo dos Estados Unidos na época deduziram que a concepção de repressão idealizada pelos "duros" se materializou na operação "The Clean-Up". Tanto o nome quanto o caráter desta operação foram dados pelos próprios estadunidenses, mais precisamente os do consulado geral de São Paulo, muito provavelmente em conformidade com fontes brasileiras, já que o termo "operação limpeza" não era incomum naqueles tempos. A operação batizada pelos estrangeiros era, na verdade, a atividade dos coronéis que chefiavam os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) por todo o país. Temos assim uma boa noção da interpretação. Para os estadunidenses, as incessantes demandas por mais repressão resultaram nos IPMs, e estes por sua vez, formaram a operação. Isto é, a "The Clean-Up" nada mais foi do que o resultado das pressões feitas pelos "duros", ela foi a materialização das exigências que visavam eliminar os corruptos e os esquerdistas do Brasil. O fato é que o governo dos Estados Unidos da América, por meio de seus órgãos de informação, compreendeu a "The Clean-Up" como um movimento derivado das demandas por repressão, portanto, como uma resultante da

militância dos "duros". Ela é o ponto central para se compreender como os Estados Unidos se relacionaram com as demandas de punição para com corruptos e subversivos.

O julgamento do sistema afirmava que o cerne da operação realizava uma associação maciça entre a corrupção e a subversão, uma não existiria sem a outra, como nos explica um *airgram*⁸⁴ de janeiro de 1965:

Elimination of corruption and subversion is the central purpose of the hard-liners, who put the two problems in one category, insisting that subversion would have little chance for success if deprived of the corruption on which it feeds. So far, so good. But the hard-liners go on to picture corruption as a cancer that can be removed by drastic surgery. This reasoning appears ingenuous⁸⁵. ("Semi-Annual Political Review - July-December, 1964" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 04).

Como se pode notar, a perseguição a corruptos e subversivos não materializava como um incomodo para os Estados Unidos. A propósito, muito pelo contrário. No reporte, enquanto o burocrata se referia apenas à questão, demonstrava claramente que não havia razões para condenar o ato. O tom apenas mudava quando era citada a natureza da repressão, que, no caso, era formada por uma considerável severidade. Além do mais, elementos reconhecendo o autoritarismo novamente marcavam presença no discurso estadunidense. O sistema também soube identificar o principal vetor de ação desta reivindicação: os IPMs. Era por meio deles que a "linha dura" tentava impor suas vontades referentes ao destinos de subversivos e corruptos no Brasil. Não passou despercebido o fato de que a maioria dos oficiais que presidiam os mais de setecentos IPMs instaurados no Brasil na época se autointitulavam como pertencentes da "linha dura". Devido ao rumo que os inquéritos levaram, bem como à maneira geral pela qual eram conduzidos, os estadunidenses logo reconheceram ali uma tentativa por parte dos "duros" de forçar um expurgo e, até mesmo, encontrar uma forma de endurecer o regime. Prisões arbitrárias, casos de violência física, investigações tendenciosas, enfim, toda a repressão dos primeiros instantes do regime, na perspectiva estadunidense, foi posta na conta dos IPMs e dos "duros". E isso é bastante curioso, pois, pela análise das fontes, novamente percebe-se a afabilidade com que o governo Castelo era tratado, praticamente eximindo-o de qualquer culpa sobre a situação da época. Ao mesmo tempo, o cenário agressivo que estava se formando

⁸⁴ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:345574/PDF/.

⁸⁵ Tradução do autor: "A eliminação da corrupção e da subversão é o propósito central dos linha-dura, que colocam os dois problemas em uma categoria, insistindo que a subversão teria poucas chances de sucesso se privada da corrupção da qual se alimenta. Por enquanto, tudo bem. Mas a linha-dura passa a imaginar a corrupção como um câncer que pode ser removido por uma cirurgia drástica. Este raciocínio parece ingênuo."

preocupava burocratas da nação do Norte. O fato de que os Estados Unidos foram entusiastas do golpe não implicava, necessariamente, um desejo por parte deles de uma ditadura, aliás, pelo contrário, os indícios até aqui evidenciam que a preocupação estrangeira era clara toda e qualquer vez que acontecimentos diversos levavam o governo brasileiro a um caminho mais autoritário. Não era de interesse dos Estados Unidos uma ditadura plena em terras brasileiras. E não foi diferente no caso dos IPMs. Como de praxe, o sistema encarou o governo Castelo como um bastião da legalidade, um escudo que barraria intenções autoritárias e ditatoriais que vinham das próprias Forças Armadas do Brasil, ou seja, o governo certamente tomaria alguma atitude perante os excessos dos coronéis dos IPMs e, assim, consolidaria ainda mais seu poder, o que, na visão dos Estados Unidos, era algo positivo. Como pode-se notar no trecho a seguir:

If Castello Branco successful in replacing 'hard line' IPM chiefs with 'Castellista' officers without incurring the wrath of Armed Forces, he will have taken another important step in consolidating his power. Embassy views this as essentially healthy development⁸⁶. ("Hardline IPM Heads Resign; Osnelli Martinelli Arrested" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

Enfim, uma vez identificados os IPMs como uma materialização das demandas por mais repressão, o sistema estrangeiro classificou o movimento como uma operação chefiada pelas vertentes de "linha dura". Devido ao envolvimento dos "duros", o sinal de alerta foi ligado, pois eles sempre traziam consigo seu caráter autoritário, que poderia pôr em risco o projeto do governo Castelo Branco, que era visivelmente o favorito dos estadunidenses. Em razão destes elementos, bem como pela leitura dos documentos, é seguro afirmar que a atividade dos coronéis dos IPMs foi minunciosamente monitorada pelos burocratas estadunidenses.

As atividades relacionadas à chamada operação "The Clean Up" continuaram por um bom período, sempre atacando o seu "público alvo". Sabe-se que o sistema de informação dos Estados Unidos era uma máquina inteligente, não parava de coletar informações e estava sempre se atualizando. Depois de um tempo decorrido, os alvos maiores da operação — subversivos e corruptos — foram dissecados pelo sistema, elucidando, assim, mais claramente quem eram os grupos considerados pelos "duros" como pertencentes a tais segmentos. Ao focar nela, temos algumas conclusões interessantes, pois, segundo os Estados Unidos, dentro da lógica das vertentes de "linha dura" abordadas neste tópico, em se tratando dos alvos da

⁸⁶ Tradução do autor: "Se Castello Branco tiver sucesso em substituir os chefes dos IPM de 'linha dura' por oficiais 'Castellista' sem incorrer a ira das Forças Armadas, ele terá dado outro passo importante na consolidação de seu poder. A Embaixada vê isso como um desenvolvimento essencialmente saudável."

operação, existiam grupos dentro de grupos, isto é, uma comunidade específica de corruptos e uma comunidade específica de subversivos, que, aí sim, eram os grandes objetos da intervenção. De uma forma simples e didática, se faz o seguinte questionamento: quem os "duros" consideraram corruptos e subversivos? Sempre, é claro, dentro da concepção estadunidense. As noções destas duas congregações vêm ao encontro do imaginário das vertentes de "linha dura". Eram considerados subversivos todos aqueles que pertenciam ao espectro da esquerda, mais especificamente figuras ligadas ao trabalhismo, arqui-inimigo do grupo de militares que tomou o poder em 1964. Todavia, outros grupos de esquerda aliados de Jango àquela altura também se encaixavam no perfil, como os comunistas, por exemplo. Sempre associados à desordem, eram acusados de propagar rebeliões, tendo como objetivo solidificar uma ditadura a seus moldes no Brasil. Já a alcunha de corrupto era, sobretudo, dada a políticos de carreira, que estavam há anos exercendo funções públicas, usualmente pertencentes ao eixo PTB-PSD, isto é, à aliança política que sustentou a república que começou no ano de 1946 e terminou em 1964. Estes políticos, na visão dos "duros", eram a personificação do regime estruturado pelos partidos políticos herdeiros de Vargas, logo, para se formar uma nova ordem, era fundamental extirpá-los do Estado brasileiro. Não foi à toa a grande ânsia dos "duros" em persegui-los.

Dentro da lógica apresentada, durante o desenrolar do levantamento de informações, um caso em particular despertou a atenção dos estadunidenses: a relação profundamente conflituosa entre o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e a "linha dura" local. É curioso o fato de que o exemplo mais trabalhado pelos estadunidenses tenha sido, na verdade, uma exceção, pois Adhemar não era filiado nem ao PTB, nem ao PSD. Entretanto, podemos afirmar que há muito mais aproximações do que afastamentos em relação ao padrão de perfil "corrupto" identificado. Adhemar era um político profissional, alternava há décadas entre importantes cargos eletivos e possuía forte influência dentro da máquina burocrática do estado de São Paulo. Além do mais, Adhemar e seu partido, por vezes, nutriram acentuada relação com os partidos citados anteriormente, como por exemplo, na ocasião da eleição presidencial de 1950, na qual o PSP se coligou com o PTB, apoiando, assim, a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república.

O sistema de informação dos Estados Unidos discerniu que as rugas entre Adhemar e os "duros" se intensificaram nos momentos imediatamente posteriores ao golpe. A "linha dura" acusava Adhemar de estar salvaguardando certos funcionários públicos do estado de São Paulo das garras do que os estadunidenses chamaram de operação "The Clean Up". O governador estaria poupando pessoas com influentes conexões e expurgando apenas aqueles que não

possuíam fortes padrinhos políticos. E claro, soma-se a isto o fato de que a carreira política de Adhemar se encaixava quase que perfeitamente no molde combatido pelos "duros". Os altos índices de corrupção de seu governo também não passaram despercebidos. Famoso pelo problema com desvios de dinheiro da máquina estatal, a imagem de Adhemar era frequentemente associada a imoralidade. Portando, desde os primórdios do regime, os "duros" pediam a cabeça de Adhemar de Barros, queriam seu afastamento do governo, bem como a cassação de seus direitos políticos, ou seja, para eles, o governador de São Paulo merecia estar entre os alvos dos IPMs. Devido ao seu peso na política nacional e sua aproximação com o presidente Castelo Branco, Adhemar detinha uma certa estabilidade, era sua base na luta contra a "linha dura". Porém, essa questão ainda se arrastaria por um bom tempo, e suas variáveis assumiriam diversas formas.

Segundo a perspectiva estadunidense, o cenário começou a se agravar quando as pretensões presidenciais do governo de São Paulo se tornavam cada vez mais evidentes. Grande parte da "linha dura" jamais aceitaria a candidatura de um indivíduo que, para ela, deveria estar no ostracismo. Por outro lado, Adhemar estava disposto a insistir em seu pleito político, como nos monstra um *airgram*⁸⁷ do Consulado Geral de São Paulo:

On the other hand, of course, Adhemar's deserved reputation for dishonesty and mediocre administration is bound to weigh against him. Balancing pros and cons, the ConGen is inclined to expect that he will not surrender his candidacy without a struggle, and that the moralistic revolutionaries will find the struggle unavoidable. A confrontation is thus a strong possibility. As time goes on, Adhemar's possibilities for survival increase, but it is still too early to foresee the outcome⁸⁸. ("Semi-Annual Political Review - July-December, 1964" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 10).

Em razão dos movimentos do regime ditatorial brasileiro, Adhemar não conseguiu se projetar para o Palácio do Planalto. Sua intriga com os "duros" continuou até a vitória dos últimos sobre o primeiro. O então governador, por motivos que também englobavam a pressão proveniente das vertentes de "linha dura", foi deposto do seu cargo no ano de 1966, além de ter seus direitos políticos cassados. Assim como outros grandes nomes da política brasileira da época, teve no rolo compressor da ditadura o algoz das suas ambições políticas presidenciais.

⁸⁷ https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:345574/PDF/.

⁸⁸ Tradução do autor: "Por outro lado, é claro, a merecida reputação de Adhemar por desonestidade e administração medíocre deve pesar contra ele. Equilibrando prós e contras, o ConGen tende a esperar que ele não renuncie à sua candidatura sem luta, e que os revolucionários moralistas considerem a luta inevitável. Um confronto é, portanto, uma forte possibilidade. Com o passar do tempo, as possibilidades de sobrevivência de Adhemar aumentam, mas ainda é muito cedo para prever o resultado."

O caso de Adhemar de Barros é aqui evidenciado em função do destaque que recebeu dos órgãos de informação dos Estados Unidos. Além disso, ele retrata de forma clara como uma reivindicação dos "duros" — a perseguição a corruptos — se materializou em uma cassação de um importante político da época. A segunda faceta da característica originária da maioria das vertentes de "linha dura" — a perseguição a subversivos —, da mesma maneira, foi documentada pelos burocratas estrangeiros, todavia, sem a atenção do caso envolvendo o governador do estado mais importante do país. É também importantíssimo destacar que a caça a estes dois grupos foi registrada em momentos temporais distintos. Existem mais registros no caso dos subversivos no pós imediato do golpe, já a questão dos corruptos se arrasta mais com o passar do tempo. Como o caso do próprio Adhemar, que só foi cassado em 1966. Além disso, não são recorrentes os registros de reclamações por parte dos "duros" sobre a impossibilidade de se perseguir subversivos, pois, em geral, estes eram atingidos com facilidade. Já no caso dos corruptos, por se tratarem muitas vezes de políticos influentes, inclusive com fortes conexões em outros círculos militares, a situação mudava completamente. Com certeza, a caça a estes grupos se deu em lógicas diferentes, como nos explica o jornalista Elio Gaspari:

Perseguir subversivos era uma tarefa bem mais fácil do que encarcerar corruptos, pois se os primeiros defendiam uma ordem política, os outros aceitavam quaisquer tipos de ordem. Fariam parte do regime, fosse qual fosse. Poderosas eram suas conexões. O IPM da UNE engordou, mas o da Previdência Social foi ao arquivo. (GASPARI, 2014c, p. 135).

A ânsia por perseguições e repressão percebida pelos estadunidenses não acabou durante o primeiro governo da ditadura, muito menos com o afastamento de Adhemar. Ela foi uma reivindicação constante, que deixou resquícios até a década de 1980. Os inimigos eram uma ameaça contínua, assim, os "duros" julgavam que a vigilância nunca cessaria. Fato que gerou um ciclo vicioso dentro do regime, pois a perseguição a subversivos e corruptos era consequentemente invocada para justificar atos repressivos. Talvez esta seja a reivindicação que mais caracterizou os movimentos de "linha dura". Primeiro, porque foi a primeira petição associada ao grupo e, segundo, porque conseguiu englobar quase que a totalidade de todo movimento. Pelo lado dos burocratas estrangeiros, inicialmente se pode pensar que eles não se importariam com a eliminação de corruptos e esquerdistas, contudo, a premissa é falsa. Os indícios nos levam a crer que os estadunidenses não viam com bons olhos estes processos de perseguição que não respeitavam os padrões institucionais da época. Temiam que estas virulentas caças estimulassem uma escalada, endurecendo um regime que ainda não encaravam

como uma ditadura. Porém, mais uma vez, o sistema de informação estadunidense depositava em Castelo Branco sua fé em relação à contenção das ambições autoritárias dos "duros". Assim como na questão econômica, esta reivindicação foi interpretada pelos Estados Unidos como um conflito que colocava Castelo e determinadas vertentes de "linha dura" em lados opostos. O primeiro era a garantia de que excessos não ocorreriam e que o Brasil seguiria a normalidade do caminho desejado pelos estadunidenses para o país. Os segundos se configuravam como uma ameaça a tal projeto, sendo encarados, então, com receio e desconfiança pela vigília da bald eagle.

3.3 AS IDEIAS DE FRANCISCO BOAVENTURA CAVALCANTI

Para os estadunidenses, os conceitos que os "duros" possuíam sobre políticas econômicas e sobre a perseguição a corruptos e subversivos certamente formavam o âmago de suas reivindicações nos primeiros anos do regime militar. Foi destacado, no primeiro capítulo do presente trabalho, que grande parte da identificação e classificação das vertentes de "linha dura" ocorreu nos dois anos iniciais da ditadura. Apenas uma vertente — a "linha dura" radical dos coronéis — escapou desta lógica e teve sua movimentação notada no ano de 1967. É neste grupo, ou pelo menos no seu suposto líder, o foco deste tópico. Também já se discutiu a pluralidade do movimento, reconhecida nos anos de 1964 e 1965, e sua queda de heterogeneidade durante os anos seguintes, culminando justamente na averiguação da "linha dura" dos coronéis. Foram várias as vertentes identificadas, com formações, ideias e demandas diferentes. Contudo, no decorrer do tempo, por razões diversas e próprias de cada vertente, a militância desacelerou e, sempre pela perspectiva estadunidense, cessou em boa parte dos casos. A exceção ficou a cargo dos radicais, que ganharam tal alcunha por perdurarem em suas exigências por medidas de cunho autoritário, mesmo já durante o governo mais agressivo de Costa e Silva. Isto é, segundo os estadunidenses, este foi o único grupo a sobreviver à fase inicial do regime e a pregar suas ideias durante todo o período da ditadura miliar brasileira. No início deste capítulo, salientei que as demandas dos coronéis radicais não se diferenciavam tanto da parte militar da "linha dura" dos primeiros momentos em relação às reivindicações centrais do movimento — economia, subversão e corrupção —, já que a ação dos primeiros se formou como um elemento de continuidade perante os segundos. E esta é uma substância deste trabalho. Ela aqui não será modificada. De fato, em um primeiro momento, os Estados Unidos encaram as demandas destes dois grupos de forma praticamente uníssona. No entanto, isso não quer dizer que, com o decorrer de sua atividade, a "linha dura" radical não tenha apresentado novos projetos. E o objeto aqui é a concepção de conceitos de seu mais célebre guia, Francisco Boaventura Cavalcanti, que ora foram encarados como próprios do militar, ora foram encarados como pertencentes à vertente sobre a qual, segundo os estadunidenses, ele exercia elevado grau de liderança.

Cavalcanti, desde o começo da ditadura, sempre foi um afamado agitador dentro do Exército, com uma militância fortemente ativa. A primeira vez que seu nome ganhou mais destaque diante dos burocratas estadunidenses foi durante a crise da posse dos governadores, em 1965. Ocasião em que atou ativamente na construção de uma pressão militar em direção ao governo federal, para que, assim, o presidente ou o próprio Exército impedisse a posse do então governo eleito do estado da Guanabara, Negrão de Lima. Depois disto, o coronel ficou um tempo fora da percepção estrangeira. Foi só em 1967, praticamente dois anos depois do primeiro levantamento de informações, o momento em que volta a estar nos holofotes. Desta vez, o contexto se materializou nas numerosas transferências feitas na época pelo presidente Costa e Silva e pelo Ministro do Exército Aurélio de Lira Tavares⁸⁹. Com a intenção de desmontar a "linha dura", a política do governo foi usar de um instrumento comum no meio militar: as transferências. Deste modo, os "duros" foram afastados dos grandes centros do Brasil, fato que dificultou a organização do movimento, minando sua já fragilizada capacidade de ação. Como Cavalcanti ainda se configurava como um porta-voz da "linha dura", também foi atingido pela manobra dos generais. Em seu caso particular, foi transferido para a missão brasileira na ONU, em Nova Iorque, distanciando-o, assim, do Rio de Janeiro, núcleo da agitação dos coronéis naqueles anos. Os estadunidenses rapidamente discerniram a atitude e, corretamente, a classificam como uma espécie de exílio dourado para os "duros", bem como uma demonstração de força do governo federal, como nos mostra o comentário a seguir: "Boaventura's transfer, following closely upon last week's reassignments, indicates that the President is determined to disperse the nucleus of hard line officers in Rio⁹⁰." ("Another Hard-Line Colonel Transferred" (1967). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Como pode-se observar, as interações que o sistema diplomático de informação possuía com a figura de Cavalcanti circulavam em torno de acontecimentos referentes a ações de

⁸⁹ Aurélio de Lira Tavares (1905-1998). Foi um General de Exército brasileiro. Ocupou o cargo de Ministro do Exército entre agosto e outubro de 1969. Também fez parte da Junta Provisória de 1969, a qual assumiu o controle do país após o acidente vascular cerebral sofrido pelo então presidente Arthur da Costa e Silva.

⁹⁰ Tradução do autor: "A transferência de Boaventura, seguindo de perto as realocações da semana passada, indica que o presidente está determinado a dispersar o núcleo de oficiais de 'linha dura' no Rio."

militância do alvo a ser investigado. Os fatos nos levam a crer que a imensa atividade do coronel em eventos alusivos às intervenções da "linha dura" o fizeram ser apontado como um dos líderes do movimento. Sua conduta de porta-voz, sempre proferindo argumentos em nome do grupo, e sua facilidade em se comunicar com outros setores da sociedade brasileira também influíram para a classificação estadunidense. Cavalcanti não se escondia atrás de manifestos ou de um apoio velado. Sua característica sempre o levou a uma disputa aberta. E certamente isso também exerceu influência no levantamento de informações a seu respeito.

Esta pequena introdução sobre o relacionamento entre o sistema diplomático de informação dos Estados Unidos da América e o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti serve como amparo para outra questão mais relevante, pelo menos para este tópico. Afinal, quais eram as ideias do coronel mais monitorado — pelos Estados Unidos — da ditadura militar brasileira? Sua ampla participação em eventos de indisciplina militar, bem como seu papel de liderança levaram os burocratas estadunidenses a confeccionarem um documento inteiro dedicado a Cavalcanti. Nele foram trabalhados aspectos fundamentais para o entendimento do alvo sobre a "revolução" e, principalmente, suas reivindicações para o futuro de um Brasil mergulhado em autoritarismo.

Antes de se entrar nas ideias propriamente ditas do coronel Cavalcanti, é necessário pontuar claramente o limite entre as demandas da "linha dura" radical dos coronéis e as demandas do militar em questão. Como já afirmado, pela perspectiva estadunidense, Cavalcanti era encarado como um dos mais destacados líderes da vertente derradeira da "linha dura", entretanto, percebe-se pela análise do documento que sua instituição originadora – a embaixada em Brasília – , em geral, deu um tom particular às temáticas abordadas, ou seja, ela encarou o levantamento de informação com sendo particular ao Coronel, e não da "linha dura" em si. É claro que, pelo seu pertencimento à facção, existiam congruências evidentes entre as opiniões pessoais de Cavalcanti e as demandas da vertente da "linha dura", porém, é crucial destacar que existem posicionamentos exclusivos por parte do militar, que lhe são próprios. E é justamente pelo fato de ser um dos mais estudados membros da "linha dura" — se não o mais — por parte do sistema estadunidense, o motivo de ganhar destaque no presente trabalho. Suas reivindicações foram cuidadosamente dissecadas e merecem ser evidenciadas.

Não surpreendentemente, a fonte utilizada para a confecção do documento foi o próprio coronel Cavalcanti. Como se sabe, contatos entre os burocratas estadunidenses e membros do Exército brasileiro eram habituais. O papel de extrator de informação ficou a cargo do ainda

desconhecido diplomata Frank Carlucci⁹¹. O diálogo ocorreu no dia dezenove de fevereiro de 1968, dentro do Camponeza Restaurante, em Botafogo, Rio de Janeiro. E, por fim, o documento se transformou em um *airgram*⁹², na forma de memorando de conversa.

O arquivo manifesta pontos capitais do entendimento do coronel sobre o ambiente político brasileiro da época. Ao que parece, naqueles tempos, os Estados Unidos estavam realmente interessados em estabelecer como se daria a interação entre a "linha dura" e o governo do presidente Costa e Silva. No caso, foi caracterizado que o governo ainda não estaria atingindo as expectativas criadas pelos "duros" em relação às suas reivindicações. Cavalcanti era enfático ao afirmar que nem ele, nem seu grupo estariam dispostos a criar uma dinâmica que tivesse como objetivo a derrubada de Costa e Silva. O coronel alegava que a "linha dura" exerceria uma pressão militar sobre o presidente, vinda dos quartéis, dinamizando, assim, a administração.

A parte das metas que a "linha dura" agora possuía, segundo a visão do coronel Cavalcanti, é a que mais chama a atenção no documento. Em um primeiro momento, a questão econômica, bem como a corrupção e a subversão, formou o cerne das preocupações dos "duros". Porém, o militar em questão concedeu um panorama muito mais amplo. Nos primeiros relatórios, os burocratas estadunidenses afirmavam que notaram a ausência de demandas mais articuladas, que juntas montassem um plano que fizesse sentido. Eles identificaram apenas ideias dispersas, que não dialogavam muito entre si. Entretanto, agora com Cavalcanti, eles se depararam com algo inédito na questão. Pela primeira vez desde o início da coleta de dados, os estadunidenses estavam diante de um projeto de um membro da "linha dura" para o Brasil. E neste quesito, ao que tudo indica, os Estados Unidos admitiram o projeto em uma escala que diz respeito a todo o grupo, e não só ao coronel. Isto é, interpretaram que o projeto não era algo exclusivo de um membro, mas sim de toda "linha dura" radical. A partir deste novo olhar, percebe-se a maleabilidade do sistema dos Estados Unidos. Em 1967, quando o embaixador Tuthill localizou a "linha dura" radical, seu veredicto indicava que o novo grupo tinha sido formado por uma cisão, e que estes formavam nada mais que um processo de continuidade da sua vertente "mãe". O padrão se mantém quando avançamos na questão das reivindicações, pois não são encontradas grandes diferenças nas ideias dos radicais e de sua vertente originadora quando se fala em economia ou perseguição a corruptos e subversivos. Porém, como é

⁹² Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:338969/PDF/.

⁹¹ Frank Charles Carlucci (1930-2018). Foi o 16º Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América, cargo que ocupou entre os anos de 1987 e 1989, durante a administração de Ronald Reagan. Além disso, foi um destacado político e diplomata de carreira. Tendo servido em diversos cargos importantes da burocracia estadunidense.

evidenciado na fonte aqui analisada, dentro de um período de aproximadamente um ano, esta concepção mudou. Com uma nova abordagem e um novo tipo de informação extraída, a perspectiva estadunidense passou então a encarar os radicais não mais com uma simples extensão da face militar da "linha dura" dos primeiros momentos, mas sim, como uma vertente independente, que, apesar de ainda carregar alguns elementos dos anos iniciais de sua militância — as demandas sobre economia e a questão da corrupção e da subversão —, agora trazia elementos inéditos dentro do cenário mapeado pelos Estados Unidos. Repetidamente, constatase uma dinâmica de inflexão dentro da burocracia estadunidense, estes momentos servem igualmente para aprender como o sistema se comportava. Afinal, mesmo com informações já levantadas sobre os radicais, o embaixador ia ao encontro de um representante do grupo em busca de novos dados, devido à insistente atividade de militância por parte dos "duros". Uma vez identificados novos movimentos da "linha dura", o sistema se preparava para uma nova coleta de informações. Com os novos dados extraídos, era feita uma nova interpretação. Exemplos como esse ajudam a entender como o sistema de informação da burocracia estadunidense era inteligente, dinâmico e atento. Ao distinguir até mesmo os menores movimentos da "linha dura", os dados aqui levantados pela análise das fontes, indicam que o monitoramento dos "duros" era feito de forma constante. Sem intervalos, descansos ou pausas com a ausência de agitação. O sistema estava pronto para reconhecer qualquer tipo de conturbação por parte da "linha dura".

Então, pela perspectiva estadunidense, a "linha dura" teria evoluído em suas demandas, exigindo agora mudanças em outras áreas, como é possível notar no seguinte extrato:

The reporting officer said that he had the impression the attitude of the 'hardline' had evolved considerably since the Castello Branco days, and that the officers in the group which Boaventura represents were now less interested in corruption and communism than in development and social change⁹³. ("Memorandum of Conversation with Colonel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

O novo conjunto de ideias dos "radicais" concedia um status secundário a valores que até então se mantinham como os pilares das demandas do movimento inicial. Boaventura externalizou ao embaixador que a organização havia feito tal prática porque o Brasil seria um

⁹³ Tradução do autor: "O relator disse ter a impressão de que a atitude da 'linha dura' tinha evoluído consideravelmente desde os tempos de Castello Branco, e que os oficiais do grupo que Boaventura representa estavam agora menos interessados na corrupção e no comunismo do que no desenvolvimento e mudança social."

país grande e complexo demais. Certos níveis de corrupção, na visão do coronel, sempre existiriam. E o único jeito seguro para se evitar subversão seria conduzir o Brasil para os trilhos do desenvolvimento. Aliás, era exatamente o que os estadunidenses queriam escutar. Cavalcanti era um conhecido articulador e não surpreenderia se, na ocasião, ele estivesse ditando estas afirmações apenas para agradar os estadunidenses, melhorando, assim, sua imagem perante eles. Ainda segundo o coronel, a "linha dura" teria de parar de lutar por questões periféricas e focar no que realmente importava. No projeto da "revolução", pois para estes militares, o Exército teria tomado o poder não só para suprimir a esquerda, mas, principalmente, para realizar uma transformação em direção ao progresso no país. E, segundo Cavalcanti, era nisto que a "linha dura" deveria focar, em mudanças estruturais de longo prazo. Assim, nas palavras do militar:

The military demands, Boaventura said, were for greater action on the part of the Costa e Silva government. "Enough of his long weekends," he said. What is needed is for the President and his cabinet to get to work. They have to promote development, education, social change and increased agricultural production. Of all these elements, Boaventura had come to the conclusion that education was by far the most important ""("Memorandum of Conversation with Colonel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

Foram adicionados conceitos sobre desenvolvimento em um sentido de progresso, educação, mudanças sociais e produção agrícola. Além disso, a questão educacional mereceu ênfase, sendo, ao que tudo indica, o principal alicerce do pensamento deste coronel. Além do fator de ineditismo nas pautas, cabe destacar sua natureza. Eram medidas de longo prazo, estruturais, com ambições de transformar a disposição de como esses objetos estavam pavimentados dentro do Estado brasileiro. Novamente, salienta-se, essa nova leva de demandas se assemelhava a algo como um projeto de país, indo muito além de simples medidas autoritárias. Retiradas do seu suposto líder na pós homogeneização, as novas visões não foram subestimadas pelos Estados Unidos, muito pelo contrário, foram levadas com a maior seriedade, e, consequentemente, entraram no radar do sistema de informação dos Estados Unidos.

Após receber a informação destas novas demandas, com um tom mais completo, abordando uma gama mais ampla de fundamentos, e também saber que uma "pressão militar"

produção agrícola. De todos estes elementos, Boaventura chegou à conclusão de que a educação era de longe o mais importante."

⁹⁴ Tradução do autor: "As reivindicações militares, disse Boaventura, visam uma maior ação por parte do governo Costa e Silva. 'Chega de seus longos fins de semana', disse ele. O que é preciso é que o presidente e seu gabinete comecem a trabalhar. Eles têm que promover o desenvolvimento, a educação, a mudança social e o aumento da produção agrícola. De todos estes elementos. Boaventura chegou à conclusão de que a educação era de longe o

seria exercida por parte dos "duros", como o meio para tornar tais reivindicações realidade, Carlucci não hesitou em investigar o caráter desta pressão. Na verdade, o diplomata desejava investigar se os militares em questão fariam uso de medidas autoritárias e opressoras. Ao que parece, este assunto sempre rondava o interesse estrangeiro, pois, toda vez que uma nova investigação era realizada — sobre a "linha dura", claro —, investigava-se sobre possíveis sinais de autoritarismo. E desta vez não foi diferente: Carlucci foi enfático ao indagar sobre possíveis ânsias dos "duros" em transformar o Brasil em uma ditadura. E com a resposta negativa do coronel, o assunto não mais foi revivescido.

Sem dúvida alguma, a parcela que dizia respeito às novas reivindicações tomou a maior parte do tempo do encontro. Ou, pelo menos, foi a mais documentada pelo diplomata. Todavia, existiram também outros tópicos debatidos, que detinham uma diferença fundamental. Tais tópicos foram interpretados dentro de um entendimento pessoal ao coronel Cavalcanti, ou seja, diferentemente do assunto sobre as novas demandas, o burocrata avaliou os demais tópicos como sendo opiniões exclusivas ao militar, não dando, assim, um tom mais amplo, que englobasse todo o movimento de "linha dura".

Desta maneira, continuando o processo de extração de informações, Carlucci perguntou a Cavalcanti sobre as ainda improváveis eleições do ano de 1970 e qual seria a avaliação do militar sobre a aceitação de um suposto candidato civil ao cargo de Presidente da República. Ao que parece, o destino político brasileiro marcava presença constante dentro dos interesses estadunidenses. E o burocrata foi se inteirar quanto à aceitação de nomes civis dentro do Exército. Neste quesito, Cavalcanti foi explícito:

The trouble in 1970, Boaventura said, is that there are no outstanding civilian leaders. The only possibility is Lacerda and he had destroyed his military support by his alliance with Juscelino and Goulart. Boaventura said he had pleaded with Lacerda not to do this, but the latter had not been a 'realist'⁹⁵. ("Memorandum of Conversation with Colonel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 03).

Fica claro que na perspectiva de Cavalcanti não existiam opções civis para um desfecho político a médio prazo no Brasil. A única possível, Lacerda, teria desestruturado seu próprio

⁹⁵ Tradução do autor: "O problema em 1970, disse Boaventura, é que não existem líderes civis de destaque. A única possibilidade é que Lacerda e ele destruiu seu apoio militar por causa da aliança com Juscelino e Goulart. Boaventura disse que implorou a Lacerda para não fazer isso, mas o último não tinha sido um 'realista.'"

apoio dentro das Forças Armadas com sua participação na Frente Ampla⁹⁶. Portanto, os Estados Unidos apuraram que a única alternativa para o Brasil naquele momento era proveniente de fileiras militares. Ainda neste tema, chama a atenção o fato de que Carlucci sugeriu o nome de Roberto Campos como uma posição de liderança civil na futura eleição. Obviamente, por razões já aqui explicadas, o nome do ex-ministro de Castelo Banco foi veementemente rechaçado por Cavalcanti. Contudo, propor o nome de Campos, de uma forma totalmente unilateral, no momento em que se discutia sobre prováveis lideranças do círculo civil, nos fornece uma impressão de interesse. Vale lembrar a simpatia que os burocratas estadunidenses dispunham à figura de Campos. De fato, é difícil especular qualquer coisa baseado simplesmente nesta citação, porém, ao que parece, o nome de Campos, mesmo em 1968, ainda estava dentro da pauta estadunidense.

O papel dos Estados Unidos no ambiente político doméstico do Brasil fechou o leque de temáticas do encontro. Aqui, o coronel dava respostas vagas e superficiais, apenas acenando que os dois países deveriam trabalhar juntos e construir um diálogo benéfico a ambos. Ele era habilidoso em esconder o amplamente conhecido antiamericanismo da "linha dura."

O monitoramento do alvo não cessou após o levantamento de informações sobre ele e seu grupo. Como era de costume, em razão da continuidade de sua militância, o coronel permaneceu dentro do círculo de interesses estrangeiro, até mais precisamente maio de 1969. Foi neste período em que, à conta de sua contínua agitação, Cavalcanti foi atingido pelo martelo do AI-5, sendo passado para a reserva sumariamente. O ato foi interpretado pelos Estados Unidos como uma demonstração de força do governo federal, bem como um alerta aos demais agitadores. A desordem não seria mais tolerada. Esta foi a última vez que o nome de Cavalcanti esteve presente nos reportes pertencentes ao acervo estudado. A postura estadunidense, de aparentemente perder interesse no alvo, não se materializou como uma surpresa. Os Estados Unidos estavam cientes que a fonte da influência do militar estava no seu envolvimento com a caserna e com a estrutura burocrática militar. Era sua função dentro do Exército que o viabilizava como ator político. Ao afastá-lo da caserna, o governo federal secou sua fonte de poder. Como reservista, Cavalcanti não poderia mais influenciar os rumos da "linha dura" e sua capacidade real de ação se tornava praticamente nula. Sendo assim, era carta fora do baralho.

_

⁹⁶ Carlos Lacerda foi o principal articulador da Frente Ampla, movimento que visava restaurar a normalidade democrática em solo brasileiro depois do golpe de 1964. Para isto, Lacerda aliou-se com Juscelino Kubitschek e João Goulart, seus rivais de outrora. Fato que desagradou imensamente seus apoiadores oriundos do Exército Brasileiro. A Frente Ampla foi dissolvida em 5 de abril de 1968, pela Portaria nº 177, baixada pelo então Ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva.

Não tendo mais meios para se sustentar, sua militância finda. E uma vez com a militância encerrada, não se configurava mais como interesse da burocracia estadunidense.

Francisco Boaventura Cavalcanti, durante o período que vai do começo do regime até sua passagem forçada para a reserva, configurou-se como dos principais alvos do sistema de informação estadunidense, e o interesse sempre foi diretamente proporcional à sua atividade de militância. Outra condição que merece destaque é que Cavalcanti foi o único não oficial-general a ter tantos dados levantados sobre sua pessoa. Geralmente, o sistema se preocupava com altos oficiais, que ocupavam altos cargos no Estado brasileiro e que, consequentemente, poderiam influir na política interna e externa brasileira. Eram habitualmente ministros ou comandantes de tropas, funções ocupadas normalmente por generais de exército, almirantes de esquadra, tenentes-brigadeiro e demais altas patentes da hierarquia militar. É bem verdade que a partir de 1967 os coronéis passaram a ganhar mais destaque de cobertura, entretanto, o grupo foi explorado de forma geral, sem muitas individualidades. Apesar de alguns nomes citados, Cavalcanti foi o único que os estadunidenses julgaram merecedor de uma apuração mais profunda. Por fim, em função da sua capacidade de liderança e ativa militância, o destaque dentro do movimento ocorreu quase que de forma natural. Por ser reconhecido como um dos principais líderes da "linha dura" e por tudo que até aquele momento havia realizado, os burocratas estadunidenses decidiram recolher suas informações, demandas e demais ideias. E, como de praxe, uma vez a informação recolhida, ela era repassada a instâncias superiores para eventuais tomadas de decisão.

A coleta de dados sobre Cavalcanti encerra um ciclo notável envolvendo o sistema de informação estadunidense. Até aquele momento, meados de 1968, o acompanhamento de ações e o reconhecimento de demandas ocorriam simultaneamente. Ou seja, até aquele ponto, era incessante, por parte dos burocratas, a busca de elementos que ajudassem a compreender os movimentos de "linha dura". Neste período, aconteceram conversas com militares, análises de jornais e contatos com políticos, justamente para se entender o que era o movimento encabeçado pelos "duros". Além disso, apuraram os membros, o perfil deles, suas principais intenções e sua capacidade de ação. Deste modo, o período que vai do golpe e se estende até maio de 1968, se configura também, mas não só, como uma espécie de tempo de averiguação. Não que após isso o sistema de informação estadunidense tenha parado de apurar situações inéditas do gênero. Mas é verdade que em termos quantitativos, envolvendo um leque imenso de funcionários, embaixada, consulados e demais braços do aparelho burocrático estrangeiro, não ocorreu esforço parecido durante o restante da ditadura militar para se reconhecer grupos de "linha dura" e dissecar suas entranhas. Talvez o próprio sistema nos proporcione a resposta. Segundo a

perspectiva estadunidense, todo o movimento de "linha dura" sofreu um processo de homogeneização após a identificação da "linha dura" radical dos coronéis. A partir daí, passou a ocorrer a existência de uma única vertente, predominante até o término da ditadura. Sendo assim, não existiram mais grupos a serem analisados. Hipóteses existem, contudo, não se pode ir além delas neste momento. Os vestígios nos levam a crer que, a partir de aproximadamente a metade do ano de 1968, a burocracia estadunidense passou a focar quase que exclusivamente no acompanhamento das ações do grupo em eventos da ditadura, sem a apuração de novos grandes componentes na relação entre a "linha dura" e os Estados Unidos.

4 AS NOTÓRIAS ATUAÇÕES

Os dois primeiros capítulos desta obra foram concentrados no complexo procedimento de identificação da "linha dura" pelos órgãos de informação dos Estados Unidos. Neste processo, examinou-se sobre os quadros, o potencial e os meios de ação, possíveis líderes e reinvindicações. O foco se concentrou sobre como estabeleceu-se a visão dos burocratas estadunidenses sobre os grupos de "linha dura" identificados por eles mesmos. Assim, foi descrito como os Estados Unidos construíram uma interpretação própria do movimento de "linha dura" da ditadura militar brasileira. Agora, o terceiro e último capítulo abordará como os funcionários estrangeiros compreenderam a participação da "linha dura" em alguns dos principais momentos de tensão do período ditatorial brasileiro.

Uma vez com sua visão sobre os "duros" desenhada e consolidada, os burocratas lotados no Brasil passaram a encará-los como atores extremamente ativos dentro das disputas políticas que assolaram o Brasil durante todo o período militar. Sendo este o aspecto primordial deste capítulo, pode-se dizer que aqui, ao contrário dos primeiros capítulos, serão exploradas as ações da "linha dura". Os Estados Unidos já dispunham de análises sobre os quadros e as reivindicações, mas, a partir de agora, se compreenderá o papel atribuído a tais quadros e tais reinvindicações em situações de conflito, ou seja, em circunstâncias de ação propriamente dita.

Sabe-se que as grandes crises da ditadura militar possuíam origem nas casernas. "Em minha análise, interessa ressaltar que não é do lado civil do bloco golpista que provinham os fatores de crise." (MARTINS FILHO, 1995, p. 51). A instabilidade vinha das fileiras do próprio Exército Brasileiro e a "linha dura" sustentava boa parte da parcela de culpa destes tipos de evento. Sabendo da militância que fomentava as crises políticas, os burocratas estadunidenses mantiveram de forma constante o monitoramento e, no desenrolar dos acontecimentos, produziram suas interpretações sobre o papel desempenhado pelos "duros" nos dias mais tensos do regime. Portanto, a parte final deste trabalho procurará responder a seguinte pergunta: o que eles fizeram? Sempre, é claro, respeitando a perspectiva estadunidense.

Dos eventos que marcaram e evidenciaram as disputas e os conflitos internos do Exército Brasileiro, pelo menos três despertaram a atenção do sistema de informação dos Estados Unidos pela participação da "linha dura", são eles: a promulgação do AI-2, a promulgação do AI-5 e a crise em torno do general Sílvio Frota durante a política de distensão de Geisel. Foram estes os eventos mais destacados dentro da perspectiva estadunidense, e, referente a cada um deles, o sistema confeccionou variadas análises sobre como as vertentes de "linha dura" se associaram aos acontecimentos.

4.1 A PROMULGAÇÃO DO ATO INSTICIONAL NÚMERO DOIS

O clima era de inquietude na situação política do Brasil nos meses finais do ano de 1965. O regime ainda estava instável e seus rumos pareciam nebulosos. Boa parte da elite civil, assim como Lincoln Gordon e os estadunidenses, acreditava que uma volta à total normalidade democrática, conduzida por Castelo, estava próxima. Por outro lado, setores do próprio Exército pressionavam o presidente com o intuito de realizar uma guinada autoritária dentro do regime recém criado. Além disso, existiam, entre os setores dominantes, discordâncias em vários aspectos políticos, administrativos e econômicos. O tímido desempenho do governo na esfera econômica, bem como na perseguição de opositores, foi considerado uma demonstração de fraqueza, segundo os "duros". A conjuntura ganhou um tom mais pesado quando políticos ligados ao PSD ganharam eleições para governadores em estados importantíssimos para a federação, como na Guanabara e em Minas Gerais. A conduta natural da "linha dura" foi criar uma árdua campanha, que visava o impedimento da posse dos governadores eleitos. Formouse, assim, mais um dos tantos pontos de conflito entre o presidente Castelo Branco e a "linha dura". O então presidente advogava para que os eleitos tomassem posse, enquanto a "linha dura" buscava a objeção. É claro que o sistema de informação estadunidense não ficou alheio aos acontecimentos e, em 11 de outubro de 1965 — apenas 16 dias antes da promulgação do AI-2 —, a embaixada do Rio de Janeiro confeccionou um telegram⁹⁷ sobre o assunto e o enviou ao Departamento de Estado. Nele, foi destacada a fala do então vice-presidente da Câmara dos Deputados, Batista Ramos. O tradicional político de carreira afirmava que, ao ser irredutível na questão dos governadores, Castelo Branco agora teria que satisfazer a "linha dura". E essa compensação pela derrota imposta aos "duros" na questão dos governadores viria em forma de legislação.

Ao usar dá já conhecida tática de extração de informação utilizando políticos brasileiros como fonte, as autoridades estadunidenses estavam cientes de que não demoraria para que uma nova série de medidas antidemocráticas atingisse em cheio o Brasil. Ainda não sabiam sobre o quão repressora seria, quem ela atingiria ou quanto tempo duraria. Mas é possível afirmar que Lincoln Gordon e o resto do corpo burocrático estadunidense lotado no Brasil sabiam que algo se efetivaria em breve.

⁹⁷ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:360948/PDF/.

Antes de entrar na questão da interpretação do AI-2 pelos Estados Unidos, cabe aqui uma breve reflexão sobre o ato. Promulgado no dia 27 de outubro de 1965, ele marcou o fim de uma ilusória "intervenção cirúrgica". Estava claro que diferentemente das outras intervenções militares do século XX em solo brasileiro, a de 1964 perduraria. Nesse sentido, o historiador Marcos Napolitano afirma: "Na prática, tratava-se de uma reforma constitucional imposta pelo Executivo federal. Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva." (NAPOLITANO, 2019, p. 79). A estrada para uma ditadura plena estava em processo de pavimentação e o AI-2 era sua parte capital. Ainda dentro deste tópico, Napolitano comenta:

O governo Castelo testemunhou, paulatinamente, o fim da coalizão golpista triunfante em 1964. À medida que essa coalizão se esgarçava e os movimentos de contestação aumentavam, o governo aprofundava suas estruturas autoritárias, dando ossatura ao novo regime. E a cada nova medida institucional autoritária a coalizão se esgarçava mais. Este círculo de fogo marcou o regime entre 1964 e 1968, quando as ilusões foram definitivamente dissipadas com o AI-5. (NAPOLITANO, 2019, p.81).

Napolitano encara o primeiro governo da ditadura militar como uma fase de maturação, que eventualmente desabrocharia em uma ditadura plena em 1968. Durante este processo, gradativamente, as já fracas instituições foram definhadas e, também gradativamente, medidas autoritárias passaram a ser implantadas, construindo assim, progressivamente, uma ditadura cada vez mais centralizada e militarizada, uma vez que os demais setores civis que participaram do golpe, foram perdendo relevância à medida em que o regime endurecia. Bem determinado o lugar do AI-2 no processo de escalada da ditadura, e complementando a reflexão com o papel da "linha dura", Maud Chirio disserta:

Nesse aspecto, não resta sombra de dúvida de que a "primeira linha dura" impôs essa guinada autoritária decisiva na história do regime, formulando, até mesmo martelando, seu projeto na cena pública a partir de meados de 1964. Mas o AI-2, que dá início ao processo de exclusão da classe política civil do poder, reforça ainda mais o peso da corporação militar, onde esses "jovens oficiais" estão longe de ter o trunfo da força política. (CHIRIO, 2012, p. 91).

Assim, relacionando as interpretações dos historiadores Marcos Napolitano e Maud Chirio sobre o Ato Institucional Número Dois, pode-se chegar a uma profícua conclusão. O AI-2 foi parte crucial no processo de endurecimento do regime no período de 1964 a 1968 e a "linha dura" atuou como protagonista nos eventos que o desencadearam. Deste modo, se estabelece um vínculo indissolúvel entre os "duros" e o processo de formação e

desenvolvimento das estruturas autoritárias. E, como veremos, é possível estabelecer interessantes relações com a visão estadunidense sobre o mesmo acontecimento.

Não demorou muito para que as expectativas se tornassem realidade e, pouco mais de duas semanas depois da informação colhida, o ato foi promulgado. Ao que tudo indica, causou agudo impacto dentro da estrutura diplomática estadunidense localizada no Brasil. O primeiro componente que sustenta esta hipótese está na rapidez da apuração do caso. Exatamente no mesmo dia da promulgação do ato, Lincoln Gordon escreveu um telegram98 com destino ao Departamento de Estado expondo sua interpretação sobre o acontecimento. A velocidade com que a informação é transmitida chama atenção, pois o embaixador não demorou sequer um dia para enviar seu material. Outro fator de destaque é que o telegram foi destinado diretamente a Dean Rusk⁹⁹. Ou seja, Gordon queria que o documento atingisse diretamente o indivíduo mais notável da política externa do Ocidente. Então, formou-se ali uma caixa de diálogo entre os homens que atuavam nos cargos mais importantes da diplomacia dos Estados Unidos com o Brasil: o secretário de estado e o embaixador. Dou ênfase ao fato porque, nos estudos sobre diplomacia, muitas vezes nos deparamos com funcionários da média e baixa camadas dos aparelhos diplomáticos nacionais, ou seja, com a base da estrutura burocrática. São vicecônsules, cônsules, adidos militares e demais funcionários de embaixadas e consulados. Apesar de sua importância pelo papel desempenhado dentro do sistema, não são eles que decidem sobre o rumo da diplomacia de seus países, não são formadores de política. Eles aplicam a postura diplomática determinada para os países em que trabalham, levantavam informações e realizavam o monitoramento, mas não detinham a palavra final. Não foi este procedimento o utilizado na crise do AI-2. Nela, quem se envolveu foi a elite da burocracia estadunidense, o que indica tamanha importância dada ao assunto pelo país do Norte.

A análise de Gordon é rica e detalhista, evidenciando algumas das opiniões pessoais do embaixador que fora uma peça importantíssima no golpe. No primeiro parágrafo, ele comentava que:

It will be obvious to department that second institutional act represents severe setback in our own hopes, which I believe have been fully shared by Castello Branco himself., Juracy Magalhães, and most key advisers of GOB, that Brazil could maintain

⁹⁹ David Dean Rusk (1909-1994). Serviu como o 54º Secretário de Estado dos Estados Unidos da América. Entre os anos de 1961 e 1969.

⁹⁸ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/storage/bdr:361242/PDF/.

uninterrupted march on road back to full constitutional normalcy¹⁰⁰. ("Comments to Institutional Act No. 2" (1965). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations*, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

A principal característica do documento se configura na ideia de que Gordon não hesitou em transmitir sua percepção dos fatos ao Secretário de Estado, isto é, a fonte está totalmente impregnada com suas opiniões de cunho pessoal. O primeiro fato derivado disto que nos chama atenção é a interpretação depreciativa que Gordon realizou do ato recém promulgado. Fica claro que, para o embaixador, os acontecimentos daquele 27 de outubro marcaram um revés aos interesses dos Estados Unidos para com o Brasil, pois a escala autoritária que estava ocorrendo não lhes interessava. A crença hiperbólica na figura de Castelo como impedidora do autoritarismo que emergia igualmente marca presença no balanço de Gordon. Aliás, isto de forma alguma se faz como uma novidade. Existe igualmente, a preocupação que o embaixador possuía sobre a volta do país ao que ele chamava de "total normalidade constitucional." Por fim, pelo teor do comentário, fica claro que Gordon encarou o ato como um grande percalço na volta do Brasil para o que ele denominava de normalidade democrática, atrapalhando, assim, a trajetória que o embaixador gostaria para o país.

Uma avaliação sobre o novo caráter do regime não passou em branco pela análise do embaixador, ele comenta que:

As in previous case, act falls well short of outright dictatorship. Congress remains, although obviously subject even greater executive pressures, press remains free, and opposition political organizations will be recreated under terms July 1965 party statute¹⁰¹. ("Reactions to Institutional Act No. 2" (1965). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Apesar das inúmeras críticas e preocupações, Gordon avaliou que, mesmo com os novos dispositivos adicionados pelo novo ato, o Brasil ainda não vivia uma ditadura plena. Claramente, dentro de sua própria perspectiva, o regime que se instalou em 1964, mesmo com a vinda do AI-2, não se configurava como uma ditadura total aos olhos dele. E para sustentar seu argumento, salientou que algumas instituições fundamentais para o funcionamento de uma

Tradução do autor: "Como no caso anterior, o ato cai aquém da ditadura total. O Congresso permanece, embora obviamente sujeito a pressões executivas ainda maiores, a imprensa permanece livre e as organizações políticas de oposição serão recriadas sob os termos do estatuto do partido de julho de 1965."

¹⁰⁰ Tradução do autor: "Será óbvio para o departamento que o segundo ato institucional representa um sério revés em nossas próprias esperanças, que acredito terem sido totalmente compartilhadas pelo próprio Castello Branco, Juracy Magalhães, e pela maioria dos principais assessores do governo brasileiro, de que o Brasil poderia manter uma marcha ininterrupta no caminho de volta à plena normalidade constitucional."

democracia, como a imprensa livre e o desempenho do Congresso Nacional, continuavam a operar.

Não se pode deixar de comentar qual foi a motivação, conforme o embaixador, do presidente Castelo Branco em pôr em prática mais um ato institucional. Neste caso, ele especula:

My first impression, without opportunity since tuesday night return for any conversations outside embassy staff, is that this measure reflects much greater than necessary concessions to hard line, engendered by unfortunate concomitance of Lacerda intemperance, Kubitschek return, provocative statements of supreme court president, and other adventitious factors generating emotional military reactions which have reduced the president's effective authority and weakened congressional support for government¹⁰². ("Reactions to Institutional Act No. 2" (1965). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s.* Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Bom, é explícito aqui o motivo que, para Gordon, levou Castelo a tomar tais decisões: a "linha dura". No segundo capítulo, foi destacado o receio que o sistema de informação dos Estados Unidos possuía sobre as demandas dos "duros", justamente, seguindo sempre a perspectiva estadunidense, por elas ameaçarem o projeto do governo Castelo Branco. O temor se configurava na ideia de que tais demandas poderiam levar a um endurecimento do regime. Pois bem, ao que tudo indica, a interpretação de Lincoln Gordon sobre o AI-2 caminhava nesta mesma direção. O embaixador deixou explícito que, pelo menos à primeira vista, o ato nada mais era que uma concessão ao "duros", dada a eles por sua intensa atividade de militância. É curioso também, mas não surpreendente, o movimento do embaixador para eximir ao máximo a responsabilidade do então presidente brasileiro no caso. Para ele, o ato foi uma concessão contra a vontade de Castelo e só ocorreu devido ao enfraquecimento da autoridade presencial. Ao que parece, conforme o embaixador, se dependesse exclusivamente do presidente, o AI-2 nunca teria existido. A imagem de Castelo cultivada por Gordon, como o guardião dos valores democráticos, das instituições e da moderação, ganhou mais destaque no seguinte trecho:

It feels confident, however, in view of the record of the Castello Branco government during the past 18 months, that these measures will be applied with moderation and restraint it to hopes that the very substantial progress already made in the efforts toward economic stabilization, renewed development, and the reform and

.

Tradução do autor: "Minha primeira impressão, sem oportunidade desde o retorno de terça à noite para quaisquer conversas fora do pessoal da embaixada, é que esta medida reflete concessões muito maiores do que o necessário à linha dura, gerada pela infeliz concomitância da intemperança de Lacerda, retorno de Kubitschek, declarações provocativas do presidente da Suprema Corte, e outros fatores adventícios geradores de reações militares emocionais que reduziram a autoridade efetiva do presidente e enfraqueceram o apoio do Congresso ao governo."

modernization of economic and social institutions will be carried forward to full realization, and that Brazil's precious heritage of constitutional government bases on representative democracy will be consolidated as the institutional foundation for the further progress of this greater sister nation¹⁰³. (Reactions to Institutional Act No. 2" (1965). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

Os indícios nos levam a crer que esta fé, até certo ponto demasiada e ingênua, que Lincoln Gordon tinha sobre a figura de Castelo Branco, atingiu também a atuação do último na crise do AI-2. Gordon se comportava como praticamente um castelista, sempre advogando a favor do então presidente perante as autoridades estrangeiras. Suas análises nunca eram compostas de comentários depreciativos ao marechal e todo e qualquer desvio de trajeto nos rumos do país era responsabilidade de fatores exógenos ao presidente, ou seja, não vinham dele, eram impostos a ele. O fato é que as análises são evidentes ao nos mostrar que Lincoln Gordon encarava Castelo Branco como o maior aliado dos interesses estadunidenses em terras brasileiras. Ele era o fiador do projeto. Garantidor que as reformas desejadas pelos Estados Unidos ocorreriam no Brasil sem maiores problemas. Portanto, não é por acaso que Gordon atribuiu a Castelo o status de figura passiva durante a crise do AI-2, pois não era o presidente o maior responsável pelo novo ato repressor, e sim pressões vindas de setores do Exército. Assim como Maud Chirio, o embaixador julgava a "linha dura" como motor do novo ato institucional, porém, diferentemente de Napolitano, negava a participação direta do castelismo no processo de endurecimento da ditadura.

O papel exercido pelo "duros" neste processo como um todo não deixa de pôr em xeque as análises previamente feitas sobre o grupo por parte do sistema estadunidense. Durante o decorrer do documento Gordon deixava claro inúmeras vezes que a "linha dura" exerceu papel fundamental para o desfecho do AI-2. Ora, nos capítulos anteriores deste trabalho, principalmente no primeiro, houve um destaque na avaliação feita pelos estadunidenses sobre o real pode de ação dos movimentos de "linha dura". A conclusão era taxativa e quase que idêntica para todas as vertentes: apesar do constante "barulho", os grupos de "linha dura" não possuíam meios para realizar seus objetivos, isto é, não possuíam uma real capacidade de ação e, assim, não conseguiriam colocar suas ideias e demandas em prática. Logo, a partir do

¹⁰³ Tradução do autor: "Sente-se confiante, no entanto, diante da trajetória do governo Castello Branco nos últimos 18 meses, que essas medidas serão aplicadas com moderação e contenção, na esperança de que os avanços bastante expressivos já realizados nos esforços de estabilização econômica, renovado desenvolvimento, e a reforma e modernização das instituições econômicas e sociais serão levados adiante à plena realização, e que a preciosa herança do Brasil de bases do governo constitucional na democracia representativa será consolidada como a base institucional para o progresso posterior desta grande nação irmã."

momento em que o AI-2 foi encarado como uma consequência da pressão proveniente da "linha dura", a interpretação acima se tornou obsoleta. Isso serve para entender que, apesar de extremamente bem estruturada, a máquina burocrática estadunidense também cometia avaliações equivocadas. Outro fator que chama atenção é a ausência do uso das classificações dos grupos de "linha dura", realizada pelo próprio sistema estadunidense. Nos documentos referentes à crise do AI-2, Gordon tratava o movimento de uma forma bastante homogênea, diferentemente de todo o longo processo de identificação e reconhecimento da "linha dura", que cunhou quatro diferentes grupos de "linha dura" e, destacou várias diferenças entre eles. Se este documento fosse posterior ao ano de 1967, isto é, depois da identificação da "linha dura" radical dos coronéis e do processo de homogeneização feito pelo sistema estadunidense, a falta de diversidade seria compreensível. Entretanto, a fonte data de praticamente dois anos antes, em um período em que os Estados Unidos tratavam a "linha dura" como um evento de natureza extremamente plural. Por isso a estranheza ao se analisar o relatório do embaixador. Gordon não aplicou qualquer dispositivo de distinção ao citar a "linha dura". Apenas usou o termo geral, que, na época, segundo as próprias interpretações estadunidenses, poderia significar um leque considerável de possibilidades.

Os exemplos citados acima proporcionam um entendimento mais aprofundado do sistema de informação estadunidense no que diz respeito a seus desacordos. É necessário destacar que ele não era onipresente, tampouco onisciente. Como qualquer outra realização humana, estava — e está — suscetível a equívocos, contradições e más avaliações. Até então não tinham sido encontradas grandes incoerências dentro da estrutura da burocracia estadunidense, apenas pequenos desencontros. Porém, o cenário mudou quando dois dos principais preceitos construídos por eles foram simplesmente ignorados pelo embaixador em um relatório destinado ao Secretário de Estado. Como já argumentado aqui, um diálogo entre pessoas que ocupavam cargos tão importantes dentro da estrutura estadunidense fornece outro aspecto à discussão. Devido ao contrassenso dos burocratas estadunidenses, não é possível afirmar qual vertente de "linha dura" teria sido a protagonista no processo que culminou no AI-2. Percebe-se, assim, que existiram situações que evidenciaram contradições dentro da própria máquina.

Encerrando a discussão sobre o relatório do embaixador Lincoln Gordon, não se pode deixar de comentar algumas de suas preocupações referentes aos rumos que o Brasil poderia seguir na esteira do AI-2. Durante o período de identificação dos "duros" e de suas principais demandas, percebe-se certa preocupação do próprio Gordon, mas também do sistema como um todo, a respeito de posturas demasiadamente autoritárias da "linha dura". Ao que tudo indica, a

raiz autoritária do movimento era a principal razão do desprezo estadunidense. O motivo: ela ameaçava as diretrizes do governo Castelo Branco, que, por sua vez, era considerado o ideal para o progresso no Brasil. Era o modelo castelista o responsável por realizar reformas que modernizariam a sociedade brasileira, direcionando-a ao modelo dos Estados Unidos. Avanços na economia, desenvolvimento social e, nas instituições como um todo, eram esperados. Assim, o Brasil estaria totalmente imerso no padrão que os Estados Unidos desejavam exportar ao mundo. Sempre, claro, dentro da sua própria perspectiva. A "linha dura" foi considerada uma ameaça ao programa, já que seu viés opressor, dogmático e autoritário punha em risco o projeto castelista. Chega-se aqui ao cerne da antipatia que Gordon e os estadunidenses nutriam pela "linha dura": os últimos possuíam um projeto que rivalizava e ameaçava a proposta castelista. Pela perspectiva estadunidense, qualquer alternativa radical era considerada um prenúncio, como percebe-se no excerto a seguir: "Domestically, today's action reflects a polarization of forces which in long run can only serve interests of extreme left or right and which it is in US interest to seek depolarize in any way we can." ("Reactions to Institutional Act No. 2" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 2)¹⁰⁴. O que já era indicado pelos diagnósticos sobre a(s) "linha(s) dura(s)" se confirmou no texto sobre o AI-2: não era de interesse dos Estados Unidos da América, representados na ocasião por Lincoln Gordon, a existência de uma ditadura plena em terras brasileiras.

A postura adotada pelo embaixador pode ser explicada pela formação diplomática praticada na época pelos Estados Unidos. Como citado na introdução deste trabalho, o historiador Thomas Skidmore, em entrevista ao também historiador James Green, afirmou que Gordon era um típico soldado da Guerra Fria. Assim sendo, sua missão era garantir que o Brasil não caísse na zona de influência comunista. Ainda sobre sua incumbência, James Green comenta: "Tal como muitos de seus pares, enxergava o mundo em termos maniqueístas: um país ou estava alinhado com os Estados Unidos ou com o comunismo." (GREEN, 2009, p. 53). Gordon e a geração de diplomatas à qual pertencia foram treinados para garantir que países que possuíam o mesmo perfil do Brasil fossem cooptados para o lado estadunidense na Guerra Fria, mesmo que isso significasse destituir governos eleitos ou atropelar instituições democráticas. Quando a hegemonia estadunidense estava em risco em determinada localidade, os conflitos da Guerra Fria emergiam e os fins justificavam os meios. Logo, Lincoln Gordon cumpriu sua

1

¹⁰⁴ Tradução do autor: "Internamente, a ação de hoje reflete uma polarização de forças que, a longo prazo, só pode servir aos interesses da extrema esquerda ou da direita e que é do interesse dos Estados Unidos buscar despolarizar de qualquer maneira que possamos."

principal missão entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964. Ali, em uma atuação considerada como exemplar pelo Departamento de Estado, o embaixador trabalhou incessantemente para o sucesso da empreitada golpista. O real peso da participação estadunidense no golpe de 1964 é tema de discordância entre a comunidade de historiadores — e não é objetivo do presente trabalho discutir sobre o assunto —, entretanto, não se pode negar que não faltaram esforços por parte do aparelho burocrático estadunidense, no sentido de ajudar Castelo e seus correligionários, tanto na preparação de uma operação de contingência quanto no trabalho diplomático para que o novo governo golpista fosse reconhecido como legítimo pelo bloco liderado pelos Estados Unidos.

Assim, o trabalho, segundo a lógica da diplomacia estadunidense, estava concretizado com a vitória dos golpistas sobre João Goulart e as esquerdas brasileiras. Do ponto de vista de sua orientação diplomática, a posição brasileira era a ideal. As esquerdas haviam sido derrotadas e o novo governo era incondicionalmente alinhado aos Estados Unidos. Deste modo, foram neutralizadas quaisquer chances de o Brasil seguir um rumo independente ou alinhar-se com o bloco vermelho da Guerra Fria. A principal batalha do soldado havia sido ganha. Com Castelo patrocinando reformas vistas pelos estadunidenses como positivas, não restava nada mais a Gordon, a não ser prezar pela manutenção das políticas públicas ensaiadas pelo governo do marechal. O ponto central da discussão levantada aqui é o seguinte: não existia nenhum interesse dos Estados Unidos em endurecer um regime que já fora totalmente cooptado pela lógica capitalista da Guerra Fria. Simplesmente porque não havia motivo algum. O governo Castelo, ao que tudo indica, era encarado por Gordon como o modelo ideal para um país de terceiro mundo, não existia razão para modificá-lo e, muito menos, para enrijecê-lo. Novamente salienta-se, medidas como esta só seriam justificadas caso existisse uma ameaça ao alinhamento brasileiro com o bloco ocidental, o que não era o caso. Além do mais, como qualquer democracia, o governo dos Estados Unidos sabia da imposição de prestar contas à sociedade civil, ou seja, ao eleitorado. Ter o governo associado a uma ditadura não é desejo de nenhum governante. E, como veremos, a reação da imprensa local era igualmente motivo de preocupação. A questão foi encarada com tamanha importância que o Departamento de Estado decidiu replicar a avaliação de Lincoln Gordon, em forma de um telegram¹⁰⁵, para todos os outros postos diplomáticos dentro da América Latina. O fato é que o sistema estadunidense, representado pela sua maior autoridade em solo brasileiro, foi fortemente hostil às medidas do Ato Institucional Número Dois. E a "linha dura" estava no centro da causa desta hostilidade.

¹⁰⁵ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361263/.

Os indícios levam a crer que o sinal de alerta despertado pela promulgação do AI-2 foi geral dentro das instâncias da máquina estadunidense. Mas o mesmo não aconteceu com a reação adotada pelos Estados Unidos perante a situação. A reação de preocupação pela chegada do novo ato atingiu as mais variadas instâncias da estrutura diplomática da superpotência capitalista. E uma vez absorvido o impacto da publicação, o tema sobre como reagir ao fato pairava sobre a cabeça de nomes como Lincoln Gordon e Dean Rusk. Os Estados Unidos fariam uma declaração formal? Fingiriam que nada aconteceu? Nos bastidores, exerceriam pressão ao governo brasileiro? Foi à procura destas repostas que se evidenciou uma divergência entre os diferentes níveis da burocracia estadunidense.

Imediatamente nos momentos seguintes aos acontecimentos do dia 27 de outubro de 1965, Lincoln Gordon sugeriu, de forma incessante, que os Estados Unidos, na voz de algum importante burocrata, realizassem uma declaração pública que externasse a inquietação despertada pelo novo ato, bem como a fé e a confiança que os Estados Unidos detinham na moderação da figura de Castelo. O principal argumento de Gordon foi que, para ele, caso o Departamento de Estado optasse por se omitir totalmente na questão, estaria entrando em contradição com sua própria política externa em relação a toda América Latina. Como nos mostra o fragmento a seguir:

> From viewpoint Latin America, our established position has been one of favoring constitutional and representative democracy as the desirable norm, even if it cannot always be realized in short run. We have subscribed to various inter-american declarations to this effect, including declaration of Santiago and charter of Punta del Este, as well as article 5 (D) of Bogota Charter. Some provisions of new institutional act, if not applied with restraint, could also raise legitimate questions of conflict with inter-american declaration of human rights. We are therefore on weak ground in taking line that Brazilian developments are exclusively internal political matters of no legitimate international concern¹⁰⁶. ("Gordon, Lincoln, "On US Reaction to Institutional Act No. 2" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. p. 01).

Na perspectiva do embaixador, ao não esboçarem uma reação pública, os Estados Unidos estariam sendo contraditórios com sua própria política externa. Para ele, o AI-2 vinha na contramão da política diplomática exercida por seu país, não só para o Brasil, mas para todo

a declaração interamericana de direitos humanos. Estamos, portanto, em terreno fraco ao assumir que os desenvolvimentos brasileiros são questões exclusivamente de política interna, sem preocupação internacional

legítima."

¹⁰⁶ Tradução do autor: "Do ponto de vista da América Latina, nossa posição consolidada tem sido a de favorecer a democracia constitucional e representativa como norma desejável, ainda que nem sempre possa ser realizada a curto prazo. Assinamos várias declarações interamericanas nesse sentido, incluindo a declaração de Santiago e a Carta de Punta del Este, bem como o artigo 5 (D) da Carta de Bogotá. Algumas disposições do novo ato institucional, se não aplicadas com moderação, também poderiam levantar questões legítimas de conflito com

o continente. Temendo que a exposição da contradição pudesse prejudicar o governo estadunidense externa e internamente, Gordon era insistente em sugerir ao Secretário de Estado uma declaração que condenasse o AI-2, mas, ao mesmo tempo, mostrasse a confiança tida em Castelo para que a situação não saísse do controle e, consequentemente, o Brasil voltasse ao que ele denominava de normalidade democrática completa. Em razão das sucessivas respostas negativas de Washington, a cruzada de Gordon ultrapassou o mês de outubro e, ainda em novembro, ele estava argumentando sobre a possível declaração. Como pode-se observar:

Main purpose this message is to raise with you once again what seems to me the paradoxical and counter-productive contrast between our public and our private posture on the current Brazilian situation. On the political side, by holding to line that second institutional act is purely domestic political affair, we tend to give impression inside Brazil, in rest of LA, and in US itself that we condone or even applaud what has been done. Meanwhile we are privately taking a contrary line, but to be effective the word has to be quite widely spread¹⁰⁷. ("Comments on Brazilian Legislation" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Na época deste *telegram*¹⁰⁸, a cúpula do Departamento de Estado decidira fazer apenas uma pressão de bastidores no governo brasileiro, atrasando o cronograma de empréstimos previstos para 1966, o que confirmou mais uma vez a insatisfação geral dos Estados Unidos pelo AI-2. Todavia, Gordon salientou a paradoxal situação de publicamente não efetivar nenhuma atitude reativa ao ato e, ao mesmo tempo, tentar resolver a circunstância de uma forma mais reservada. Além disso, foi contra as dificuldades impostas ao Brasil em relação aos empréstimos internacionais, argumentando que isso poderia prejudicar os objetivos econômicos e sociais da diplomacia estadunidense para com o Brasil. Novamente, destacou que um anúncio público era necessário para proteger a imagem do governo tanto domesticamente quanto no resto do continente. Até um esboço de ideia foi preparado para persuadir o Secretário de Estado:

Essence of public line I believe we should be taking is (A) regret that GOB felt it necessary to assume such far-reaching exceptional powers, (B) hope for moderation in their use, (C) hope for maintenance of economic and social program including stabilization, development and reform, and (D) hope for progress to constitutional

Tradução do autor: "O objetivo principal desta mensagem é trazer a você mais uma vez o que me parece o contraste paradoxal e contraproducente entre nossa postura pública e privada na atual situação brasileira. Do lado político, ao manter a linha que o segundo ato institucional é puramente assunto de política doméstica, tendemos a dar a impressão dentro do Brasil, no resto da AL e nos próprios EUA que toleramos ou mesmo aplaudimos o que foi feito. Enquanto isso, estamos adotando uma linha contrária em particular, mas para ser eficaz, a palavra deve ser amplamente divulgada."

¹⁰⁸ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361064/.

normality in early future¹⁰⁹. ("Comments on Brazilian Legislation" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 2).

Como se percebe, a nota sugerida carregava um tom de crítica levíssimo, demonstrava a insatisfação, mas, em paralelo, não negava um apoio público ao então governo do Brasil. Como de praxe, preocupações sobre o desenvolvimento econômico e as reformas sociais marcaram presença na sugestão, evidenciando mais uma vez a força da doutrina de Rostow, citada no segundo capítulo. Para um país ficar completamente livre do comunismo, o desenvolvimento econômico, bem como a manutenção das instituições democráticas, era de vital importância. Isso tudo, claro, de acordo com a doutrina do economista.

Apesar de seus consideráveis esforços, Lincoln Gordon não obteve sucesso na missão de convencer as camadas superiores sobre a necessidade de uma declaração pública sobre o AI-2. Porém, o fracasso em questão não deixa de ser relevante ao apresentar uma situação até aqui inédita sobre como o sistema da diplomacia estadunidense se comportava em situações de discordância entre seus membros. A conduta adotada foi implacável com os níveis mais baixos da hierarquia. Apesar do alto posto de embaixador, Gordon teve sua participação criativa dentro da formatação da diplomacia ofuscada por Washington. Ele até poderia sugerir posturas e condutas, mas fica claro que a palavra final sempre vinha de cima. Ao que parece, pelo menos neste caso, a ele coube principalmente a tarefa de executor da política externa, e ao Departamento de Estado coube a tarefa de formulador. Assim, de forma unilateral e hierárquica, Dean Rusk impôs sua vontade referente ao caso brasileiro. Um depoimento público por parte dos Estados Unidos sobre o AI-2 nunca se concretizou.

Umas das principais preocupações de Gordon, ao pedir pela declaração, era a preservação da imagem do governo estadunidense. Já foi salientado aqui que a atenção doméstica era algo considerado significativo pela diplomacia estadunidense. Existia um cuidado para que o governo não fosse relacionado a regimes autoritários, tudo para não impactar a popularidade dentro do próprio país. Como nos explica o historiador Carlos Fico:

Ora, no contexto da guerra fria e diante da diretriz governamental norte-americana consubstanciada na "Doutrina Mann", homens como Rusk e Gordon deviam se perguntar, a todo momento, quão longe podiam ir, isto é, até que ponto as intervenções

¹⁰⁹ Tradução do autor: "A essência da linha pública que acredito que devemos seguir é (A) lamentar que o governo do Brasil tenha considerado necessário assumir poderes excepcionais de longo alcance, (B) esperança de moderação em seu uso, (C) esperança de manutenção do programa econômico e social incluindo estabilização, desenvolvimento e reforma, e (D) esperança de progresso para a normalidade constitucional no futuro próximo."

em um outro país ou o apoio a medidas repressivas não os colocavam em conflito excessivo com a necessidade de dar satisfações, em algum momento, ao Congresso norte-americano e à opinião pública dos Estados Unidos. (FICO, 2008, p. 136).

Neste universo, os burocratas lotados no Brasil demonstraram preocupação na reação que a imprensa dos Estados Unidos teria ao AI-2, pois ela poderia denunciar o estreito relacionamento que os dois países vinham mantendo desde o golpe, mostrando para a população o apoio dado pelos Estados Unidos a um governo que se tornava cada vez mais arbitrário. Em geral, a reação por parte da sociedade estadunidense ao AI-2 respeitou os moldes da reação ao golpe, ou seja, não houve grandes questionamentos. Conforme nos ensina o professor James Green:

No final de outubro de 1965, dois dias depois que Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 2, que dissolvia os partidos políticos e tornava indiretas as futuras eleições do presidente, vice-presidente e todos os governadores, Wayne Morse, o independente senador democrata pelo estado de Oregon, divulgou a solitária e condenatória declaração para a imprensa mencionada no início deste capítulo. Como um profeta clamando no deserto, Morse denunciou o apoio dos Estados Unidos ao regime militar. As críticas não atraíram a atenção de seus pares e mereceram apenas uma pequena nota de cinco linhas no New York Times. (GREEN, 2009, p. 117).

Não obstante, ainda que a resposta dos estadunidenses ao AI-2 tenha sido tímida, ela existiu. E a sua simples existência incomodava as autoridades. Isso ficou claro quando, já no dia 28 de outubro, o Departamento de Estado formatou um *telegram*¹¹⁰com destino à embaixada no Brasil. O assunto era esperado: a repercussão do ato dentro da imprensa local. Grandes jornais, como por exemplo, o *The New York Times*, *Washington Post*, *Washington Star* e, o *Wall Street Journal*, deram algum nível de repercussão ao caso. Todos no mesmo tom: a medida adotada pelo governo brasileiro era arbitrária, desnecessária e ia de encontro à democracia. Dias mais tarde chegou mais um golpe, em um movimento idêntico. O Departamento de Estado, por meio de outro *telegram*¹¹¹, avisou a embaixada no Brasil sobre mais um caso de repercussão dos eventos envolvendo o AI-2. Ele afirmava que o Jornal *Baltimore Sun*, em uma reportagem feita pelo seu correspondente Nathan Miller, revelou ao público o desentendimento entre a embaixada e o Departamento de Estado sobre a postura adotada perante os acontecimentos. Salientou, ainda, que Washington simplesmente ignorou as sugestões de seu embaixador e que não havia nada que a embaixada pudesse fazer, a não ser respeitar as ordens vindas de cima.

¹¹⁰ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361201/.

¹¹¹ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361057/.

As publicações da mídia faziam parte de todo o pacote de consequências que Lincoln Gordon queria evitar. As reportagens, além de considerarem o AI-2 um retrocesso em ambições democráticas, evidenciavam para toda a sociedade estadunidense o conflito entre seus próprios diplomatas. O receio de Gordon ia muito ao encontro da citação de Carlos Fico empregada neste capítulo. Existia um considerável temor de que a repercussão por meio da imprensa despertasse um movimento social de oposição à política externa praticada pelo governo Johnson, bem como o medo do impacto eleitoral que todo o processo poderia causar. O fato é que os diplomatas dos Estados Unidos sabiam que seu trabalho refletiria de alguma forma na sociedade de seu país, por isso o constante cuidado relativo ao nível de exposição do seu ofício. A crise do AI-2 atingiu um alto grau de complexidade, entre outras razões, porque, embora timidamente, fixou os olhares da imprensa estadunidense no Brasil.

O Ato Institucional Número Dois, e todos os seus desdobramentos ocuparam um proeminente lugar no universo diplomático que englobava os dois países continentais abordados neste trabalho. A certidão de nascimento da ditadura trouxe à luz alguns aspectos importantíssimos para se compreender como os Estados Unidos encaravam o regime brasileiro. Primeiramente, causou desconforto considerável no homem mais relevante da diplomacia estadunidense em solo brasileiro. Gordon, ao ganhar sua principal batalha, em 1964, passara a ter como objetivo a manutenção e a consolidação da ordem imposta pelo primeiro governo do novo regime. Saliento mais uma vez que o primordial objetivo de Gordon ao chegar no Brasil era impedir que o comunismo se propagasse por aqui. Uma vez realizado, ele não teria motivo algum para desejar ou compactuar com um endurecimento do regime. Isso pode justificar, em partes, sua constante preocupação com as instituições brasileiras e com a crescente escalada de pressões da "linha dura". Além disso, dentro da lógica da Guerra Fria, o embaixador estava "exportando" o modelo estadunidense para o Brasil, ou seja, estava de fato preocupado com os níveis democráticos e de desenvolvimento econômico brasileiros. Tudo isso para provar a superioridade do modelo capitalista em relação ao soviético. Vale igualmente destacar que Gordon e o sistema estadunidense jamais encararam o governo Castelo como uma ditadura, pelo contrário, pois foi ele que impediu o avanço da esquerda, preveniu o Brasil de uma possível experiência comunista e se propôs a implementar um projeto de país nos moldes pregados pelos Estados Unidos, fornecendo, inclusive, um apoio incondicional na política externa. Até este ponto, a racionalidade do vínculo entre as partes funcionava perfeitamente. Entretanto, a transformação do regime, exemplificada com o AI-2, causou um desconforto. Dentro sempre da perspectiva estadunidense, o AI-2 ocorreu a contragosto de Castelo e sua equipe. Sua interpretação era a seguinte: ao deslocar os rumos do regime para um caminho mais autoritário,

o ato colocava o projeto do governo Castelo em uma zona de ameaça e, assim, todo o esforço empregado pelo sistema estadunidense até ali seria desperdiçado. Por isso, a clara preocupação por parte de Gordon em despolarizar a situação. Ademais, existia a questão dos possíveis reflexos negativos que todo o contexto poderia causar dentro da própria sociedade estadunidense. Domesticamente, havia a chance de desgaste do governo Johnson, e isso acarreta uma série de questões que toda democracia pode enfrentar, principalmente de cunho eleitoral. E claro, por fim, não se pode esquecer o motor de toda a conjuntura, o grupo que, na perspectiva estadunidense, foi a principal causa da crise: a "linha dura". Subestimados pelo sistema de informação no processo de seu reconhecimento, foi dado aos "duros" o papel de protagonista durante os acontecimentos do final de outubro de 1965. O motivo? Para os Estados Unidos, o AI-2 teria sido uma concessão por parte do governo federal às pressões da "linha dura". Toda a circunstância exemplifica perfeitamente a relação estabelecida entre os "duros" e os Estados Unidos, descrita no capítulo anterior. A "linha dura" era malvista pelos Estados Unidos porque representava um projeto antagônico ao de Castelo, que, por sua vez, era o preferido pelos estadunidenses. Além do mais, a insistente pressão e militância dos "duros" poderia representar um risco ao próprio governo Castelo, direcionando o país a rumos nebulosos. E foi exatamente o que aconteceu com o AI-2. A partir daí, os Estados Unidos teriam de lidar com um cenário distinto do habitual. Pela primeira vez desde o golpe, os rumos do Brasil não os agradaram e a causa disso tudo não perecia estar disposta a recuar. Em suma, os acontecimentos tangentes ao AI-2 serviram para mostrar aos Estados Unidos que o campo político brasileiro ainda estava em aberto e, mais, estava em conflito. Não existiam unanimidades, nem certezas sobre o caminho que o Brasil seguiria.

4.2 A PROMULGAÇÃO DO ATO INSTITUCIONAL NÚMERO CINCO

A data era treze de dezembro de 1968. Já era noite quando Luís Antônio da Gama e Silva, então ministro da justiça do governo Costa e Silva, lia em rede nacional o texto do Ato Institucional nº 5, apresentando-o, assim, para a sociedade brasileira. O AI-5 seria revogado apenas cerca de dez anos mais tarde, e foi responsável por jogar o Brasil em um dos períodos de maior violência política de sua história. Mas o fato não foi considerado uma surpresa entre as pessoas que circulavam entre as altas instâncias do palácio do planalto, lógica que se repetiu igualmente entre os burocratas estadunidenses lotados no Brasil. Desde o começo do governo do marechal Artur da Costa e Silva, em março de 1967, as agitações na caserna estavam a todo

vapor e, da mesma forma, grandes protestos civis eclodiram pelo país afora no ano de 1968. O quadro era de instabilidade e de incertezas. O governo era pressionado por todos os lados. Atento aos fatos ocorridos aqui, o sistema de informação estadunidense sondava importantes personagens da política brasileira da época em busca de dados e, assim como aconteceu com o AI-2, os burocratas estrangeiros já pressentiam a chegada de um novo ato muito antes de dezembro. E para eles, não surpreendentemente, a "linha dura" estava envolvida no caso.

O apoio do movimento de "linha dura" à ascensão de Costa e Silva ao cargo de presidente da república possuía razões manifestas. Primeiramente, seguindo o caminho da massa "revolucionária", os "duros" se uniram em oposição ao governo Castelo Branco. À exceção dos castelistas, nenhum outro grupo apoiava o governo do primeiro presidente da ditadura — Castelo via-se completamento isolado — e os demais setores que apoiaram o golpe de 1964 se uniram em torno do nome de Costa e Silva, na esperança de que um novo líder pudesse estabilizar a situação política e econômica no Brasil. Segundamente, Costa e Silva acenou aos "duros" ao dar algum espaço a eles dentro do governo. O mais conhecido exemplo para a situação se formou na indicação do general Albuquerque Lima, conhecido por seu intenso contato com as fileiras da "linha dura", para o cargo de ministro do interior. Todavia, o "casamento" entre a "linha dura" e Costa e Silva durou pouco, e não tardou para que os primeiros principiassem uma campanha opositora ao presidente. Os órgãos de informação dos Estados Unidos notaram tais movimentos, percebendo como os núcleos de poder se comportavam e, por meio de um documento¹¹², destrincharam as três divisões que existiam dentro do Exército brasileiro no início do ano de 1968, conforme sua interpretação. Uma delas era a conhecida "linha dura", como se pode notar a seguir:

A significant number of Colonels and Majors who are growing increasingly upset and want to do something, but don't know how, about both increasing corruption an lack of economic progress, particularly in wage scales. This group believes corruption is on the increase and is greatly concerned by the trend for the rich to get richer and the poor to get poorer under policies which result in a declining purchasing power for the middle class. This group is led by Col. Amerino Raposo and other "hard-liners". It is divided on only one major issue – that of relations with the United States. Some of the group believe Brazil is still too friendly and accommodating to the United States. The group is entirely united, however, in its belief that corruption in growing, that the economic situation is deficient, and that a different course must be set¹¹³. (Central

Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:808599/.

¹¹³ Tradução do autor: "Um número significativo de coronéis e majores que estão cada vez mais chateados e querem fazer algo, mas não sabem como, tanto sobre o aumento da corrupção quanto sobre a falta de progresso econômico, particularmente nas escalas salariais. Este grupo acredita que a corrupção está aumentando e está muito preocupado com a tendência de os ricos ficarem mais ricos e os pobres ficarem mais pobres com políticas que resultam em um poder de compra em declínio para a classe média. Este grupo é liderado pelo Cel Amerino Raposo e outros "linha-dura". Está dividido em apenas uma questão importante - as relações com os Estados Unidos. Alguns membros do grupo acreditam que o Brasil ainda é muito amigável e complacente com os

Intelligence Agency, "Discontent Within the Brazilian Military over 'Laxness' in the Government" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

Aqui, novamente os Estados Unidos se referiam à "linha dura" de forma homogênea, sem distinção sobre suas diversas faces. Apesar disso, desta vez se conseguiu estruturar uma ligação com a "linha dura" radical dos coronéis. Em primeiro lugar, porque o documento data do ano de 1968, ou seja, é posterior ao processo de homogeneização que o grupo sofreu pela interpretação dos Estados Unidos e, consequentemente, é posterior ao reconhecimento da vertente derradeira da "linha dura". Já foi destacado aqui neste trabalho o assunto, mas não é desnecessário lembrar que, depois do final do ano de 1967, a "linha dura" radical dos coronéis se tornou a vertente dominante dentro do movimento, sendo a única a atuar até o crepúsculo do regime. O segundo elemento associativo aos radicais é a citação ao coronel Amerino Raposo, destacado radical que teve seu nome conectado à "linha dura" radical inúmeras vezes pelo sistema de informação dos Estados Unidos.

Bom, ao contrário do caso envolvendo o AI-2, na crise do AI-5 facilmente se consegue identificar qual vertente da "linha dura" atuou no processo. As demandas e os motivos apontados pelo sistema estadunidense para justificar a atuação dela no cenário político brasileiro não fogem dos assuntos conhecidos pela pesquisa. A questão da corrupção marcou presença, bem como as preocupações com a situação da economia nacional. Por mais que, segundo os estadunidenses, os "duros" não soubessem o que efetivamente fazer, eles não estavam satisfeitos com o governo Costa e Silva e, assim, o Brasil deveria rumar para outros caminhos, tanto no campo político quanto no campo econômico. Também percebe-se a atenção dada a como os "duros" encaravam os Estados Unidos. Os estadunidenses sabiam da aversão a eles e, se tal grupo conseguisse algum destaque, as relações entre os dois países poderiam sofrer maiores modificações. Aliás, o ambiente diplomático entre os dois países sofrera uma enorme transformação com a posse do novo presidente, como explica Paulo Fagundes Vizentini:

Assim, as relações exteriores do governo Costa e Silva representaram uma ruptura profunda em relação ao governo anterior, contrariando frontalmente Washington. A Diplomacia da Prosperidade do chanceler Magalhães Pinto, enquanto política externa voltada à autonomia e ao desenvolvimento, assemelhava-se muito a PEI, embora sem fazer referência à reforma social. (VIZENTINI, 2004, p. 78).

Estados Unidos. O grupo está inteiramente unido, porém, em sua crença de que a corrupção está crescendo, que a situação econômica é deficiente, e que um curso diferente deve ser traçado."

Se o governo Castelo montou uma estrutura de política externa perfeita para os Estados Unidos, pondo em prática um apoio incondicional à superpotência capitalista, o governo seguinte estava disposto a desmantelar toda a estrutura construída por Gordon e Castelo Branco. Os Estados Unidos não mais teriam no Brasil um perene aliado. Além do mais, o projeto econômico e social do governo Castelo Branco, considerado até então pelos estadunidenses como o ideal, foi aos poucos sendo desmantelado. Costa e Silva empregou na economia, sob a liderança de Delfim Netto¹¹⁴, um modelo desenvolvimentista, que ampliava de maneira considerável os gastos públicos e tinha no Estado o motor que fazia a economia girar. Algo bem distinto da política econômica de Roberto Campos e Otávio Bulhões. No âmbito diplomático, o Brasil buscou um certo grau de autonomia, deu uma maior ênfase na cooperação com países terceiro-mundistas e privilegiou o desenvolvimento do país com bases endógenas, preterindo, deste modo, a ajuda externa.

Desta maneira, os Estados Unidos encontram uma conjuntura brasileira muito mais árdua em comparação com as situações anteriores. Antes, os Estados Unidos tinham no governo federal um aliado valioso, que estava disposto a implementar um projeto simpático aos estadunidenses, possuía um canal de comunicação aberto e operante com os Estados Unidos e era adepto da moderação, não compactuando com radicalismos. Além disso, sempre segundo a perspectiva estadunidense, a "linha dura" compunha um movimento que não dispunha de reverberações dentro do governo. Ou seja, a "linha dura" não passava de um distante horizonte de possibilidade, tendo a desconfiança dos homens que até então ocupavam o poder. E, principalmente, durante a presidência de Castelo Branco, os Estados Unidos construíram uma interpretação totalmente conflituosa entre a "linha dura" e o governo federal. Há indícios suficientes para afirmar que, segundo a perspectiva estadunidense, o governo Castelo Branco adotara uma postura impeditiva para com as pretensões da "linha dura". É bem verdade que esta postura impeditiva algumas vezes foi ineficiente ao barrar os "duros", como no caso do AI-2, mas, mesmo assim, ela existia. Tanto é que, de acordo com os Estados Unidos, Castelo Branco promulgou o ato quase de forma imposta, uma verdadeira concessão à "linha dura". Já o governo Costa e Silva impôs uma dinâmica totalmente diferente. Primeiro, em sua escala para a presidência, ele englobou a "linha dura" dentro de sua esfera de aliados. Uma vez no poder, concedeu certo espaço para os "duros" dentro do Estado brasileiro. Não existia mais o vínculo conflituoso de outrora. Além disso, os Estados Unidos sabiam que o segundo governo da ditadura não nutriria a mesma afinidade aos seus ideais da mesma maneira que o primeiro fez.

Antônio Delfim Netto (1928). Foi o ministro da fazenda do Brasil entre os anos de 1967 e 1974. Período que abrange os governos de Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici.

Qualquer negociação diplomática seria agora muito mais penosa para ambos os lados. Assim, o governo brasileiro perdeu sua distinção de opositor à "linha dura" para ser considerado um possível reverberador da mesma. E, ainda, não se pode deixar de citar que a grande ponte entre as duas nações havia partido do Brasil. Lincoln Gordon, por diversas razões, que incluem desencontros com o próprio Costa e Silva, havia deixado o cargo de embaixador estadunidense no Brasil em fevereiro de 1966. Desta forma, um cenário completamente favorável, com um governo aliado e com os radicais controlados, agora tomava uma posição contrária. O Brasil de Costa e Silva poderia contestar diretrizes estadunidenses nos mais variados assuntos, e os "duros" estavam mais fortes e ativos do que nunca.

À medida que o ano ia passando, a crescente instabilidade política no Brasil preocupava cada vez mais as autoridades dos Estados Unidos. Como é amplamente sabido, o ano de 1968 foi extremante turbulento para o mundo inteiro. Na época, os fracassos da ditadura referentes ao ambiente socioeconômico desencadearam uma série de protestos que desafiaram e desestabilizaram a posição do governo federal. Houve uma série de rusgas com o movimento estudantil, o movimento operário, e até com setores que foram aliados outrora, como a imprensa e a classe política, que pressionavam o governo de forma ríspida e contundente. Naquele momento, o governo Costa e Silva era desafiado tanto à esquerda quanto à direita. Na perspectiva estadunidense, todo este cenário contribuía para a fragilidade do regime e abria espaço para radicalizações. Como nota-se no seguinte fragmento proveniente de um *airgram*¹¹⁵ de abril de 1968:

If Brazil were to enter into a period of extended serious unrest, or were to fall under the domination of elements hostile to the U.S., the security of the western hemisphere would be jeopardized. The greatest threat to Brazil comes not from the potential of any subversive elements, but from the fragility of the country's political structure, the slowness of economic and social changes, and the ability of subversive elements to capitalize on these factors¹¹⁶. ("Country Analysis and Strategy Paper (CASP) - Brazil" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 04).

Para chegar ao ponto de estruturar tal análise, sem sombra de dúvidas os Estados Unidos possuíam um bom panorama da situação doméstica brasileira. Existia também um interessante

¹¹⁵ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:337808/.

Tradução do autor: "Se o Brasil entrasse em um período de grande agitação prolongada, ou caísse sob o domínio de elementos hostis aos EUA, a segurança do hemisfério ocidental estaria comprometida. A maior ameaça ao Brasil não vem do potencial de quaisquer elementos subversivos, mas da fragilidade da estrutura política do país, da lentidão das mudanças econômicas e sociais e da capacidade dos elementos subversivos de capitalizar sobre esses fatores."

raciocínio feito no documento, é o que estabelecia um robusto elo entre os grupos que estavam no controle de Brasília e na segurança do hemisfério. Era uma demonstração clara da importância dada pelos estadunidenses ao papel exercido pelo Brasil como potência regional. O país servia como um sentinela na América do Sul, então, mantê-lo em sua zona de influência era fundamental para os interesses dos Estados Unidos. Configurando-se assim, como mais uma razão para alimentar a preocupação vinda do Norte para com a situação de instabilidade aqui desenvolvida na época.

Outra característica do governo Costa e Silva que não passou despercebida pelos olhares dos burocratas estadunidenses foi sua constante militarização. São amplamente conhecidos os setores que respaldaram o golpe junto com os militares, mas, em 1968, alguns destes antigos aliados não mais endossavam as fileiras governistas. E, em certos casos, deslocaram-se à oposição. Com o passar do tempo, as Forças Armadas, como instituição, tornavam-se o baluarte do regime. E a partir de 1968, sustentavam-no quase que exclusivamente. Para os estadunidenses, esse isolamento deixava o governo mais suscetível às ambições da "linha dura", com percebe-se no extrato a seguir:

The president's lack of a strong civilian political base has had two important effects: it has made him more susceptible to hard-line military pressures, although in any case he would be highly receptive to views that command a military consensus; and it has created a vacuum into which Brazil's perennial oppositionist, Carlos Lacerda, has moved with considerable impact¹¹⁷. ("Country Analysis and Strategy Paper (CASP) - Brazil" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 05).

A lógica era simples e direta: ao se tornarem cada vez mais soberanas dentro do regime, as Forças Armadas iam tirando poder de outros setores, assim, a instituição como um todo ganhava mais poder em diversas instâncias e, por consequência, os "duros" também ganhavam mais força, pois, obviamente, igualmente faziam parte das forças militares. Além do mais, sempre na perspectiva estadunidense, todo este processo, ao dar mais supremacia aos militares, criou um certo antagonismo entre eles e os demais setores da sociedade brasileira que os apoiaram em 1964, justamente pelo fato de as Forças Armadas concentrarem cada vez mais as decisões mais importantes do governo, gerando um sistema excludente a todos os outros grupos envolvidos.

Brasil, Carlos Lacerda, se mudou com considerável impacto."

Tradução do autor: "A falta de uma base política civil forte para o presidente teve dois efeitos importantes: tornou-o mais suscetível às pressões militares de linha dura, embora, em qualquer caso, ele fosse altamente receptivo a opiniões que comandam um consenso militar; e criou um vácuo em que o oposicionista perene do

Deste modo se apresentava o quadro político brasileiro nos meses que antecederam a promulgação do AI-5, segundo os órgãos de informação dos Estados Unidos. Instabilidade e incerteza eram as palavras que melhor descreviam a realidade. Com um governo que praticava uma diplomacia completamente diferente em comparação ao antecessor, os Estados Unidos tiveram que reorganizar sua estratégia. A falta de coerência dos grupos dominantes, a constante militarização do regime e, consequentemente, o aumento de poder da "linha dura" colaram o Brasil na beira de uma crise, sempre segundo os estadunidenses. Eles sabiam que o principal país da América do Sul passaria por uma severa turbulência. As possibilidades de que o resultado desta crise fosse desfavorável aos interesses dos Estados Unidos eram assustadoramente reais. E para completar, a "linha dura" se configurava como um importante ator dentro do palco da política brasileira do místico ano de 1968.

A realidade brasileira não sofreu visíveis alterações durante o decorrer do ano de 1968. O governo não conseguiu impor medidas estabilizantes, a sociedade continuou agitada e as Forças Armadas cada vez mais centralizavam as relações de poder dentro do Estado brasileiro. A situação chegou a tal ponto que a ebulição tornou-se previsível e chegou com o discurso do então deputado federal Márcio Moreira Alves¹¹⁸ na tribuna do Congresso Nacional. O teor da fala era duro, direto e ríspido com os militares. Não se faz como objetivo aqui descrever todo o processo que a fala do deputado desencadeou, mas é importante salientar que, após o fato, os setores militares exigiram que a classe política tomasse severas providências para punir o congressista. Diante da recusa dos políticos, a crise estava formada. A relação entre políticos e militares, que por sinal já estava extremamente desgastada, conhecia ali o seu pior momento. Os estadunidenses notaram que as Forças Armadas brasileiras se fechavam cada vez mais, e assim, principiaram a articulação de mais uma medida autoritária, como percebe-se a seguir:

Yesterday Costa e Silva took extraordinary step of summoning three service ministers and foreign minister to Brasilia. At military function last night speculation was rife among brazilian generals, but none able to shed much light on president's motives. During past two days there considerable talk of institutional act, and convocation of military ministers could mean president intends to follow through on his statement saturday with tough measures¹¹⁹. ("Marcio Moreira Alves Case" (1968). Opening the

Márcio Moreira Alves (1936-2009). Foi deputado federal pelo estado da Guanabara entre os anos de 1967 e

^{1968.} Ficou nacionalmente conhecido pelo discurso que serviu como estopim para a promulgação do AI-5. Após sua cassação, foi ao exílio e se tornou um dos principais denunciantes da ditadura brasileira no estrangeiro.

119 Tradução do autor: "Ontem Costa e Silva tomou providência extraordinária ao convocar três ministros ativos e o chanceler a Brasília. Na função militar de ontem à noite, a especulação era abundante entre os generais brasileiros, mas nenhum foi capaz de lançar muita luz sobre os motivos do presidente. Nos últimos dois dias, houve uma conversa considerável sobre atos institucionais e a convocação de ministros militares pode significar que o presidente pretende seguir com sua declaração de sábado com medidas duras."

Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

A fala do deputado Moreira Alves foi apenas um pretexto que explodiu um barril abarrotado de pólvora. Segundo os Estados Unidos, a maneira com que as relações de poder se comportaram no Brasil durante 1968 indicavam que, quase inevitavelmente, haveria uma inflexão no regime. O país não suportaria tais condições de conflito por muito tempo. E todo este encadeamento desabrochou-se na noite do dia 13 de dezembro daquele ano, com a promulgação do ato mais rígido da ditadura militar brasileira.

As origens e as motivações do AI-5, conforme a perspectiva dos Estados Unidos, diferem razoavelmente sobre a análise dos mesmos sobre o AI-2. A participação da "linha dura" nos eventos igualmente se modificou. No primeiro dos dois atos, a avaliação era taxativa ao afirmar que o ocorrido havia sido uma concessão à "linha dura", isto é, existia ali um protagonismo do grupo perante os acontecimentos que culminaram no AI-2. Para os Estados Unidos, as pressões dos "duros" por mais repressão sobre corruptos e subversivos, em companhia com determinadas reivindicações no campo da economia, foram os fatores fundamentais para a elaboração do ato institucional do dia 27 de outubro de 1965. Agora, já na questão do AI-5, o papel exercido pelos "duros" pareceu ter sido mais comedido. E o elemento que justifica isso é a união militar. Voltando novamente ao caso do AI-2, nele, fica evidente, pela perspectiva estadunidense, que existia uma divisão dentro do próprio Exército brasileiro. De um lado, Castelo e seus aliados e, do outro, a "linha dura". No caso do AI-5, a interpretação dos Estados Unidos seguiu um caminho diferente. Para eles, o ato mais famoso da ditadura brasileira foi promulgado por uma unidade no campo militar, formada justamente para resistir à compressão dos outros setores da sociedade brasileira que passaram a pressionar o regime, como a classe política, por exemplo. Tal pressão estaria minando os "valores de 1964" e deturpando, assim, os reais motivos da "revolução". Os estadunidenses entenderam que os militares usaram do ato para salvar o seu próprio movimento e, deste modo, dar continuidade ao projeto almejado por eles, que se iniciou com o golpe. A "linha dura" era mais um grupo que, em escala ampliada, formava as fileiras das Forças Armadas brasileiras. Portanto, endossou a união militar em direção a um caminho mais autoritário, garantindo assim a sobrevivência do regime dos generais. Logo, na visão dos burocratas estadunidenses, a "linha dura" não era a responsável direta pelo AI-5, mas sim toda a congregação das Forças Armadas brasileiras. Porém, isso não quer dizer, de forma alguma, que, sempre na perspectiva estadunidense, os "duros" não gozaram de participação no processo ou que não se aproveitaram da situação para colocar seus planos em prática. Como percebe-se pelo seguinte recorte:

Institutional act response to congressional refusal try Moreira Alves case served as opportunity military hard lines settle accounts in wide number of areas, many of which completely unrelated Alves case. Thus, lifting habeas corpus largely aimed at student agitators; suspension life tenure aimed primarily at two Goulart, two Kubitschek (including new chief justice) and one Castelo Branco supreme court appointees¹²⁰. ("Forwarding of Brasilia Telegram 3255" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Os indícios mostram que, apesar de não se configurarem como principais responsáveis pela eclosão do ato, a "linha dura" aproveitou-se da situação e, assim, garantiu que algumas de suas antigas demandas fossem postas em prática. Isso decorreu, na perspectiva estadunidense, pela intensa militarização do regime, como indica no seguinte excerto:

Govt action has now stripped away remaining significant civilian political support leaving only army as effective basis of power. President, who liked to act as broker between army and political factions, reduced to virtual prisoner of a united army. His failure speak last night might have been caused by physical reasons or desire disassociate himself from act, but in effect symbolized his lack of leadership¹²¹. ("Forwarding of Brasilia Telegram 3255" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Por conseguinte, após o AI-5, os Estados Unidos cravavam a supremacia das Forças Armadas perante o regime. Esta posição materializa-se em um grande passo, pois nos primórdios da ditadura, ao tentar justificar a natureza do governo brasileiro, os burocratas aqui lotados sempre faziam alusão ao funcionamento das instituições brasileiras, bem como à unidade da sociedade brasileira em relação ao golpe, salientando a participação popular, da classe política, da igreja e dos empresários. Esta justificativa perderia dinamismo com a própria interpretação do AI-5 por parte dos estadunidenses. A partir daquele momento, os militares

121 Tradução do autor: "A ação do governo agora eliminou o apoio político civil significativo remanescente, deixando apenas o exército como base efetiva de poder. O presidente, que gostava de atuar como intermediário entre o exército e as facções políticas, foi reduzido a um virtual prisioneiro de um exército unido. Seu fracasso em falar na noite passada pode ter sido causado por razões físicas ou desejo de se dissociar do ato, mas na verdade simbolizava sua falta de liderança."

¹²⁰ Tradução do autor: "A resposta do ato institucional ao indeferimento por parte do congresso ao julgamento do caso Moreira Alves serviu de oportunidade para a linha dura militar e acertar contas em diversas áreas, muitas das quais totalmente alheias ao caso Alves. Assim, a remoção do habeas corpus voltado principalmente para agitadores estudantis; suspensão vitalícia destinada principalmente a dois Goulart, dois Kubitschek (incluindo o novo presidente da Suprema Corte) e um representante da Suprema Corte de Castelo Branco."

reinavam soberanos. Cabe ressaltar que o julgamento dos órgãos de informação dos Estados Unidos foi, neste caso, preciso, corroborando com a pesquisa de destacados historiadores brasileiros, como, por exemplo, Rodrigado Patto Sá Motta:

Em suma, após o fatídico 13 de dezembro de 1968 a ditadura se tornou mais militar, mais autoritária, e reduziu o espaço para a atuação de aliados civis, embora estes continuassem presentes, só que agora em posição ainda mais subalterna. O partido oficial, a Arena, tornou-se menos relevante nos assuntos do governo, que tratou com desdém os seus quadros políticos ao ponto de escolher técnicos e lideranças jovens para cargos de responsabilidade. (MOTTA, 2018, p. 196).

Ao entender o AI-5 como o início da fase mais militarizada da ditadura brasileira, os Estados Unidos mudaram a visão sobre os aspectos mais importantes de todo este imbróglio. Desde o golpe, nenhuma avaliação feita pelos burocratas estrangeiros encarava o regime que o Brasil vivia como sendo ditatorial. O processo do golpe foi encarado com naturalidade e a participação de vertentes variadas da sociedade brasileira forneceu uma ilusória sensação de legalidade. Mesmo com o AI-2, o sistema, representado por Lincoln Gordon, não cravou que o Brasil teria se tornado uma ditadura. Apesar de todas as ressalvas feitas pelo então embaixador. Contudo, o AI-5 se tornou o ponto de inflexão sobre como os Estados Unidos encaravam o caráter do governo brasileiro. A militarização do regime e, consequentemente, a centralização do poder nas mãos dos militares, desencadeou uma força plenamente ditatorial. As evidências são claras ao indicarem que a vinda do AI-5 fez com que os Estados Unidos finalmente encarassem o regime brasileiro como uma ditadura pura, ampla e liderada pelas Forças Armadas. Como nota-se pelo trecho:

Brazil's mini-democracy became a full-fledged military dictatorship on December 13 when President Costa e Silva yield to Army pressures and reluctantly signed Institutional Act No. 5. The Act, which automatically plunged the Congress into an indefinite recess, subordinates legislative and judicial powers to presidential decree ¹²². ("Brazil: Requiem for Democracy" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Além do mais, pode-se enfatizar outro aspecto importantíssimo da interpretação dos Estados Unidos sobre a essência do regime brasileiro. É recorrente nos documentos a afirmação

Tradução do autor: "A mini democracia brasileira tornou-se uma ditadura militar de pleno direito em 13 de dezembro, quando o presidente Costa e Silva cedeu às pressões do Exército e relutantemente assinou o Ato Institucional nº 5. A lei, que automaticamente mergulhou o Congresso em um recesso indefinido, subordina os poderes legislativo e judicial ao decreto presidencial."

de que Costa e Silva teria sucumbido às pressões das Forças Armadas como um todo ao promulgar o AI-5. Fora algo quase que contra sua vontade, feito para salvar sua posição na presidência. Com o ato, tornara-se um refém da corporação e, com isso, os estadunidenses não personificaram a ditadura, pois não havia a imagem de líder, idolatrado e amado pelos governados, como no modelo clássico do fascismo ou no caso da ditadura do Estado Novo. Aliás, pelo contrário, o indivíduo que ocupava o cargo que, ao menos deveria, ser o mais importante da nação, foi considerado um mero cativo, prisioneiro das Forças Armadas. Isto é, o Brasil não se caracterizava como uma ditadura militar clássica, mas sim como uma ditadura dos militares, uma ditadura da instituição. O verdadeiro motor do regime eram as Forças Armadas brasileiras, com suas discordâncias e discrepâncias internas. Era de lá que vinham as decisões e ideias que definiam os rumos que o Brasil tomaria em todos os seus aspectos. O presidente não detinha autonomia para fazer o que bem entendesse com as diretrizes políticas brasileiras. Ele era um mero delegado da "revolução" e, portanto, a primeira regra primordial que ele deveria seguir para continuar ativo no jogo era escutar e obedecer aos anseios da caserna, com suas inúmeras ramificações.

Na esteira deste pensamento, a "linha dura" ganhou um papel de destaque nunca antes concebido pelo sistema de informação estadunidense. Ora, se após o AI-5, com o afastamento de outros grupos dominantes do círculo de poder e, consequentemente, o início da soberania das Forças Armadas dentro do regime, é quase que natural imaginar que os Estados Unidos atribuíram um maior grau de influência a todos os militares, inclusive à "linha dura". Os "duros" aproveitaram a onda militarista que atingiu o governo e eles, também como também membros da caserna, tiveram seu poder de alcance maximizado pelo AI-5. Sua voz agora encontrava ressonância em diversos níveis do Estado brasileiro. Logo, pode-se afirmar que, segundo a perspectiva estadunidense, o poder e a influência da "linha dura" atingiram o ápice com a vinda do ato do dia 13 de dezembro de 1968. Com ele, os "duros" estavam preparados para exercer cada vez mais pressão no executivo, sempre no intuito de satisfazer suas demandas, tornando, assim, o regime cada vez mais autoritário. Exemplos desta dinâmica estão presentes nos documentos estadunidenses, como percebe-se no seguinte trecho:

The political ground rules under discussion seem to represent a search for a formula by which the executive is insured against opposition, obstruction or even criticism while vestiges of tripartite government and popular participation are retained. These may be incompatible goals in theory, but to moderate forces they perhaps seem the best possible compromise with any possibility of enduring hard-line pressure over the long term. A number of congressmen have commented "any Congress is better than

none at all" in this connection¹²³. ("Status of Political Reforms" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 03).

Ao que tudo indica, o peso dado à "linha dura" pelos estadunidenses foi tamanho que eles se tornaram peças fundamentais na negociação da volta do Congresso Nacional, o qual se encontrava fechado desde a promulgação do AI-5. Pode-se também apontar a preponderância concedida aos "duros" nas discussões sobre as ondas repressoras:

It was recognized that the government had done dubious and reprehensive things since December 13, 1968 such as arbitrary arrest, capricious cassations and overt and behind the scenes press censorship, but there was widespread hope that the punitive phase of AI-5 was ending. Unfortunately, however, it now seems that punishments are not only to continue but that the government is becoming more severe. Much of the blame must fall on Justice Minister Gama e Silva, who is generally thought to be unbalanced, and the hardline military radicals who agree with him and support him¹²⁴. ("Foreign Office Officials on IA-5 and its Impact on Foreign Affairs" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Como observa-se, o movimento de "linha dura", segundo os Estados Unidos da América, ao atingirem o cume de sua força e prestígio político, influenciaram alguns dos mais importantes acontecimentos da ditadura dali por diante, como, por exemplo, a abertura do Congresso Nacional e as ondas de repressão a opositores. Logo, mais uma vez um cenário inconveniente aos Estados Unidos se confirmou. A "linha dura" estava mais forte do que nunca, o Brasil havia se tornado uma ditadura plena, as relações entre os dois países se deterioravam cada vez mais e, internamente, o governo se complicava com a equação que tinha como variáveis a sociedade estadunidense, o congresso e a necessidade de explicar as ligações com uma ditadura.

A propósito, não se pode encerrar o tópico sobre o AI-5 sem discorrer sobre a reação doméstica dos Estados Unidos. Assim como seu governo, a sociedade estadunidense em geral

¹²³ Tradução do autor: As regras políticas básicas em discussão parecem representar a busca de uma fórmula pela qual o executivo esteja seguro contra oposição, obstrução ou mesmo crítica, enquanto se retém vestígios de governo tripartite e de participação popular. Esses objetivos podem ser incompatíveis em teoria, mas para forças moderadas eles talvez pareçam o melhor compromisso possível com qualquer possibilidade de suportar a pressão da linha dura no longo prazo. Vários congressistas comentaram que "qualquer Congresso é melhor do que nenhum" neste contexto."

¹²⁴ Tradução do autor: "Foi reconhecido que o governo tinha feito coisas duvidosas e repreensivas desde 13 de dezembro de 1968, como prisão arbitrária, cassações caprichosas, censura aberta à imprensa, e também nos bastidores, mas havia esperança generalizada de que a fase punitiva do AI-5 estivesse terminando. Infelizmente, porém, agora parece que as punições não devem apenas continuar, mas que o governo está se tornando mais severo. Grande parte da culpa deve recair sobre o Ministro da Justiça Gama e Silva, que geralmente é considerado desequilibrado, e os militares radicais da linha-dura que concordam com ele e o apoiam."

passou a encarar o Brasil como uma ditadura após o AI-5. E isso incluía grupos que demandavam certa atenção por parte do corpo diplomático, como por exemplo, a imprensa. Ainda sobre o tema, James Green comenta que:

Até o final de dezembro de 1968, os principais órgãos de imprensa dos Estados Unidos raramente caracterizavam o governo do Brasil como ditadura militar e tampouco dirigiam comentários editoriais desfavoráveis ao regime. Após o AI-5, entretanto, o governo de Costa e Silva passou a ser fortemente criticado nas páginas editoriais dos principais jornais do país. (GREEN, 2009, p. 146).

Lembrando que a blindagem ao governo federal foi umas das principais bandeiras de Lincoln Gordon na crise do AI-2. O embaixador temia que a imagem do governo Johnson fosse arranhada devido à associação com o Brasil. Se o primeiro dos dois atos aqui trabalhados não causou grandes alvoroços, tranquilizando assim Gordon, o mesmo não aconteceu com o segundo. O AI-5 foi amplamente noticiado em terras estadunidenses, dando origem, assim, a um movimento social contestador da formatação da política externa de seu país. Este, por sua vez, agora sim causaria uma série de problemas para o executivo. Foi pelo medo do impacto que a publicitação dos expressivos vínculos nutridos desde os primórdios da ditadura brasileira que fez os Estados Unidos discordarem veementemente do AI-5. Além, claro, de todas as razões referentes à questão da volta à normalidade democrática já explicitadas na crise do AI-2. Não é incorreto afirmar que estes elementos se repetiram com os eventos do AI-5. Dando uma ideia geral neste sentido, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta afirma:

Outro aliado de primeira hora no golpe de 1964 a discordar do AI-5 foi o governo norte-americano. Aliás, o AI-5 foi um marco nas relações entre a ditadura e os Estados Unidos, cujos representantes no Brasil foram instruídos a aumentarem o diálogo com forças de oposição. A opinião majoritária entre os representantes norte-americanos foi contrária ao AI-5, considerado um lance perigoso e arriscado. Em documento interno do Departamento de Estado, o Secretário Dean Rusk mostrou-se desiludido e preocupado. O desacordo decorria de razões ideológicas, mas, principalmente, de cálculos pragmáticos. A nova situação geraria péssima publicidade nos Estados Unidos e na Europa, criando obstáculos à manutenção de boas relações entre os dois países. (MOTTA, 2018, p. 202).

O medo da reação interna e o receio dos obstáculos formados pela promulgação do novo ato fizeram com que o governo dos Estados Unidos agisse com extrema cautela no que dizia respeito aos assuntos econômicos e diplomáticos que envolviam o Brasil. Qualquer movimento equivocado poderia desgastar ainda mais os estadunidenses. Por isso, passos em falso não seriam tolerados. Verifica-se o alto grau de ponderação na seguinte passagem:

So far, the Brazilian government has not disputed our posture on aid. The Finance Minister hopes we will soon release \$50 million from the 1968 program loan – an installment due in December for which Brazil's self-help performance fully qualifies. However, we are holding up this release until the political picture clears somewhat, in part in anticipation of strong negative reactions from the Congress, should we release quickly. Unless Costa e Silva presses for the money – which de has not done to date, Secretary Rusk believes we should hold this important decision for the next Administration¹²⁵. (Rostow, W. W. (Walt Whitman), 1916-2003, "Brazil" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Mais uma vez a questão dos empréstimos assumiu uma posição de destaque nas crises. Tal postura não acontecia por acaso, pois era a principal maneira dos Estados Unidos exercerem sua coerção a países do terceiro mundo, usando seu colossal poderio econômico. Além do mais, era evidente a preocupação dos burocratas com o cenário político brasileiro. Eles não queriam de maneira alguma se envolver em negociações que mais tarde poderiam acarretar problemas. O congresso dos Estados Unidos, agora, prestava muito mais atenção à diplomacia praticada com o Brasil devido à exposição causada pela imprensa e pelo trabalho de movimentos sociais, que não hesitaram em procurar políticos progressistas para denunciar os abusos aqui cometidos. Era preferível deixar a decisão para a próxima administração, que marcaria a volta dos republicanos ao poder depois de oito anos de hegemonia democrata.

Para a administração de Richard Nixon¹²⁶, ficou não só a matéria do empréstimo internacional, mas também o desafio maior de reformular toda a política externa empregada para com o Brasil. Estavam em jogo todos os elementos que envolviam os dois países: a necessidade de dar satisfações à sociedade e ao congresso, o dano que o envolvimento com uma ditadura poderia causar ao governo e a importância do Brasil como potência regional. Tudo isso, é claro, abraçado pela lógica da Guerra Fria. Com todos estes componentes na mesa, Nixon decidiu pelo o que o historiador Carlos Fico chamou de "apoio seletivo". Ele descreve:

A partir do AI-5, o governo norte-americano teria de compatibilizar duas demandas: de um lado, a necessidade de marcar posição contra a repressão patrocinada pela ditadura militar, em função das reações negativas que um apoio explícito poderia

¹²⁵ Tradução do autor: "Até o momento, o governo brasileiro não contestou nossa postura em relação à ajuda. O Ministro das Finanças espera que em breve liberemos \$ 50 milhões do empréstimo do programa de 1968 - uma parcela com vencimento em dezembro para a qual o desempenho de autoajuda do Brasil se qualifica totalmente. No entanto, estamos atrasando esta divulgação até que o quadro político se clareie um pouco, em parte em antecipação a fortes reações negativas do Congresso, caso a divulguemos rapidamente. A menos que Costa e Silva pressione pelo dinheiro - o que não fez até agora, o secretário Rusk acredita que devemos tomar essa importante decisão para o próximo governo."

Richard Milhous Nixon (1913-1994). Republicano, foi o 37º presidente os Estados Unidos da América, entre os anos de 1969 e 1974.

suscitar no Congresso e na opinião pública e, de outro, a decisão de apoiar negócios americanos no Brasil do "milagre econômico", cuja performance chegaria a surpreender ao atingir altas taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB). (FICO, 2008, p. 209).

Os Estados Unidos da América, por motivos aqui já explicitados, não poderiam simplesmente ignorar a onda de repressão que uma ditadura plena causaria. Ao mesmo tempo, era inviável cortar conexões com a maior economia da América do Sul. Além do mais, o Brasil possuía um governo extremamente anticomunista e, somando isso ao seu papel de líder regional, o resultado desta conta se estrutura em uma nação que poderia servir como uma importante aliada na luta contra a expansão comunista no continente. O que de fato viria a acontecer no caso chileno, em 1973. Em vista disso, o governo Nixon decidiu conviver com a ditadura, mas, ao mesmo tempo, tomar uma distância segura para ele e seu governo.

Em suma, a crise originada pela promulgação do AI-5 se tornou o mais alto choque de desilusão às expectativas estadunidenses. Estes, ao apoiarem o golpe, esperavam que os militares realizassem uma "limpeza" no Brasil. Caçassem as forças de esquerda e, ao final do processo, devolvessem as rédeas do poder à elite civil brasileira. O fato é que praticamente ninguém esperava que o golpe de 1964 se tornasse uma ditadura que duraria longos 21 anos, e os estadunidenses também partilhavam desta ideia. Suas pretensões foram minadas gradativamente, até que, em dezembro de 1968, com a vinda do AI-5, o cenário conheceu o auge de sua degradação. O ato, segundo os estadunidenses, foi uma resposta da instituição das Forças Armadas brasileiras às pressões impostas a eles pelos demais setores da sociedade. Ele militarizou o regime, iniciando o reinado solo dos militares. Por consequência, deu mais poderes à caserna, ou seja, também deu mais poder à "linha dura". O AI-5 deu aos "duros" um alcance de influência inédito na história do movimento. Eles estavam prontos para interferir em questões cruciais do regime. Ao mesmo tempo, em sua realidade doméstica, os Estados Unidos se preocupavam com a repercussão que a intensa associação com uma ditadura poderia causar. Hesitavam em dar continuidade a programas de ajuda financeira, e qualquer outra decisão que interviesse na relação entre os dois países. Na missão de contornar a situação, Nixon reestruturou a diplomacia estadunidense para com o Brasil com o objetivo de preservar ao máximo sua imagem e, simultaneamente, manter um nível de relação amistosa com a principal nação latino-americana. O AI-5 transformou as diretrizes diplomáticas dos Estados Unidos para com o Brasil e, com certeza, não em um sentido os que burocratas de Washington desejariam.

4.3 O CASO DE SÍLVIO FROTA

Desde a promulgação do AI-5 e, por conseguinte, a entrada da ditadura em seu período mais violento, a "linha dura", ao que parece, tinha acalmado sua militância. Os relatos estadunidenses sobre o grupo durante os chamados "anos de chumbo" são escassos e simplistas. A explicação talvez esteja no fato de que, durante esse tempo, os "duros" viram algumas de suas demandas atendidas pelo governo federal. A repressão conheceu os maiores níveis de toda a ditadura militar. Foi também durante esta fase que se concentrou o maior número de casos conhecidos de tortura do regime. Por outro lado, a economia estatista, capitaneada por Delfim Neto, era vista com simpatia pelos coronéis radicais. Desta maneira, com seus anseios, pelo menos em parte, atendidos, não havia motivo para que os "duros" continuassem sua atuação de maneira agressiva. Durante o intervalo de tempo que abrange o final do governo Costa e Silva até o fim do governo Médici, pode-se afirmar que a "linha dura", sempre pela perspectiva estadunidense, conheceu seu período menos alvoroçado. Mas sua conduta passou por uma grande transformação com a ascensão de Ernesto Beckmann Geisel à presidência da república. Parte dos "duros" já alimentava uma antipatia ao quarto general ocupante do cargo mais alto do executivo brasileiro, isso porque Geisel era considerado um castelista durante os primeiros anos do regime. Após o declínio de seu grupo, ele passou pelo Superior Tribunal Militar e, mais tarde, presidiu a Petrobras. Na época, além de ser um general de quatro estrelas, — fator que por si só já colocaria seu nome como possível candidato à sucessão presidencial — também dispunha de um importante cabo eleitoral, o seu irmão, Orlando Geisel. Orlando foi o ministro do Exército durante o governo Médici, e é creditado a ele o papel de principal articulador da escalada de seu irmão mais novo à presidência. Com as credenciais certas e a ajuda de Orlando, Geisel — o Ernesto —, precisou apenas de um voto para se eleger presidente da República Federativa do Brasil: o de Emílio Garrastazu Médici. Uma vez presidente, Geisel deixou claro, pela sua política da abertura, que iniciaria o processo de desmantelamento da ditadura, um desmantelamento lento, gradual e seguro, mas, ainda sim, um desmantelamento.

A partir do momento em que o presidente anunciou sua intenção de esfacelar a ditadura, ele despertou ainda mais a ira da "linha dura". Paranoicos ao extremo, não achavam que o país estava pronto para uma experiência democrática, devido principalmente à eterna e dissimulada ameaça comunista. Supondo que um novo antagonismo entre os "duros" e o presidente pudesse emergir, os Estados Unidos, por meio de suas agências diplomáticas, procuraram entender melhor como se daria a dinâmica entre o palácio e o movimento de "linha dura". Ágeis, no dia

da posse de Geisel — 15 de março de 1974 —, o sistema gerou um documento¹²⁷, proveniente de uma conversa com o coronel Hélio Ibiapina Lima, um famoso radical, sobre suas concepções a respeito do novo governo. Nele, o então adido militar estadunidense no Brasil, Arthur S. Moura, afirmava:

IBIAPINA began by predicting a dramatic increase in subversive terrorism and propaganda in the years ahead. He said that GEN (ret) GOLBERY do Couto e Silva would be largely responsible for this predicted return of political instability because of his (GOLBERY's) "dangerous ideas about engaging in a "dialogue" (i. e., an opening) with the politicians, the Catholic Church, and other heretofore quiet voices in the political arena¹²⁸. ("A Hardline Colonel Sees Danger Ahead" (1974). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

Ao buscar informações com um dos mais destacados radicais da época, os Estados Unidos estavam tentando supor qual seria a lógica adotada pela "linha dura" perante o governo Geisel. A inaugural característica deste período veio em uma mensagem clara: a aversão ao então Ministro-chefe do Gabinete Civil do Brasil, o general Golbery do Couto e Silva. Golbery, assim como Geisel, tinha sido um significativo castelista no início do regime. Com a queda de sua vertente, não ocupou mais postos no governo, tendo trabalhado na iniciativa privada durante os anos de chumbo. Com a chegada de seu antigo companheiro à presidência, em 1974, Golbery foi convidado para assumir a Casa Civil. O general era conhecido por ser um importante ideólogo de dentro do Exército e membro do grupo de circundava a Escola Superior de Guerra, sendo um dos seus principais intelectuais. É justamente este o principal quesito que pesou na sua escolha por Geisel. Golbery foi um dos principais arquitetos da política de abertura, sendo fundamental em sua gênese e também execução. Daí a origem do ódio da "linha dura" por sua pessoa. No mesmo documento, o adido militar complementou:

"Hardline" archetype IBIAPINA's comments regarding GOLBERY's "dialogue" (i.e., seeking to soften the regime's hard position vis-à-vis the Catholic Church's liberal-minded hierarchy and the old politicians) confirm his continuingly inflexible stance regarding the manner in which the 1964 Revolution should meet its goals. He is still subversion-tormented and doesn't trust the old politicians, nor the soundness of GEISEL's apparent decision to begin to liberalize the regime at this point in time¹²⁹.

¹²⁷ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:721307/.

¹²⁸ Tradução do autor: "O IBIAPINA começou prevendo um aumento dramático no terrorismo subversivo e na propaganda nos próximos anos. Ele disse que o general (aposentado) GOLBERY do Couto e Silva seria o grande responsável por esse retorno previsto da instabilidade política por causa de suas (GOLBERY) 'ideias perigosas sobre se engajar em um diálogo' (isto é, uma abertura) com os políticos, os Igreja Católica e outras vozes até agora caladas na arena política."

¹²⁹ Tradução do autor: "Os comentários do arquétipo 'linha-dura' de IBIAPINA sobre o 'diálogo' de GOLBERY (isto é, buscando suavizar a posição dura do regime vis-à-vis a hierarquia liberal da Igreja Católica e os velhos

("A Hardline Colonel Sees Danger Ahead" (1974). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 04).

Deste modo, já nos primórdios do governo Geisel, por meio do coronel Ibiapina, os Estados Unidos realizaram o reconhecimento do que seria a principal bandeira da "linha dura" na reta final da ditadura militar brasileira: o combate à abertura. Logo, lutar contra a abertura foi algo análogo a lutar contra dois de seus principais articuladores, que, por sua vez, se personificaram nas figuras de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. É bem verdade que a fixação dos "duros" pelo último era maior em comparação ao então presidente. Os Estados Unidos obviamente, continuaram sua busca por mais dados, referentes à nova postura que a "linha dura" adotara já desde o começo do governo do quarto general presidente. Seria ingenuidade pensar que o sistema de informação estadunidense pautaria suas conclusões com base nas concepções de apenas um indivíduo. A título de exemplo, em agosto de 1974, Arthur S. Moura teve contato com mais um coronel do Exército brasileiro, um "linha dura", que trabalhava no SNI. O militar teve seu nome preservado, mas, mesmo assim, a conversa entre as partes resultou em um reporte¹³⁰, que mais uma vez identificou a notável antipatia a Golbery, como nota-se a seguir:

Without any attempt at subtlety, source said that Gen. Golbery, Chief of the President's Civilian Household, has gone soft since his days as head of the National Intelligence Services under President Castelo Branco. The Colonel said that GOLBERY now was more concerned with BRAZIL's image abroad than with the security realities at home. Source than went on to say that GOLBERY is forever badgering the security establishment for information upon which to base replies to telegrams from "Amnesty International" (Moura, Arthur S., "Army Colonel Says that 'Amnesty International' Bothers Geisel Administration" (1974). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

No caso, o coronel funcionário do SNI reclamava ao adido militar estrangeiro sobre a atenção que o então chefe da Casa Civil dava às reclamações da Anistia Internacional. Portanto,

políticos) confirmam sua postura continuamente inflexível em relação à maneira com que a revolução de 1964 deveria cumprir seus objetivos. Ele ainda está atormentado pela subversão e não confia nos velhos políticos, nem na solidez da aparente decisão de GEISEL de começar a liberalizar o regime neste momento."

¹³⁰ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:721238/.

Tradução do autor: "Sem qualquer tentativa de sutileza, a fonte disse que o general Golbery, chefe da Casa Civil do Presidente, amoleceu desde seus dias como chefe dos Serviços de Inteligência Nacional no governo do presidente Castelo Branco. O Coronel disse que GOLBERY agora está mais preocupado com a imagem do BRASIL no exterior do que com a realidade da segurança em casa. A fonte continuou dizendo que GOLBERY está sempre importunando o estabelecimento de segurança em busca de informações para basear suas respostas aos telegramas da 'Anistia Internacional'."

foi por uma série de análises de depoimentos, consultas e observações do comportamento dos próprios militares que os Estados Unidos chegaram à interpretação de que um conflito entre os "duros" e o palácio era iminente. E o motivo maior era claro: a política de abertura.

Entretanto, os estadunidenses ainda não haviam identificado um possível líder maior do movimento, alguém que levasse as insatisfações da "linha dura" às instâncias superiores ou até mesmo alguém que circulasse entre a elite burocrática brasileira e que, ao mesmo tempo, incorporasse a mensagem dos "duros", como alguns anos atrás fizera o general Albuquerque Lima. Durante o primeiro ano do governo Geisel, os Estados Unidos enxergaram a "linha dura" de forma isolada, presa nas mãos de seus coronéis, que não possuíam meios necessários para efetivar uma pressão real no governo federal. Até então, o diagnóstico era de que o palácio estava completamente blindado a intervenções alheias. Todavia, em 1975, segundo os estadunidenses, a "linha dura" conseguiu cooptar o seu canal em direção ao círculo superior. O papel coube ao então ministro do Exército, o general Sílvio Couto Coelho da Frota. Sílvio Frota não foi a escolha natural de Geisel para ocupar o posto de ministro, porém, com a morte precoce do então titular da pasta, o general Paulo Dale Coutinho, Frota foi nomeado para um dos cargos mais importantes da racionalidade da ditadura militar brasileira. Frota, como ministro, não estava disposto a acatar as ordens de Geisel, pois queria a independência do Exército e não sua subordinação ao executivo. Para ele, a instituição militar era o cerne do regime, e não o palácio, por isso, o Exército deveria participar ativamente das decisões do governo, em todas as instâncias. Na esteira deste pensamento, Maud Chirio afirma que: "Na realidade, Frota comporta-se como chefe e representante da força militar terrestre junto ao poder. Afirma fazer valer os direitos do Exército, principalmente políticos, e não impor a este vontades e decisões presidenciais." (CHIRIO, 2012, p. 199). Em virtude da característica imperial do governo Geisel, impositivo aos outros setores, uma zona conflituosa foi formada entre os dois veteranos. Quando tomou a atitude de gerar oposição ao presidente, Frota, na perspectiva estadunidense, decidiu procurar apoio para sua empreitada:

Army Minister Sylvio Frota the military's top conservative and one of its most influential leaders, apparently is seeking support for a confrontation with President Geisel designed to change the tenor of domestic and foreign policy. He has ordered army intelligence to prepare an assessment of specific government policies, highlighting what military conservatives view as their negative effects¹³². ("Hardliner Confrontation with President Possible" (1975). Opening the Archives: Documenting

¹³² Tradução do autor: "O ministro do Exército, Sylvio Frota, o mais conservador militar e um de seus líderes mais influentes, aparentemente está buscando apoio para um confronto com o presidente Geisel com o objetivo de mudar o teor da política interna e externa. Ele ordenou que a inteligência do exército preparasse uma avaliação de políticas governamentais específicas, destacando o que os conservadores militares veem como seus efeitos negativos."

U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

O ministro do Exército deixava claro que não acataria comandos vindos do palácio de forma passiva. Frota discordava da política de Geisel e, como líder do Exército, sentia-se no direito de intervir quando necessário. Além disso, era publicamente contrário à política de abertura de Geisel e Golbery. Portanto, de um lado, tínhamos um movimento carente de um representante maior e, de outro, um general buscando apoio para construir um polo de oposição ao presidente. Havia, na interpretação estadunidense, um encontro perfeito. Frota, ao que tudo indica, ao incorporar a "linha dura" em suas fileiras apoiadoras, levou consigo vestígios claros do movimento, com um objetivo evidente de barrar a abertura. Então, segundo a perspectiva estadunidense, pode-se afirmar que, durante todo o seu período como ministro, Sílvio Frota se configurou como o mais importante aliado da "linha dura". Ambos não queriam a volta à democracia e tinham na eterna ameaça comunista o argumento para tal.

Naquela altura, com mais de um ano de governo Geisel, os "duros" já praticavam uma militância mais que aberta contra o presidente e seu projeto. A situação se intensificou com as eleições gerais de 1974, quando o MDB conseguiu resultados expressivos em cima da ARENA. O resultado assustou os "duros", que não hesitaram em mostrar ainda mais sua insatisfação, como nos evidencia o extrato a seguir:

Hardline disaffection, spurred by the political opposition's significant gains in the November elections, has become increasingly manifest since that time. It covers what the military conservatives view as growing communist menace posed by Communist Party connections to the opposition. It also focuses on the danger envisioned to internal security represented by increasingly vocal opposition party challenges to government policy. The hardliners are also set against any further relaxation of traditionally tight political restrains. Rumored plans by the administration to lessen the local authority of military security organs is also viewed by the group as endangering the country and their own position¹³³. ("Hardliner Confrontation with President Possible" (1975). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 01).

se opõe a qualquer relaxamento adicional das restrições políticas tradicionalmente rígidas. Os rumores de planos do governo para diminuir a autoridade local dos órgãos de segurança militar também são vistos pelo grupo como uma ameaça ao país e à sua própria posição."

¹³³ Tradução do autor: "O descontentamento da linha dura, estimulado pelos ganhos significativos da oposição política nas eleições de novembro, tornou-se cada vez mais evidente desde aquela época. Ele cobre o que os conservadores militares veem como uma ameaça comunista crescente representada pelas conexões do Partido Comunista com a oposição. Também se concentra no perigo previsto para a segurança interna, representado pelos desafios cada vez mais expressivos do partido da oposição à política governamental. A linha dura também se opõe a qualquer relavamento adicional das restrições políticas tradicionalmente rígidas. Os rumores de

A aliança entre Frota e a "linha dura" havia sido formada e suas vísceras estavam expostas. Possuíam em comum a paranoia comunista, as raízes ditatoriais, a eterna repressão e o desprezo do projeto Geisel. Aliás, foi essa série de combinações que permitiu o pacto. Assim, o cenário estava montado no quebra-cabeça estadunidense. De um lado, um presidente que desejava impor o desmanche do regime e, do outro, um poderoso ministro que desejava fazer com que a instituição do Exército seguisse dando os rumos do governo e, portanto, não aceitava os mandos e desmandos do chefe do executivo. Nesta briga, a "linha dura" escolheu o lado que lhe era mais amigável. Isto é, o lado que privilegiava a manutenção da ditadura. Deste modo se formou o panorama do governo Geisel referente ao papel dos "duros", segundo os estadunidenses.

A situação se manteve conflituosa por um bom lapso de tempo. Mas, a cada dia que passava, era nítido, para ambas as partes, que Geisel e Frota eram elementos que não poderiam mais coexistir. Frota chegou a um nível tão alto de contestação que deixou o quadro insustentável, visto que queria de qualquer maneira ressaltar o papel ativo do Exército, como comenta Elio Gaspari:

A essa altura, o general Hugo Abreu sabia (mas não contara ao presidente) que Frota expusera a dois interlocutores, um no Rio e outro em Brasília, a tese de que o Exército não aceitaria nem ficar à margem dos acontecimentos, nem que a hierarquia fosse ultrapassada. O Exército, acreditava Frota, era ele. (GASPARI, 2014b, p. 465).

Um deles retirou-se. Em uma demonstração clara de poder, Geisel demitiu o Ministro do Exército no dia 12 de outubro de 1977. Em uma manobra totalmente calculada para prevenir eventuais equívocos, Geisel obteve sucesso em consolidar seu poder e, novamente, o caráter imperial de seu governo veio à tona. Frota até tentou, em um último esforço desesperado, angariar apoio para permanecer no cargo, mas tudo foi em vão. Os Estados Unidos acompanharam a crise de perto e comentaram a carta escrita por Frota no dia de sua demissão:

He then blasts the GEISEL Administration for being weak in Revolutionary fervor, for distorting and abandoning the Revolution's objectives, and cites as some examples the recognition of Red China; the abstention in the OAS re the matter of readmitting CUBA to that body; the anti-Zionist vote in the U.N., and the recent creation in Paris of a Brazilian Socialist magazine for distribution in BRAZIL¹³⁴. (de Amusategui, J. O., "Frota's Dismissal - The Reasons and Response" (1977). Opening the Archives:

¹³⁴ Tradução do autor: "Ele então critica a Administração GEISEL por ser fraca no fervor revolucionário, por distorcer e abandonar os objetivos da Revolução, e cita como alguns exemplos o reconhecimento da China Vermelha; a abstenção na OEA quanto à readmissão de CUBA a esse órgão; o voto antissionista na ONU, e a recente criação em Paris de uma revista socialista brasileira para distribuição no BRASIL."

Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02).

Os argumentos de Frota, girando em torno do reconhecimento da China comunista, da abstenção que favoreceu Cuba e da criação da uma revista na França, expuseram a aproximação do militar com a "linha dura", visto que o comunismo internacional era assunto sempre presente no imaginário do grupo. Também percebe-se como Frota, assim como os "duros", tentou aproximar as imagens de Geisel e Golbery ao esquerdismo. Na narrativa construída pelo militar, ambos estavam traindo os ideais dos "revolucionários" de 1964 e levando a "revolução" para rumos duvidosos. A carta não deixou de ser uma derradeira tentativa de sobrevivência. Por ela empenhou-se a inflar as fileiras da caserna. Alguma possibilidade de êxito foi sondada pelos estadunidenses, como nota-se pelo seguinte excerto: "The weeks ahead will reveal whether FROTA throws "his hat" into the political ring as standard bearer of the zealots, the hardliners, and the anti-GEISEL anti-FIGUEIREDO groups 135." (de Amusategui, J. O., "Frota's Dismissal - The Reasons and Response" (1977). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 02). Ainda que o movimento desolado do general tenha gerado alguma expectativa por parte dos estadunidenses, ao tentar aglutinar os vários setores opositores ao presidente, a batalha já estava perdida. Geisel continuava enérgico no seu projeto de distensão, eliminando seus adversários um por um, e Sílvio Frota não escapou deste padrão. E mais, ao derrotar seu principal rival, Geisel também deu o golpe final na "linha dura". Os "duros" tinham na figura do ministro do Exército a esperança de impedir os planos de Geisel e, assim, recolocar o Brasil nos trilhos de seu modelo ideal de ditadura. A derrota de Frota foi igualmente a derrota da "linha dura". A configuração da lógica da "linha dura" durante o governo de Ernesto Geisel, segundo a ótica estadunidense, estava agora esfacelada. O movimento, mais uma vez, ficou sem nenhum contato com membros do alto escalão militar brasileiro, e assim sendo, seu poder de ação estava prejudicado.

Após o caso de Sílvio Frota, não há mais registros significativos dos movimentos da "linha dura" dentro do acervo de documentos dos Estados Unidos. Claro que se deve conhecer as limitações impostas ao trabalho pela singularidade das fontes, mas isso não impede que o historiador realize suposições. Primeiro, o tom com que os burocratas estadunidenses usavam para lidar com o caso Frota dava um ar de esgotamento da "linha dura", e, segundamente, o

¹³⁵ Tradução do autor: "As próximas semanas irão revelar se FROTA jogará "seu chapéu" no ringue político como porta-estandarte dos fanáticos, da linha dura e dos grupos anti-GEISEL anti-FIGUEIREDO."

teor dos documentos estadunidenses posteriores ao caso transmitem a impressão de uma desestruturação da "linha dura". O movimento é pouco citado e, quando referenciado, evoca as atividades passadas do grupo, nunca de movimentos contemporâneos à fonte. Alguns elementos indicam que, conforme a perspectiva estadunidense, Geisel, ao exonerar Sílvio Frota do cargo de ministro do Exército, também deu o golpe final na "linha dura". O movimento, ao tentar impedir o projeto de abertura, foi atropelado pelo jeito monárquico de governar do descendente de alemães nascido na serra gaúcha.

4.4 A ÚLTIMA VIGÍLIA

O epílogo do vínculo entre o governo dos Estados Unidos da América e a "linha dura" das Forças Armadas do Brasil ocorreu no ano de 1979, mais precisamente no mês de abril. Geisel ganhara todas e sua última vitória foi impor o nome de seu sucessor: o general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Figueiredo assumiu a presidência da República Federativa do Brasil no dia 15 de março de 1979, portanto, foi em sua gestão a última citação feita pelos órgãos de informação estadunidenses sobre a "linha dura". Não é coincidência o fato de o documento ter sido cunhado logo no início do governo Figueiredo, pois ele aborda um tema sensível e característico deste período da gestão: a formação do Alto Comando do Exército. Pela sua experiência com o regime brasileiro, os estadunidenses sabiam que a estrutura deste órgão era fundamental para a ditadura e que seu funcionamento, por vezes harmonioso, por vezes nem tanto, influenciava a dinâmica do regime. Sendo assim, o então adido militar dos Estados Unidos em terras brasileiras, o coronel John H. Billings, supervisionou e aprovou um Intelligence Information Report¹³⁶, que continha a intenção de dissecar os membros da mais importante entidade do Exército brasileiro para as autoridades estadunidenses. Ali, foram sondados sobre a lealdade que os membros nutriam pelo presidente, o nível de confiança que Figueiredo depositava neles, a motivação política de cada um e o papel de cada um nas estruturas de poder. Após uma longa e detalhada avaliação de cada indivíduo, o reporte chegou à conclusão de que este seria o Alto Comando menos motivado politicamente. Além disso, os generais ali analisados, segundo a visão estadunidense, eram extremamente fiéis ao presidente, então, seguiriam suas ordens tranquilamente, não causariam problemas internos ao último presidente da ditadura militar e, eram todos conservadores com credenciais revolucionárias. Por

¹³⁶ Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:721350/.

fim, na matéria que mais interessa ao presente trabalho, o militar oriundo dos Estados Unidos fez a seguinte observação:

To conclude, the High Command appears to be pretty much in FIGUEIREDO's camp, vis-à-vis the redemocratization, accepting this as necessary. Moreover, not-withstanding the radical/military past of some, e. g., BANDEIRA, it would be very difficult for any one with hardlining or predatory tendencies to successfully advocate arbitrary/drastic solutions to domestic problems, given the changing mood of the public, plus the absence of an AI-5 to provide legal cover¹³⁷. ("The New Army High Command" (1979). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library, p. 08).

O diagnóstico era claro e direto: não havia dentro do Alto Comando do Exército possíveis refletores da dinâmica de "linha dura". Um novo Albuquerque Lima ou um novo Sílvio Frota não seriam possíveis com a formatação analisada. Não obstante, tendências de "linha dura" seriam improváveis devido ao comportamento da população, que àquela altura dava claros sinais de insatisfação à ditadura, e também pela ausência do AI-5. Ao que tudo indica, a decisão de Geisel de revogar o AI-5 juntamente com o fim de seu mandato foi fundamental para o declínio dos "duros". Ora, segundo os próprios estadunidenses, foi o ato de dezembro de 1968 que, devido ao seu caráter, possibilitou à "linha dura" conhecer o zênite de sua atuação. Contudo, sem a força despótica dele, o movimento perdera muito de sua potência, ficando vulnerável e debilitado. Os indícios nos levam a crer que, pela perspectiva estadunidense, ao desarmar o último mensageiro dos "duros" e sacar de cena a sua fonte de seu poder, Geisel se caracterizou como o verdadeiro algoz da "linha dura". Assim se pavimentou o caminho para o próximo governo. Logo, os Estados Unidos não previram obstáculos para Figueiredo e a redemocratização trilhava um caminho sem volta. E a "linha dura", desarticulada, sem força e sem líder, nada poderia fazer. A última batalha fora perdida. A derrota na guerra, uma realidade.

¹³⁷ Tradução do autor: "Para finalizar, o Alto Comando parece estar praticamente no campo de FIGUEIREDO, em direção a redemocratização, aceitando isso como necessário. Além disso, não obstante o passado radical / militar de alguns, e. g., BANDEIRA, seria muito difícil para qualquer pessoa com tendências de linha dura ou predatórias defender com sucesso soluções arbitrárias / drásticas para problemas domésticos, dada a mudança de humor do público, além da ausência de um AI-5 para fornecer cobertura legal."

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem verdade que a América Latina como um todo nunca se fez presente de forma permanente dentro dos interesses do primeiro escalão da política externa dos Estados Unidos da América durante os momentos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Salvo em alguns períodos de tempo específicos, como, por exemplo, o golpe de 1964 no Brasil e o golpe de 1973 no Chile, a atenção da diplomacia estadunidense estava voltada para a Guerra Fria e todos os desdobramentos vindos dela, como a reconstrução do velho continente e a Guerra do Vietnã. Contudo, como se percebe, o período do reconhecimento e da interpretação da "linha dura" se configurou como uma fase de maior atenção dos Estados Unidos para com o Brasil. Era inadmissível, na perspectiva estadunidense, que o maior país da América Latina se descolasse da sua zona de influência. Medidas foram tomadas para auxiliar os golpistas brasileiros caso o governo Jango oferecesse alguma resistência, o que não ocorreu. Vencida mais uma batalha na Guerra Fria, o cenário posterior ao golpe se materializou como praticamente ideal para os Estados Unidos. Além do golpe afastar qualquer possibilidade de uma ascensão da esquerda em terras brasileiras, o governo brasileiro do presidente Castelo Branco conferiu uma política de apoio incondicional à superpotência capitalista. E mais, Castelo e sua equipe estavam dispostos a aplicar um projeto de país que agradava, e muito, os estadunidenses, com uma modernização do capitalismo brasileiro baseada no combate à inflação, reforma agrária e uma desestatização geral da economia. Todavia, nem todos os setores que compunham o grosso da massa golpista consentiam com tal proposta. A "linha dura", com todas as suas facetas, engrossava as fileiras daqueles que faziam oposição ao governo do primeiro marechal presidente da ditadura militar brasileira.

Claro que, no início do regime, os burocratas estadunidenses ainda não detinham uma interpretação formada sobre o movimento de "linha dura". A relação de antipatia foi construída à medida em que se foi levantando informações sobre os grupos. Com a ajuda do aparelho burocrático, os extratores de informação, que se configuravam nos cônsules, vice-cônsules, adido militar, o embaixador, entre outros, rumaram para uma busca de dados minuciosa, que permitiu à diplomacia dos Estados Unidos construir uma análise robusta sobre o que o movimento de "linha dura" representava para eles. E para tal missão, usaram como fontes jornais da época, políticos brasileiros e até mesmo os próprios militares tupiniquins. Desta equação, que reunia extratores e fontes, saiu a interpretação dos burocratas estadunidenses sobre o movimento da "linha dura" das Forças Armadas do Brasil durante a ditadura militar brasileira.

O primeiro sobressalto veio já nos diagnósticos iniciais sobre os "duros", feitos pelos funcionários estadunidenses e suas agências. Não existia um movimento homogêneo e unificado, pelo contrário, os estadunidenses identificaram vários gêneros de "linha dura", que, em geral, não detinham diálogo entre si. Eram eles: a "linha dura" civil e militar dos primeiros momentos, o jornal O Estado de São Paulo, a Lider e a "linha dura" radical dos coronéis. Cada um destes grupos possuía demandas, origens, quadros e potencial de ação diferentes. Outro aspecto importante para se ressaltar é que os Estados Unidos não comprimiram o movimento de "linha dura" a círculos militares, pois por eles foi identificada uma intensa e pulsante presença de elementos civis no cenário, principalmente na "linha dura" civil dos primeiros momentos e no periódico O Estado de São Paulo. As demais vertentes foram classificadas como majoritariamente ou exclusivamente militares. Além disso, por serem fragmentadas, não possuírem projeto sólido e, em muitos casos, sequer dispor de uma figura capaz de se sobressair em suas fileiras como um líder, o movimento como um todo foi interpretado como não sendo uma ameaça real ao governo de Castelo Branco. De acordo com os Estados Unidos, eles não detinham meios para influenciar diretamente as decisões tomadas no palácio. Como já afirmado, o que caracterizou o grupo nos primeiros anos do regime foi sua marcante pluralidade, entretanto, sempre segundo os estadunidenses, existiam algumas poucas semelhanças entre as vertentes de "linha dura". A primeira era o nome em comum, já que todos se autodenominavam como "linha dura". A segunda era a ferrenha aversão ao governo Jango, bem como a participação no golpe para derrubá-lo. E a terceira e última se materializava na oposição ao governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

A conjuntura sobre os diferentes grupos mudou apenas em 1967, quando o movimento sofreu, na visão estadunidense, um processo de homogeneização. Com a ascensão de Costa e Silva à presidência da república, alguns grupos se calaram, outros pararam sua militância por entenderem que o segundo presidente da ditadura atendia suas demandas, mas um grupo de coronéis radicais provenientes da "linha dura" militar dos primeiros momentos continuou sua luta por um regime mais autoritário. Os coronéis foram os únicos a prosseguirem com a ideia de "linha dura" durante os outros governos da ditadura, por esta razão, ganharam a alcunha de radicais. Uma grande heterogeneidade, marcada por diferenças notáveis entre os grupos, transformou-se em uma só vertente. No período que vai de aproximadamente metade do ano de 1967 até o crepúsculo da ditadura, toda vez em que os Estados Unidos se referiram sobre a "linha dura", eles estariam apontando sobre os coronéis radicais.

Juntamente com o processo que identificou os grupos que formavam as fileiras do movimento de "linha dura", os burocratas estadunidenses igualmente reconheceram as

demandas que tais grupos carregavam. E assim como no caso da classificação dos grupos, as demandas eram plurais e possuíam um peso diferente dependendo da vertente. Duas foram as principais: a crítica à política econômica do primeiro governo militar e a aclamação por uma maior repressão a subversivos e corruptos. Referente à economia, grande parte dos "duros" pregava um virulento nacionalismo econômico e era contra a política de ajuste fiscal de Roberto Campos. Aliás, o ministro do planejamento se tornou um dos principais alvos das críticas da "linha dura". O pintavam como "entreguista", incapaz de resolver os problemas sociais do Brasil. Por outro lado, Campos representava para os Estados Unidos a figura de um fiador de um projeto visto de forma afável pelos estadunidenses. Diversas foram as vezes que os burocratas elogiaram Campos e sua equipe, bem como o modelo econômico que pregavam. Ao que parece, este era exatamente o plano almejado pelos Estados Unidos da América para o Brasil no momento posterior ao golpe. Naquele momento, o governo Castelo estava modernizando o capitalismo brasileiro, adequando-o aos moldes desejados pela superpotência capitalista. Porém, é crucial ressaltar que nenhuma demanda foi capaz de unificar o movimento como um todo. O jornal O Estado de São Paulo, por exemplo, era simpático às reformas econômicas da época.

A caça a corruptos e subversivos materializou-se na segunda demanda encontrada pelo sistema estadunidense. Uma violenta onda repressiva que atingisse os "inimigos da revolução" era pretendida pela "linha dura". Conforme o movimento, Castelo estaria impedindo que os militares realizassem uma profunda limpeza no Estado brasileiro. Neste caso, os IPMs obtiveram protagonismo dentro da interpretação estrangeira, pois era por meio deles que parte da "linha dura" tentava impor suas vontades. Uma disputa entre o presidente e os chefes dos inquéritos se formou e, com a torcida estadunidense, Castelo, na visão dos estrangeiros, teria gasto uma energia considerável em seus esforços para suprimir o poder dos IPMs ou, pelo menos, afastar os coronéis da liderança do processo. A exceção em relação à demanda, desta vez, ficou por conta da face civil da "linha dura" dos primeiros momentos. Formada majoritariamente por grandes proprietários rurais, estes, dentro da perspectiva estadunidense, estavam preocupados apenas com os lucros da venda de café, afetados pela diretriz econômica do primeiro governo da ditadura militar brasileira.

Já neste ponto, percebe-se que os Estados Unidos estavam embutindo um sentimento de aversão à "linha dura" em sua interpretação. Em toda a análise, Castelo e seu governo eram elogiados, ao passo que os "duros" eram sempre encarados de forma negativa e pejorativa. A ideia amadureceu e, com a vinda do AI-2, nota-se ela pronta. A origem da antipatia pela "linha dura" tem raiz na ameaça que o grupo representava ao projeto de Castelo Branco. O governo

do marechal era visto como ideal pelos Estados Unidos e a "linha dura", com sua agenda autoritária e nacionalista, materializava-se como um entrave para o prosseguimento da política encabeçada por Castelo e Campos. Lincoln Gordon e os demais funcionários estadunidenses lotados aqui tentaram passar a imagem de um governo que tinha tudo para dar certo, mas que contava com uma oposição turbulenta, que poderia movimentar-se no sentido de impedir que o governo Castelo funcionasse. Ao que tudo indica, Gordon e seus conterrâneos eram ferrenhos castelistas. Ao impor mais medidas repressivas e empurrar o Brasil cada vez mais para um caminho ditatorial, na visão dos estadunidenses, o AI-2 se configurou como uma vitória da "linha dura", sendo resultado das pressões dos grupos. Ao mesmo tempo, os burocratas foram rápidos em retirar do presidente a culpa pelo novo ato, ele fora um agente passivo e o fato teve os "duros" como protagonistas. Foi também durante a crise do AI-2 que se evidenciou o desconforto por parte dos estadunidenses sobre o endurecimento do regime. Grandes nomes, como Gordon e Dean Rusk, deixaram claro que não era do interesse estadunidense uma ditadura plena em terras brasileiras. E isso reforçou ainda mais o antagonismo com a "linha dura".

Já durante os eventos do AI-5, a "linha dura", agora mais unificada em torno dos coronéis radicais, garantiu seu máximo poder de alcance e influência. O ato mais repressivo da ditadura militar brasileira deu à "linha dura" uma força inédita. É verdade que o grupo não recebeu um protagonismo nos eventos que desencadearam o AI-5 como haviam recebido no caso do AI-2. O primeiro, segundo os Estados Unidos, foi resultado de uma reivindicação das Forças Armadas como um todo, não apenas de um grupo específico. Outra questão importante foi a força dada aos "duros" neste período. A vigência do ato mais repressivo da ditadura militar brasileira foi o período em que a "linha dura" gozou de maior força dentro do regime. Munido de tal potência, o movimento tentou barrar a política de abertura patrocinada por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Para isso, apostou na figura do controverso ministro do Exército, Sílvio Frota. Em uma disputa de poder que ocorreu exclusivamente por parte das Forças Armadas, Geisel saiu vitorioso. O presidente, nascido no interior do Rio Grande do Sul, reestabeleceu a autoridade do presidente da república sobre o Exército Brasileiro, algo que não ocorria desde o golpe de 1964. Ademais, Geisel, ao revogar o AI-5, arrancou da "linha dura" a sua principal arma, deixando-os sem artifícios para sua atuação. Em seguida, no último governo da ditadura, o de Figueiredo, o diagnóstico dos estadunidenses era enfático: dizia que o Alto-Comando do Exército era fiel ao presidente e que não existia ninguém lá que pudesse servir como um vetor às demandas dos "duros", portanto, o caminho estava livre para o último presidente militar. Mais uma vez saliento, na perspectiva estadunidense, ao revogar o AI-5, Geisel desestruturou completamente a "linha dura", desferindo o golpe fatal.

Por fim, os estudos que envolvem a relação entre Brasil e os Estados Unidos da América devem passar por uma grande renovação nos próximos anos. As fontes disponibilizadas em arquivos digitais contribuem de forma enfática para isso, bem como a desclassificação de documentos, que ocorre de forma periódica. Estes elementos permitem que se trabalhe de uma melhor forma sobre a diplomacia estadunidense quanto à América Latina. É necessário abandonar um estigma construído por historiadores brasileiros nos anos de 1970 e 1980, que encarava a diplomacia do Norte de maneira taxativa, sendo extremamente imperialista, focada apenas no desenvolvimento interno, tirana, que desprezava qualquer respeito a democracias estrangeiras. É uma visão praticamente maniqueísta, entre um país que ativamente abusava de soberanias mais frágeis e países de terceiro mundo que eram absurdamente suscetíveis a políticas vindas do exterior. Claro que a política externa dos Estados Unidos trabalha para o interesse do país, mas isso não implica que se modulem todas a variáveis da diplomacia em uma mesma direção sempre. Os contatos diplomáticos sempre devem levar em conta as conjunturas, a barganha de cada país, suas intenções e desejos. A contribuição deste trabalho é evidenciar justamente que, por vezes, os arquitetos da política externa estadunidense não desejavam uma ditadura plena no Brasil, incomodavam-se com demonstrações de autoritarismo por parte da "linha dura", não compactuavam com o endurecimento do regime e se preocupavam com o nível da democracia do país. Todavia, quando sentiam sua soberania ameaçada — como ocorreu no golpe de 1964 —, não hesitavam em apoiar e financiar golpes. Esta dualidade compõe o cerne da política externa dos Estados Unidos em relação ao Brasil. Com cada vez mais fontes disponíveis sobre o assunto, e com uma análise que fuja do estigma que caracterizou a diplomacia dos Estados Unidos, com certeza virão mais estudos profícuos sobre a matéria nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. A. M. **Brasil Estados Unidos**: A Rivalidade Emergente 1955–1980. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira 3.ed., 2011.
- CARVALHO, J. M. d. Forças Armadas e a política no Brasil. São Paulo: Todavia, 2019.
- CASTRO, C. **O Espírito Militar**: Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- CASTRO, C. A invenção do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CHIRIO, M. Cuando los militares hacen política: la "elección" presidencial de 1969 en Brasil. *In*: BOHOSLAVKY, E. et al. (orgs.). **Problemas de Historia Reciente del Cono Sur.** 1. ed. Buenos Aires: UNGS-UNSAM, 2009.
- CHIRIO, M. A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- DROSDOFF, D. **Linha dura no Brasil**: o governo Médici, 1969–1974. São Paulo: Global, 1986.
- FERREIRA, J. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In*: DELGADO, L. d. A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). **O Brasil republicano.** O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 3.
- FICO, C. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FICO, C. O golpe de 1964: momentos decisivos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.
- GASPARI, E. A ditadura derrotada. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.
- GASPARI, E. A ditadura encurralada. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.
- GASPARI, E. A ditadura envergonhada. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.
- GASPARI, E. A ditadura escancarada. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.
- GASPARI, E. A ditadura acabada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GREEN, J. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964–1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JOFFILY, M. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 58-80, mai./ago. 2018a. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/topoi/v19n38/2237-101X-topoi-19-38-58.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.
- JOFFILY, M. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas.

Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan. 2018b. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018204. Acesso em: 15 abr. 2019.

JOFFILY, M. Documentos dos EUA referentes às ditaduras do Cone Sul: desafios metodológicos. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 25, p. 275-302, jul./dez. 2018c. Disponível em: https://revista.anphlac.org/anphlac/article/view/2935/2670. Acesso em: 01 jan. 2019.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna**: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura. 1. ed. São Carlos, SP: Edufscar, 1995.

MARTINS FILHO, J. R. **1968 faz 30 anos**. 1. ed. Campinas/São Carlos: Mercado de Letras/EDUFSCar, 1998.

MCCLINTOCK, M. **Instruments of Statecraft**: U.S. Guerilla Warfare, Counterinsurgency, and Counterterrorism, 1940–1990. Pantheon Books, 1992.

MICELI, S. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, R. P. S. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969–1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 367–379, maio-ago, 2017. Disponível em:

https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/26037. Acesso em: 25 mar. 2020.

MOTTA, R. P. S. Sobre as origens e motivações do ato institucional 5. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882018000300011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 dez. 2019.

NAPOLITANO, M. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019.

PAIM. A. História do liberalismo brasileiro. 2. ed. São Paulo, LVM Editora, 2018.

PARKER, P. R. Brazil and the quiet intervention, 1964. Austin: University of Texas Press, 1979.

RESENDE, A. L. Estabilização e Reforma: 1964-1967. *In:* ABREU, M. de P. (Org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

ROUSSO, H. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SCHMIDLI, W. M. **The fate of freedom elsewhere**: human rights and U.S. Cold war policy toward Argentina. Cornell University Press, 2013.

SMITH, P. H. **Talons of the eagle**: Dynamics of U.S – Latin America relations. Nova York: Oxford University Press, 1996.

SODRÉ, M. **31 de Março de 1964**: Revolução autêntica ou simples quartelada? (Assim é a "linha dura"). Salvador: Manu Ltda, 1964.

TRACHTENBERG, M. The craft of international history: A guide to method. Princenton:

Princenton University Press, 2006.

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilaterização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONTES CONSULTADAS

"A Hardline Colonel Sees Danger Ahead" (1974). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:721307/.

"Another Hard-Line Colonel Transferred" (1967). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:689564/.

"Batista Ramos Comments on Democratic Actions and Campos Resigns" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:360947/.

"Brazil: Requiem for Democracy" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363898/.

"Castelo Branco's Government Faces Hard-Line Opposition" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:689583/.

Central Intelligence Agency, "Discontent Within the Brazilian Military over 'Laxness' in the Government" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:808599/.

"Comments on Institutional Act No. 2" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361263/.

"Comments on Brazilian Legislation" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361064/.

"Conversation with Roberto Campos on Political Developments Affecting Economic Policy" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:334986/.

"Country Analysis and Strategy Paper (CASP) - Brazil" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:337808/.

"Current São Paulo and Mato Grosso Political and Economic Assessments" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em:

https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345361/.

de Amusategui, J. O., "Frota's Dismissal - The Reasons and Response" (1977). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em:

https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:774783/.

"Extreme 'Hardline' Rallies Again" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346432/.

"Foreign Office Officials on IA-5 and Its Impact on Foreign Affairs" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em:

https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:339806/.

"Forwarding of Brasilia Telegram 3255" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:337898/.

Gordon, Lincoln, "On US Reaction to Institutional Act No. 2" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:678793/.

"Hardline IPM Heads Resign; Osnelli Martinelli Arrested" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378814/.

"Hardliner Confrontation with President Possible" (1975). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:774837/.

"Marcio Moreira Alves Case" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363950/.

"Memorandum of Conversation with Colonel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:338968/.

Moura, Arthur S., "Army Colonel Says that 'Amnesty International' Bothers Geisel Administration" (1974). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:721238/.

"President increases control over São Paulo hard-liners" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:356431/.

"Reactions to Institutional Act No. 2" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361041/.

Rostow, W. W. (Walt Whitman), 1916-2003, "Brazil" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:663459/.

"Semi-Annual Political Review - July-December, 1964" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345573/.

"Semi-Annual Political Review - July-December, 1964" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345573/.

"Status of Political Reforms" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:364390/.

"The New Army High Command" (1979). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:721350/.

"The Several 'Hardlines' as Seen from Sao Paulo" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:953461/.

"United States Reaction to Brazilian Political Policy" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:361057/.

"Weekly Summary No. 22" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329301/.

"Weekly Summary No. 27" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:335281/.